

Revista eletrônica de
Filosofia

Alamedas



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PERIÓDICO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UNIOESTE

REVISTA ALAMEDAS

V. 10, n. 1, 2022

e-ISSN 1981-0253

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/index>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - UNIOESTE

Rua da Faculdade, 645. Toledo - PR. CEP: 85.905-000
E-mail: revistaalamedas@gmail.com

Revista Alamedas - Revista Eletrônica Discente do PPGFil da UNIOESTE - é um periódico promovido pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIOESTE. Seu objetivo é abrir caminhos para a divulgação do conhecimento de pesquisadores e professores, pós-graduandos e graduados, de Filosofia e áreas afins.

• **FICHA CATALOGRÁFICA:**

- Marilene de Fátima Donadel (UNIOESTE/Campus de Toledo)
CRB 9/924

Revista Alamedas: Revista Eletrônica do NDP [recurso eletrônico] /

R454 Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa; editor científico
Nilceu Jacob Deitos, editora adjunta Yonissa Marmitt Wadi. --
v.1, n. 1 (jan./jul. 2006) - Dados eletrônicos. -- Toledo:
NDP, 2006.
Semestral
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: www.unioeste.br/ndp/revista

ISSN: 1981-0253

1. Ciências sociais - Periódicos 2. História - Periódicos 3. Educação -
Periódicos 4. Filosofia - Periódicos I. Núcleo de Documentação, Informação e
Pesquisa II. Deitos, Nilceu Jacob, Ed. Wadi, Yonissa Marmitt, Ed.

CDD 20. ed. 001.305

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

REITOR

Alexandre Almeida Webber

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

César Augusto Battisti

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Rosalvo Schutz

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL E EXECUTIVA

- Prof. Dr. Rosalvo Schutz (UNIOESTE)

EDITOR CIENTÍFICO E EXECUTIVO:

- Profa. Dra. Célia Machado Benvenho (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)

EDITORES ADJUNTOS:

- Dra. Célia Machado Benvenho (UNIOESTE)
- Dra. Fabiana de Jesus Benetti (IFITEO/IFPR)
- Doutorando Geder Paulo Friedrich Cominetti (UNIOESTE/IFPR)
- Mestrando Giovane da Silva Lozano (UFGD/SEED)

APOIO EDITORIAL:

- Projeto SABER (Sistema de Acesso à Biblioteca Eletrônica de Revistas)

EDITORACÃO ELETRÔNICA:

- DRI - Diretoria de Informática (UNIOESTE/Campus de Toledo)

REVISÃO:

- Revista Alamedas

CONSELHO EDITORIAL:

- Profa. Dra. Anna Maria Lorenzoni (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Carlos Renato Moiteiro (UNIOESTE)
- Profa. Dra. Célia Machado Benvenho (UNIOESTE)
- Prof. Dr. César Augusto Battisti (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Libanio Cardoso Neto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Luciano Carlos Utteich (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Rosalvo Schütz (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Stefano Buselatto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Wilson Antonio Frezzatti Júnior (UNIOESTE)

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL:

- Prof. Dr. Danilo Saretta Veríssimo (UNESP)
- Profa. Dra. Denise Jardim (UFRGS)
- Prof. Dr. Ericson Sávio Falabretti (PUCPR)
- Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein (PUCRS)
- Profa. Dra. Ester Maria Dreher Heuser (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Evanildo Costeski (UFC)
- Prof. Dr. Fábio Marques de Almeida (UFG)
- Prof. Dr. Marcelo Fabri (UFSM)
- Prof. Dr. Marciano Adilio Spica (UNICENTRO)
- Prof. Dr. Marcos José Müller (UFSC)
- Profa. Dra. Marta Nunes da Costa (UFMS)

- Profa. Dra. Marta Rios Alves Nunes da Costa (UNIOESTE/UFMS)
- Prof. Dr. Max Rogério Vicentini (UEM)
- Prof. Dr. Reinaldo Furlan (USP)
- Prof. Dr. Sirio Lopez Velasco (FURG)
- Prof. Dr. Wanderley Cardoso de Oliveira (UFSJ)

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL:

- Prof. Dr. Duane Harvey Davis (University of North Carolina, Asheville/EUA)
- Prof. Dr. Franco Riva (Università Cattolica del Sacro Cuore/Milano)
- Profa. Dra. Graciela Ralon Walton (UNSAM/Buenos Aires)
- Profa. Dra. Irene Borges Duarte (Universidade de Évora)
- Prof. Dr. Martin Grassi (UCA /Buenos Aires)
- Prof. Dr. Paolo Scolari (Univ. di Milano)
- Prof. Dr. Renaud Barbaras (Panthéon/Sorbonne/Paris)
- Prof. Dr. Roberto Juan Walton (UBA/Buenos Aires)
- Prof. Dr. Thamy Claude Ayouch (Sorbonne/Paris VII)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	7
<i>Comissão Editorial</i>	
HIP HOP NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA _____	9
<i>Leonardo Soares da Mota</i>	
DO "DESPEJO" AO "CORTIÇO": REFLEXÕES SOBRE SOCIEDADE, LITERATURA E EDUCAÇÃO _____	22
<i>Jéssica Dal Piva</i>	
CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS (CHASA): UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS JOVENS INDÍGENAS _____	40
<i>Jaiane da Silva Souza</i>	
REFLETINDO O UTILITARISMO A PARTIR DOS CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE MORAL E LIBERDADE INTELECTUAL DE SCHOPENHAUER _____	58
<i>Antonio Alves Pereira Junior</i>	
A CULTURA É O HOMEM: A MASCULINIDADE DA MODERNIDADE EM GEORG SIMMEL _____	75
<i>Cecy Bezerra de Melo</i>	
TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM FOZ DO IGUAÇU: SINDICATO DOS MOTOTAXISTAS E ESTADO NA ESCALA LOCAL _____	99
<i>Roberto Rigaud Navega-Costa</i> <i>Tatiane dos Santos Navega-Costa</i>	
O CUIDADO DE SI, NO CUIDADO DOS OUTROS: O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA RELIGIOSA EM IGREJAS PENTECOSTAIS _____	111
<i>Amanda Caroline W. Ertal Birkheur</i> <i>Taiza Gabriela Zanatta Crestani</i> <i>Silvio Antonio Colognese</i>	
NORMAS E DIRETRIZES PARA AUTORES _____	137
<i>Comissão Editorial</i>	

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos a nova edição da Revista Alamedas. Neste volume, encontram-se sete contribuições de artigos que versam sobre temas das áreas de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais.

No primeiro artigo, cujo título é “Hip Hop na escola: uma experiência pedagógica”, Leonardo Soares da Mota descreve um conjunto de intervenções culturais que aconteceram em colégios estaduais do município de Toledo-PR. Trata-se de um projeto que teve como objetivo levar a cultura do hip hop para as instituições de ensino. Após a descrição, o autor faz uma análise sobre os aspectos pedagógicos desta atividade, indicando de que modo ela impactou na rotina da escola.

“Do ‘Despejo’ ao ‘Cortiço’: reflexões sobre sociedade, literatura e educação” é o segundo artigo deste volume, que faz uma abordagem sobre a sociedade a partir de uma junção entre sociologia e literatura. No texto, Jéssica Dal Piva faz uma análise bibliográfica das obras literárias *O Cortiço* e *Quarto de Despejo*, demonstrando como, a partir delas, é possível compreender elementos sociais em suas complexidades.

O terceiro artigo, “Currículo de referência de Mato Grosso do Sul – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHASA): um caminho para a construção identitária dos jovens indígenas”, é de autoria de Jaiane da Silva Souza. Nesse texto, a autora apresenta um panorama de quais são os povos indígenas que vivem no Mato Grosso do Sul e de suas lutas diárias pela existência nestes territórios, um movimento de resistência que tem na educação uma importante ferramenta. Nesse sentido, Juliana pretende analisar como o currículo escolar deve ser estruturado de modo a fazer dos indígenas protagonistas do ensino-aprendizagem, num processo de respeito às suas identidades.

No quarto artigo, “Jovens periféricos e a pouca identificação com instituições democráticas”, Wagner Eduardo Conceição Souza faz uma discussão sobre a relação entre classes sociais e identificação política, partindo do pressuposto de que não há reconhecimento significativo dos jovens periféricos com o cenário político do país. O objetivo do autor é o de compreender os mecanismos que contribuem para este desinteresse por parte dos jovens da periferia.

“Refletindo o utilitarismo a partir dos conceitos de responsabilidade e liberdade intelectual de Schopenhauer”, quinto artigo da revista, traz uma reflexão de Antonio

Alves Pereira Junior sobre o utilitarismo a partir dos conceitos de responsabilidade moral e liberdade no pensamento de Schopenhauer.

O sexto artigo é apresentado com o título “A cultura é o homem: a masculinidade da modernidade em Georg Simmel”. O objetivo da autora, Cecy Bezerra de Melo, é de analisar como a mulher é caracterizada por Goerg Simmel, um escritor que oporia a natureza da mulher à cultura, de modo a identificar esta última como uma construção do homem.

O sétimo artigo, “Território e territorialidade em Foz do Iguaçu: Sindicato dos mototaxistas e estado na escala local” é de autoria de Roberto Rigaud Navega-Costa e Tatiane dos Santos Navega-Costa. Neste texto os autores têm como objeto de pesquisa o sindicato dos mototaxistas de Foz do Iguaçu, apresentando uma descrição da sua história, bem como um levantamento da sua atuação no território no município.

O oitavo artigo, dos autores Amanda Caroline W. Ertal Birkheur, Taiza Gabriela Zanatta Crestani e Silvio Antonio Colognese, intitulado “O cuidado de si, no cuidado dos outros: o exercício da liderança religiosa em igrejas pentecostais”, analisa o exercício da liderança religiosa no contexto de igrejas evangélicas pentecostais.

Desejamos uma excelente leitura e esperamos que este volume possa contribuir para o conhecimento dos interessados.

Comissão Editorial

HIP HOP NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Leonardo Soares da Mota¹

RESUMO: o presente artigo trata de uma série de intervenções que ocorreram em colégios estaduais do município de Toledo-PR, realizadas por jovens residentes da cidade, integrantes do movimento de batalhas de rimas, que decidiram levar a cultura hip hop para dentro das instituições formais de ensino, por meio de oficinas e apresentações realizadas entre os anos 2018 e 2019. Essas intervenções fazem parte do projeto hip hop nas escolas, pensado e posto em prática por esses jovens. As batalhas de rimas integram o arcabouço cultural do hip hop, sendo realizadas em diversos estados brasileiros, mobilizando grandes contingentes de pessoas, sobretudo as mais jovens. Neste artigo analiso os impactos dessas atividades na rotina escolar, a recepção do(a)s estudantes e a reprodução de determinadas práticas das batalhas dentro desses espaços formais, refletindo sobre seus possíveis aspectos pedagógicos. Foram realizadas entrevistas com todo(a)s o(a)s MCs que participaram do projeto, além de três professoras que estiveram envolvidas na realização das atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Batalha de rima; Hip Hop; Educação.

HIP HOP EN LA ESCUELA: UNA EXPERIENCIA PEDAGÓGICA

RESUMEN: Este artículo trata de una serie de intervenciones ocurridas en las escuelas estatales del municipio de Toledo-PR, realizadas por jóvenes residentes de la ciudad, miembros del movimiento de batalla de rimas, que decidió llevar la cultura hip hop a las instituciones educativas formales, por medio de talleres y presentaciones realizadas entre 2018 y 2019. Estas intervenciones son parte del proyecto hip hop en la escuela, diseñado y puesto en práctica por estos jóvenes. Las batallas de rimas son parte integral del marco cultural del hip hop, realizándose en varios estados brasileños, movilizando grandes contingentes de personas, especialmente jóvenes. En este artículo analizo los impactos de estas actividades en la rutina escolar, la recepción de los estudiantes y la reproducción de ciertas prácticas de las batallas dentro de estos espacios formales, reflexionando sobre sus posibles aspectos pedagógicos. Se realizaron entrevistas a todos los MCs que participaron en el proyecto, además de tres docentes que participaron en la realización de las actividades.

PALABRAS-CLAVE: Batalla de rimas; Hip Hop; Educación;

INTRODUÇÃO

Entre 2018 e 2019, jovens integrantes do movimento das batalhas de rimas de Toledo-PR realizaram diversas intervenções em colégios da rede pública do município,

¹ Licenciado em Ciências Sociais e bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: leonardosoares201413@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

nas quais propuseram-se a levar a experiência dessas batalhas para dentro das instituições formais de ensino. Por meio de apresentações e oficinas, com demonstrações de improviso e declamações de poesias, além de uma apresentação narrativa sobre a origem e formação do Hip Hop enquanto um movimento cultural contestador, marginal e coletivo, marcadamente negro, latino e periférico, esses jovens compartilharam experiências e aprendizados adquiridos na vivência dessas batalhas. Essas intervenções integram o projeto Hip Hop na Escola, e o relato dessas experiências faz parte da pesquisa “Improviso como Arte e Educação: as Batalhas de Conhecimento de Toledo – PR”², na qual apresento diversas práticas e aspectos próprios dessas batalhas que as caracterizam como espaços educativos.

Enquanto participante do movimento Hip Hop, tive a oportunidade de participar dessas intervenções, sendo um dos idealizadores do projeto. Aqui, para além do relato, proponho uma análise dessas experiências, destacando determinados aspectos pedagógicos presentes nessas intervenções, e os impactos dessas na rotina escolar e na construção da aprendizagem com os alunos e alunas que participaram das atividades. Assim sendo, é necessária a apresentação inicial de alguns conceitos, definições e escolhas metodológicas pertinentes a essa proposta.

DEFINIÇÕES, CONCEITOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

O projeto Hip Hop na Escola é resultado da vivência de seus participantes nas chamadas batalhas de rimas, também conhecidas como batalhas de *freestyle* ou batalhas de improviso. Essas batalhas constituem-se como disputas entre duas ou mais pessoas que criam rimas improvisadas em um determinado intervalo de tempo. As pessoas que participam dessas disputas são chamadas de MC. A origem das batalhas remete à origem do Hip Hop, sendo hoje um dos eventos que mais despertam atenção na cena do Hip Hop nacional, mobilizando um grande número de pessoas, sobretudo as mais jovens.

As regras e configurações dessas Batalhas variam conforme a região em que são realizadas e por quem as organiza. Ainda assim, é consenso a divisão entre duas

² Monografia apresentada como requisito ao título de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em 2021.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

modalidades: as Batalhas de Sangue e as Batalhas de Conhecimento. Essas podem ser facilmente entendidas quando contrapostas: nas Batalhas de Conhecimento, no início de cada *round*, são indicados temas ou palavras sobre ou com as quais o(a)s MC's devem rimar; nas Batalhas de Sangue não há essa proposição temática, o improvisado é livre e as rimas são geralmente direcionadas a “atacar” ou se “defender” do(a)s adversário(a)s. As Batalhas de Conhecimento são predominantes em Toledo-PR, sendo espaço de formação para o(a)s MCs envolvido(a)s no Hip Hop na Escola.

Foram realizadas entrevistas com todo(a)s o(a)s MCs que participaram do projeto. As entrevistas tiveram caráter qualitativo e organização semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas, possibilitando a(o) entrevistado(a) uma liberdade para discorrer sobre o tema abordado (MINAYO, 2015). Também foram colhidos depoimentos de três professoras envolvidas diretamente com as atividades, via e-mail e aplicativo WhatsApp.

Sobre a noção de Educação que embasa este trabalho, tomemos como referência a obras de Ivo Tonet (2005) e Paulo Freire (1984), definindo-a como um processo de apropriação crítica de um conjunto de saberes acumulados ao longo da história humana, que propicie um desvelamento de nossa realidade e oportunize a tomada de ações que possibilitem sua transformação. Por conseguinte, a Educação Formal trata da realização desse processo dentro de espaços e instituições oficiais de ensino, como é o caso dos colégios estaduais.

Por práticas educativas nos referimos as ações ou comportamentos que propiciem a apropriação crítica desse patrimônio de saberes, e estimulem nos indivíduos uma percepção de seu potencial transformador da realidade. Enquanto práticas pedagógicas são ações ou comportamentos que, possuidores de um caráter educativo, possam ser sistematizados e reproduzidos, visando sua aplicação em espaços distintos.

O HIP HOP NA ESCOLA

A primeira das intervenções aconteceu em outubro de 2018, no Colégio Estadual Ayrton Senna, localizado no bairro São Francisco. Por intermédio do MC Lavor, recebemos o convite para realização de uma oficina sobre *freestyle* e poesia no Hip Hop. O objetivo era inspirar os alunos e alunas a participarem de uma batalha de poesias

que seria realidade posteriormente no colégio. No dia fomos o MC Will e eu na parte da manhã e da tarde, já no período noturno o MC Lavor se apresentou juntamente com a MC AK 47 e comigo.

Foram feitas duas apresentações em cada um dos três períodos do dia, com estudantes do nono ano e do Ensino Médio. Iniciamos com a apresentação de cada MC, identificando-se como membro do movimento Hip Hop e participante das Batalhas de Conhecimento de Toledo. Em seguida, realizamos uma exposição sobre a história do Hip Hop e seus elementos, seguida por demonstrações de *freestyle* com temas sugeridos pelo(a)s aluno(a)s, além de declamações de poesias. No período noturno, realizamos uma batalha demonstrativa. Todas as apresentações foram realizadas em uma sala de laboratório do Colégio.

Questionei a Daianny sobre a experiência, buscando compreender seus efeitos e repercussões nas interações e dinâmicas do colégio. A professora afirmou que a ‘experiência foi muito válida’ e provocou grande empolgação entre o(a)s aluno(a)s, destacando o fato de ter sido realizada por pessoas de fora da instituição como algo positivo para o despertar do interesse. Daianny avaliou como positiva a reação dos demais professores e da direção da escola, afirmando que faria a atividade novamente, porém com algumas alterações. Segundo ela, não foi possível a realização da batalha de poesias, sendo feito um “varal de poesias e versos”:

“Os alunos gostaram muito da atividade, se empolgaram, mas não conseguiram colocar a indignação deles nos versos e poesias, talvez por falta de bagagem crítica, talvez por timidez, mas acredito que plantamos uma semente, e que se estimulada ela pode dar frutos novamente. Mas como avaliei, é preciso tempo para desenvolver a atividade com os alunos. Em 2018, fizemos de forma muito corrida, se não me engano tivemos 3 ou 4 semanas, foi muito atropelado. Esta atividade, na minha avaliação, requer tempo e engajamento por parte da escola como um todo, e de outros professores, outras disciplinas”.

A professora também lembrou que durante o intervalo das aulas foram formadas rodas de rimas no pátio do colégio, e revelou acompanhar ainda alguns de seus alunos nas redes sociais “que fazem versos até hoje”. Sobre essa experiência, destaco também a fala do MC Lavor, ex-estudante da instituição, que apontou uma mudança positiva nas relações com os colegas e contou como foi voltar ao colégio no papel de MC:

“A foi loco, [...] eu lembro que no final os maluquinhos vieram falar ‘o mano, se fazia RAP e nos nem tava ligado’, e tipo assim, os maluquinhos que estudavam lá no colégio de noite, tá ligado? Eu fazia curso, aí tinha um outro piaçã, do colégio mesmo, que fazia, estudava de noite e pá, aí ele não tava ligado, [...] aí o maluquinho: ‘o mano, da hora’, ele nunca tinha nem me cumprimentado, nunca tinha nem pá assim, era mó fechadam, tá ligado? Ai na hora que ele viu que eu fazia um rap, aí já chegou ‘o, da hora, e não sei que’, onde que me vê hoje já cumprimenta, tipo assim, tá ligado? O bagulho é que ele se identifico, e, sei lá, não consigo explicar, mas foi um bagulho muito da hora, se passa a visão ali [...]. Fizeram até uma batalha no intervalo mano”.

A batalha citada pelo MC Labor foi um fato marcante das apresentações no Colégio, sempre lembrada pelo(a)s MC's que estiveram presentes. Essa batalha foi realizada no intervalo e não teve interferência nossa, nem de professore(a)s ou funcionário(a)s, sendo iniciada por dois alunos do colégio. O MC Will também relembrou esse episódio e destacou outro fator marcante nessas apresentações, a recepção positiva do(a)s profissionais da instituição:

“Massa mano, nossa, sem mancada, eu achei que nós ia chegar lá mano, e as pessoas iam ter uma visão totalmente diferente nossa né mano, mas foi muito massa, nossa, foi nós dois lá, desembolamos, nossa, eu nunca tinha falado em público assim mano, tá ligado? Tirei um free ainda pa. [...]. Cara, foi desumano, e nossa, depois mano, vendo a galera, ver a reação da galera mano, foi um bagulho muito foda pra mim, tá ligado? Tipo, tanto dos alunos né mano, que vieram perguntar pra gente pá, quando que acontecia, como é que acontecia, tá ligado, e tipo, das professoras né mano, isso aí eu fiquei de cara, fomos muito bem recebidos pelos professores [...]. Foi uma sensação muito loca mano, e tipo, passa a visão pra molecada mano, do que que é, eu acho que isso aí é essencial mano, tá ligado, porque mano, isso aí, tipo, ajuda muita gente mano, que né, os caras tavam fazendo uma batalha lá, na hora do intervalo, se flagro mano? Lembra?”.

O relato é revelador. O fato de entrar no Colégio como MC e apresentador, assumindo uma posição ativa nas relações em um espaço onde outrora se tinha um papel majoritariamente passivo, de mero recebimento, foi algo sem precedentes para o(a)s MC que participaram da atividade. A recepção positiva por parte das professoras e demais agentes da instituição contrapõe-se as experiências que a maioria do(a)s entrevistado(a)s teve durante sua jornada escolar. No caso do MC Will, por exemplo, ele revelou considerar a falta de diálogo e de boas relações com os professores e professoras como a principal dificuldade nas instituições educacionais que frequentou.

A experiência no Colégio Ayrton Senna possibilitou uma segunda intervenção, no Colégio Estadual do Jardim Europa, ainda em 2018. Uma particularidade dessa instituição é que há vários anos as gestões vêm restringindo o convívio na hora do intervalo, como medida de prevenção e combate à violência e ao tráfico de drogas. Um dos professores do Colégio fez contato com o MC Hement, através do qual fomos convidados para uma apresentação no Dia da Consciência Negra. Comparecemos eu, a MC AK47 e o MC Hement, e realizamos uma apresentação única na parte da manhã, no pátio que serve de refeitório do Colégio. A apresentação seguiu a mesma dinâmica das realizadas no Ayrton Senna, sendo feita uma batalha demonstrativa no final. A respeito dessa experiência, cito a fala do MC Hement, ex-estudante do Colégio, que destacou a recepção positiva por parte de professores e professoras, e do(a)s estudantes:

“Sim, foi muito bom que, até aquele dia foi o Dia da Consciência Negra né, os professores ainda, que estudei, meu professor de matemática falo ‘ai sim em, e tal né’, ai pego e falo ‘ó, se manda bem e tal né’, foi muito bom, e também teve o pessoal que tava assistindo, as crianças, mais os adolescentes né, que estavam lá também, tipo, gostaram né, falaram ‘nossa, que legal, não sabia’, ai eles perguntaram ‘ou, tem batalha?’ ‘o quando que tem batalha?’ ‘o que legal, quero ir, nossa’, tipo, isso motivação, motiva a pessoa”.

As reações positivas, tanto do(a)s MC’s, quanto do(a)s estudantes e profissionais das instituições, serviu de motivação para a organização de um projeto escrito dessas intervenções, o qual denominamos Hip Hop na Escola. O projeto foi levado como proposta de oficina a oito dos colégios estaduais de Toledo, sendo apenas dois os que responderam positivamente à realização das atividades, o Colégio Dario Vellozo e o Colégio Luís Augusto Moraes Rego.

No Colégio Dario Vellozo foram feitas duas apresentações no período matutino, realizadas durante as aulas de Sociologia ministradas pela professora Tânia Maria Bombardelli, formada em Ciências Sociais pela PUC de Curitiba-PR. Entrei em contato com ela por e-mail, enviando um questionário no qual abordei as mesmas questões que tratei com a professora Daianny. Tânia também avaliou como positiva a atividade, dizendo ter sido “uma grande experiência”, “muito importante” e “esclarecedora”. A professora afirmou que realizaria a atividade novamente, e destacou ter sentido que os alunos e alunas “amaram a experiência e foi de grande aprendizado”. A professora

revelou ainda que houve certa resistência de alguns professores e de parte da direção, mas que mesmo assim apoiaram a atividade.

A primeira das apresentações no Colégio Dario Vellozo foi realizada na quadra aberta do Colégio, e a segunda em uma sala de aula. Compareceram a MC AK47, o MC JB, além de mim e do *beatboxer*³ Erison Brayon. Na segunda apresentação, um dos alunos da instituição também participou das sessões de *freestyle* e das batalhas demonstrativas.

No colégio Luís Augusto Moraes Rego, as apresentações aconteceram nos três períodos e foram intermediadas pela professora Dayanne Cristina Paetzold, graduada em Ciências Sociais pela Unioeste. Participaram da atividade eu, a MC AK 47, os MC's JB, Hement e Sipriano, além do aluno Pedro, que somou nas sessões de *freestyle* e nas batalhas demonstrativas. Posteriormente, em contato com a professora Dayanne, ela revelou ter feito um questionário com os alunos e alunas que participaram das atividades, perguntando sobre “o que eles tinham achado, se eles tinham conseguido lidar com os temas que a gente estava trabalhando e o que eles acharam de pontos positivos e pontos negativos”, infelizmente, a professora disse não ter mais o material com as respostas dos alunos, contudo, revelou que:

“[...] a maioria colocou que eram pontos positivos trazer uma coisa diferente pra escola, eles conseguiram avaliar, cada turma conseguiu colocar certinho o que de cada conteúdo, dentro da suas limitações, mas por exemplo, tava trabalhando desigualdade social com o primeiro ano e eles perceberam na fala de vocês, principalmente na fala dos meninos, esqueci o nome, mas acho que dos meninos da tarde, o segundo ano tava trabalhando cultura e indústria cultural e aí pego na veia né, e relações de poder a mesma coisa, então a experiência é muito válida, muito legal, ter essa vinda de fora né, pra escola, ajuda a gente nas aulas [...]”.

Dayanne afirmou que faria a atividade novamente, alterando apenas o local em que foram realizadas – algumas dentro de salas de aula e outras em uma sala de laboratório -, indicando que a quadra poliesportiva do Colégio seria um melhor lugar.

A experiência no Colégio Luís Augusto Moraes Rego também foi marcada por algumas situações inesperadas, como por exemplo, o fato de, na parte da manhã, enquanto nos deslocávamos de uma sala para outra, um funcionário da instituição ter

³ Pessoa que pratica o *Beat Box*, elemento do Hip Hop que se caracteriza pela execução de sons feitos somente com a boca e o auxílio das mãos, sem uso de instrumentos ou recursos eletrônicos.

agido de forma agressiva ao tirar o boné que o MC JB usava, afirmando que isso era norma no Colégio. Outro episódio marcante aconteceu no período noturno, enquanto realizávamos a última das batalhas demonstrativas, justamente entre dois estudantes da instituição, o aluno Pedro e o MC Sipriano. Eram quase 22 horas de uma sexta-feira quando, em meio à euforia dos alunos e alunas com os versos rimados, surgiu o chefe do Núcleo Regional de Educação, José Carlos Guimarães, antigo diretor do Colégio, ele permaneceu por alguns instantes, retirando-se antes do fim da batalha. Esse fato causou espanto não somente no(a)s MC's e aluno(a)s, mas também na professora Dayanne:

“[...] eu acho que a reação que houve foi assustadora, assim, nunca tinha acontecido isso, mas foi uma sucessão de erros, minha e da direção, que a gente acabou deixando isso acontecer e o diretor do núcleo me apareceu lá, o diretor do núcleo saiu da casa dele, numa sexta-feira à noite, pra ver o que tava acontecendo no colégio, o que é muito legal né, podiam fazer isso sempre, ver o que tá acontecendo nas escolas, mas me preocupou muito na época, eu fiquei bem mal assim, falei ‘cara, que que tá acontecendo?’ mas porque é uma coisa que não acontece sempre na escola né, uma coisa que movimentou a escola, então estavam todas as turmas do ensino médio noturno lá [...]”.

A professora apontou ainda uma possível ligação desse acontecimento com a norma posta pelo Núcleo Regional de Educação, em 2020, que restringe o acesso de convidados externos ao ambiente escolar, impondo a necessidade de criação de um projeto e apresentação do mesmo a um responsável no NRE de Toledo, para assim conseguir autorização. Essa mesma norma também foi citada pela professora Daianny Lehn, do colégio Ayrton Senna, como um possível empecilho para novas intervenções do projeto.

O HIP HOP COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Hip Hop na Escola nasceu de uma oportunidade e se moldou sobre ela. A atividade envolveu sete MC's e um *beatboxer*, com apresentações em quatro colégios da rede pública de Toledo, alcançando centenas de estudantes e funcionário(a)s. O espaço dado pela professora Daianny, em 2018, foi o germe de um projeto que sem qualquer financiamento, contando apenas com a cooperação de alguns professores e professoras, e a disposição do(a)s participantes, levou um pouco da vivência das

batalhas de Hip Hop para dentro das instituições formais de ensino, algo até então inédito na cidade. Demonstrando a arte do *freestyle*, o valor dessa cultura, muitas vezes marginalizada, e seu potencial de transformação da realidade, almejando estimular não só o envolvimento desses jovens com o movimento, mas também possíveis e futuras conexões entre o Hip Hop e a prática pedagógica das escolas.

O ato de improvisar, premissa fundamental das batalhas de rimas, se fez presente em todas as intervenções, e é classificado por Bentes (2008) como gênero de poesia oral, logo, uma forma de arte, necessitando de treino e estudo para que possa ser realizada. Essa prática foi a primeira que nos saltou aos olhos como dotada de potencial pedagógico. No documentário ‘Paulo Freire, um homem do mundo’, lançado em 2020, o próprio Freire afirma que a arte, quando desafia a curiosidade estética, o gosto do belo, é altamente pedagógica.

Na pesquisa “Improviso como Arte e Educação: as Batalhas de Conhecimento de Toledo – PR”, expus como jovens MCs de Hip Hop, em sua maioria oriundos de periferias, e sem completarem o ciclo da educação básica, aprendem e ensinam através do improviso de rimas. O incentivo ao desenvolvimento da oratória, a liberdade para dizerem “sua palavra” (Freire, 1987), a dinâmica dialógica dos *rounds* e as características democráticas e horizontais na organização dessas Batalhas, são alguns dos aspectos que caracterizam a prática do improviso nesses espaços como educativa, enquanto forma de assimilação, discussão e revisão constante de atitudes e conhecimentos. Contudo, a transposição desse exercício para dentro dos colégios nos deixou alguns questionamentos.

O primeiro deles foi posto pela professora Daianny Lehn ao citar a necessidade de um tempo maior para o projeto, visando um melhor desenvolvimento das atividades. O ato de revisitar e revisar posicionamentos e até as próprias palavras, só pode ser posto em prática com um espaço de tempo que extrapole uma apresentação única. A experiência no Colégio Moraes Rego foi prova disso, tendo sido a que mais contou com a participação e o engajamento do(a)s estudantes, haja visto que a maioria dele(a)s já haviam participado de outra atividade, anterior ao projeto, voltada a produção e declamação de poesia, na qual tiveram contato com elementos da cultura Hip Hop. Se o choque com o desconhecido pode causar certo fascínio, como visto nos demais

colégios, o redescobrir por novos ângulos se mostrou ainda mais eficaz na interação com o(a)s aluno(a)s.

Entretanto, como o próprio Freire (2015, p. 155) indica, “não há prática educativa sem conteúdo”, baseado nisso, voltemos o olhar as Batalhas de Conhecimento, nas quais o conteúdo são os temas dos *rounds* e a assimilação do Hip Hop como algo a ser vivido, um modo de ser que extrapola os espaços de apresentações e se perpetra nas ações e posicionamentos diários desses jovens.

Os temas dessas Batalhas são diversificados, constituindo-se como espaços a serem preenchidos por conteúdos distintos, propiciando um contato com diferentes temáticas e discussões que se ligam diretamente ao convívio social urbano, servindo de mecanismo de aprendizagem aos que frequentam esses eventos, participantes ou não. A liberdade para tratar de diversos assuntos e a urgência que o imprevisto pressupõe, dotaram esses MCs de uma autonomia que influenciou positivamente suas habilidades de socialização, reflexão e expressão. A repetição de determinados temas nas várias edições das batalhas, como por exemplo: ‘racismo’, ‘desigualdade social’, ‘feminismo’, ‘liberdade de expressão’, ‘suicídio’, entre outros, resultou em um amadurecimento e uma ampliação do conhecimento desse(a)s jovens sobre diversas temáticas, contribuindo para uma formação política e social dos envolvidos.

No Hip Hop na Escola, pedíamos temas aos próprios alunos e alunas presentes, buscando construir uma relação na qual podiam escolher sobre o que queriam ouvir. Algumas sugestões retomavam temas que eram tratados nas batalhas, contudo, não havendo uma continuidade nos encontros, como acontecia nas Batalhas, não creio ser possível especular a respeito da influência do trato das temáticas para os envolvidos nas atividades, sejam estudantes ou MC’s. Ainda assim, a própria Profa. Dayanne Paetzold relatou que a maioria das turmas que participaram das atividades conseguiram ligar as apresentações a conteúdos que estavam sendo trabalhado nas aulas de Sociologia, como desigualdade social, cultura, indústria cultural e relações de poder, ressaltando o potencial pedagógico da prática do imprevisto.

O engajamento do(a)s estudantes, o entusiasmo e a alegria com a realização das atividades, são outros indícios de uma possível efetividade pedagógica dessas práticas. A recepção positiva por parte dos professores e professoras, e do(a)s demais funcionário(a)s dos colégios, surpreendeu, contrapondo-se a literatura posta a respeito

das dificuldades de se trabalhar com o Hip Hop nas escolas, haja visto Silva (1999) e Fonseca (2011) que apontaram em seus trabalhos a resistência desses profissionais como um recorrente empecilho para este tipo de atividade. É evidente que o recorte da experiência do Hip Hop na Escola é pequeno e não permite generalizações, contudo, podemos pontuar que a recepção positiva desses profissionais, reflete uma possível e gradativa mudança de postura dos agentes educacionais em relação ao Hip Hop.

A professora Daianny Lehn citou ainda a necessidade de um maior engajamento de professor(a)s e profissionais das instituições, o que nos impele a pensar possibilidades multidisciplinares, ou interdisciplinares, no levar o Hip Hop e a prática do *freestyle* para dentro dos colégios. As características formativas do Hip Hop, sua origem negra, latina e periférica, é propícia a atividades em datas específicas, como no Dia da Consciência negra, mas também nos permite pensar possibilidades de trabalhos multidisciplinares, voltados ao protagonismo dos estudantes, o incentivo a liberdade de expressão e ao desenvolvimento da oratória, do poder de exposição e síntese dos(a) estudantes.

As intervenções do Hip Hop na Escola também se mostraram eficaz no que diz respeito ao envolvimento do(a)s aluno(a)s com as atividades, tendo em conta a grande participação do(a)s estudantes e os relatos positivos do(a)s profissionais de educação envolvidos. Os depoimentos do(a)s MCs também revelam uma relação da prática do *freestyle* dentro do Hip Hop com o desenvolvimento escolar, indicando uma influência positiva nos mais diversos aspectos de aprendizagem.

O uso do *freestyle* como exercício de expressão e liberdade, se mostrou efetivo em reproduzir-se, tendo em vista a participação de alguns alunos nas batalhas demonstrativas e até mesmo a realização de batalhas e rodas de rimas nos colégios. Entretanto, a professora Dayanne Paetzold relatou que alguns reclamaram do uso excessivo de palavrões por parte dos MC's, sendo algo que causou certa apreensão pelo contraste com o vocabulário corrente no interior dessas instituições, podendo vir a ser um entrave ao exercício do improviso nesses espaços.

No mais, as estruturas dessas instituições ainda parecem resistentes a intervenções como a do projeto aqui descrito, tanto na questão do vocabulário e dos trajes característicos dos participantes, como em relação à própria ordem burocrática

que por vezes restringe esse tipo de atividade, haja vista a norma citada pelas professoras e a recusa dos demais colégios em abrir espaço para as apresentações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do relato e análise dessas experiências, podemos afirmar que as intervenções do Hip Hop na Escola tiveram influência positiva na construção da aprendizagem dos alunos e alunas que participaram das atividades. Também é plausível afirmar que a prática do improviso temático, ligado ao Hip Hop, é educativa e pode vir a ser pedagógica, contudo, a reprodução dessa prática nas instituições escolares necessita ainda de mais pesquisas e experiências para que possa se consolidar enquanto prática pedagógica. É sensato pensar que o simples incentivo ao ato de improvisar já possibilita um desenvolvimento da oratória. O improviso de rimas como forma de prender atenção e despertar interesse de alunos e alunas também se mostrou efetivo, e até mesmo a proposta temática pode ser reproduzida nas escolas, todavia, as regras e normas dessas instituições podem limitar a abrangência dos temas e a liberdade no tratar de determinados assuntos.

A realização de batalhas demonstrativas e sessões de *freestyle*, como as realizadas no projeto, mesmo que espelhando o modelo organizacional das Batalhas de Conhecimento, não equivalem a experiência da vivência nesses espaços. A rebeldia, o caráter marginal e contestador, e as liberdades intrínsecas do Hip Hop ainda parecem divergentes da rigidez das instituições educacionais que muitas vezes tendem a uniformização e regramento em suas práticas. Isso não significa que o(a)s profissionais de educação não devam olhar com atenção para essas Batalhas, para prática do improviso e para o Hip Hop, pelo contrário, as intervenções do Hip Hop na Escola demonstraram que as relações estabelecidas nesses espaços podem somar no esforço de encurtar a distância entre a escola e a realidade vivida pelo(a)s aluno(a)s, entre o discurso do(a) educador(a) e a experiência do(a) educando(a), contribuindo assim para a construção de uma educação horizontal, dialógica e voltada para a decisão e para a responsabilidade social e política (FREIRE, 1984).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

BENTES, Anna Christina. **Contexto e multimodalidade na elaboração de raps paulistas**. Revista *Investigações - Linguística e Teoria Literária*. v. 21, n. 2, p. 199-219, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1911>. Acesso em: 11/08//2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra –15ª edição, 1984.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 22ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.

FONSECA, Ana Silvia Andreu da. **Versos violentamente pacíficos: o rap no currículo escolar**. 2011. 242 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, IEL / UNICAMP, Campinas, SP, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269696/1/Fonseca_AnaSilviaAndreuda_D.pdf. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 14ªed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULO FREIRE, UM HOMEM DO MUNDO. Direção: Cristiano Burlan. Produção de SescTV e TVT. 2020.

SILVA, José C. G. Arte e Educação: A Experiência Do Movimento Hip Hop Paulistano In: ANDRADE, Elaine Nunes de. (Org.) **RAP e educação**, RAP é educação. São Paulo: Summus, p 23-38. 1999.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

DO "DESPEJO" AO "CORTIÇO": REFLEXÕES SOBRE SOCIEDADE, LITERATURA E EDUCAÇÃO

Jéssica Dal Piva⁴

RESUMO: Este estudo busca debater acerca das perspectivas da sociedade entre a Sociologia e da Literatura, mediando as obras e as condições sociais de ambas as produções, auxiliando e (re)pensando os conceitos sociológicos. A Literatura não é Sociologia, mas pode ser vista como um instrumento da imaginação sociológica, pois expressa a realidade de sua época e podemos refletir mecanismos da construção e das influências entre elas. De acordo com os dados e relatos das mídias sociais, o baixo incentivo e a precariedade das escolas fazem com que os estudantes não tenham acesso a livros e desconheçam a literatura brasileira. Em sentido amplo, as obras literárias constituem parte da realidade social, apresentam o cotidiano e os indivíduos, sejam eles da margem ou do centro da sociedade, auxiliando na construção da identidade. A Sociologia e a Literatura permitem debater sobre a sociedade e a educação, estabelecendo relações estreitas e complexas, relacionadas ao indivíduo, sua formação cultural, identitária e social. Para tanto, serão feitos paralelos entre o trabalho literário e a realidade social por meio de levantamento bibliográfico das seguintes obras literárias: “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo (1890) e “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus (1960), que, em conjunto com teóricos da sociologia, ajudaram a compreender a complexidade das obras e da sociedade. De posse desse aporte teórico, serão demonstrados elementos similares com os quais, os estudantes têm enfrentando em sua realidade, além de contribuir para o pensamento crítico e sociológico, considerando assim, reforçar o ato da leitura, o pensamento interpretativo e reflexivo da sociedade. Dessa forma, podemos repensar as questões relativas à sociedade, para além da sala de aula, visando leituras que contribuem para o desenvolvimento intelectual e social.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira; Pensamento sociológico; Sociedade.

FROM "EMPLOYMENT" TO "CORTIÇO": REFLECTIONS ON SOCIETY, LITERATURE AND EDUCATION

ABSTRACT: This study seeks to discuss the perspectives of society between Sociology and Literature, mediating the works and the social conditions of both productions, helping and (re)thinking sociological concepts. Literature is not Sociology, but it can be seen as an instrument of the sociological imagination, as it expresses the reality of its time and we can reflect mechanisms of construction and influences between them. According to data and reports from social media, the low incentive and

⁴ Possui graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2011). Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguçu - FAESI (2015). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela UNIOESTE (2017). Bacharela em Ciências Sociais pela UNIOESTE (2018). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela UNIOESTE (2019). Especialização em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMS (2022). Cursando Pedagogia pela Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR (2021-2024). E-mail: jehdalpiva@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

precariousness of schools mean that students do not have access to books and are unaware of Brazilian literature. In a broad sense, literary works are part of social reality, they present daily life and individuals, whether from the margins or the center of society, helping in the construction of identity. Sociology and Literature allow debating about society and education, establishing close and complex relationships, related to the individual, his cultural, identity and social formation. In order to do so, parallels will be drawn between literary work and social reality through a bibliographic survey of the following: “O Cortiço”, by Aluísio Azevedo (1890) and “Quarto de despejo”, by Carolina Maria de Jesus (1960), which together with sociology theorists, who helped to understand the complexity of works and society. With this theoretical contribution, similar elements will be demonstrated with which students have faced in their reality, in addition to contributing to critical and sociological thinking, thus considering, to reinforce the act of reading, the interpretive and reflective thinking of society. In this way, we can rethink issues for society beyond the classroom. Aiming at debates and readings that contribute to intellectual and social development.

KEYWORDS: Brazilian literature; Sociological thought; Society.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscamos apresentar algumas das relações entre a Literatura e a Sociologia, em obras como “O cortiço” (1890), “Quarto de despejo” (1960), “Iracema” (1865), “Quincas Borba” (1891), entre outras de períodos literários diversos, apresentam satisfatoriamente suas épocas e até mesmo costumes.

A Literatura pode ser uma forma de conhecimento, mas tem uma “natureza ficcional”, ou seja, “que a ficção literária não é miragem do real, mas outro modo de sua apreensão pelo discurso” (COELHO, 2002, p. 6) os relatos que são feitos, parecem próximos a realidade social, são por vezes apenas ficção, que é diferente do conhecimento científico.

Nesse sentido, o argumento a ser desenvolvido propõe que, em alguns momentos, pode haver uma equivalência entre Literatura e a Sociologia, mas o conhecimento científico tem base para comprovar o que é apresentando. A Literatura se utiliza das dinâmicas e comportamentos sociais. A relação entre Literatura e Sociologia é vista em pesquisas e estudos sobre a sociedade. Discussões sobre a formação do indivíduo ou de grupos, identidade, cotidiano, costumes, entre outros, são relatados em ambas as áreas. Debater a sociedade é tarefa de todas as áreas de conhecimento, sejam elas relacionadas às ciências humanas, aplicadas ou até mesmo das exatas. Assim sendo, sociologia e Literatura debatem a sociedade por meio de definições do contexto simples

ou convencional, apresentam conceitos e relatos. Esses apontamentos permitem que a Literatura em alguns momentos se desenvolva por meio de instrumentos trazidos pela Sociologia, com base nas diversas sociedades.

As obras analisadas nesta pesquisa são “O Cortiço” de Aluísio Azevedo (1890) e o “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus (1960). A proximidade dos relatos facilitou que ambos estivessem nessa discussão, entretanto, é preciso levar em conta que eles foram lançados com um espaço de tempo diferente, em épocas e períodos diferentes no Brasil.

Em Azevedo e na descrição dos espaços marginalizados das comunidades de Carolina, ambos se mostram fiéis à realidade da época e que ainda temos. O cotidiano do cortiço e da comunidade de Carolina possui diversos personagens que ao longo de sua obra contam a vida e os costumes, além da maneira de falar, os trejeitos e até mesmo como se comportam. As obras apresentam os espaços a partir do que estão vendo, ou seja, de sua observação participante.

A escolha do livro de Carolina (1960) se deu, pois, parte das relações que são citadas e construídas cotidianamente na sociedade. Como a circulação dos indivíduos é afetada quando se vive a margem ou com a desigualdade. Ao longo da obra, as dificuldades são citadas, por ser negra, mulher, mãe de três filhos e morar em uma favela, suas condições são ainda mais dificultadas durante sua vida. A autora escreve e descreve desde abusos sofridos, dificuldades e a fome.

Segundo Audálio Dantas (JESUS, 2014, p. 6), a história escrita por Carolina, é um relato fiel da comunidade e que ninguém poderia escrever melhor, uma vez que era a visão de dentro da favela. A história que todos buscavam sobre a favela escrita em cadernos, a repetição da rotina e da busca por sobrevivência no lixo da cidade, juntamente com as descobertas que podem ser geradas.

As obras analisadas relatam situações próximas, onde os indivíduos com rendas desiguais ou sem condições de moradia, seja alugada ou própria, se juntam em um espaço e o dividem. Os cortiços e as favelas, ainda hoje fazem parte do cenário do Brasil, a desigualdade existe e permanece no cotidiano dos brasileiros.

Neste artigo, as obras evidenciam problemáticas que envolvem a realidade social de cada época e que ainda hoje são discutidas em nossa sociedade. A convivência entre dominantes e dominados é presente nas obras. Isso acontece nas demais relações sociais

cotidianas, as quais praticamos. Quando socializamos, construímos algumas formas de adaptações e até mesmo condições relacionadas ao meio em que estamos.

Para este artigo “O Cortiço” e “Quarto de Despejo” foram lidos e fichados para facilitar a utilização do material original dentro do texto. Com a revisão bibliográfica buscamos relatos sobre os cortiços e favelas dentro das pesquisas de cunho científico. O referencial teórico tem por objetivo analisar as relações dos indivíduos dentro da sociedade e do meio em que vivem, partindo da realidade retratada e relatada por eles.

Para além dos fragmentos escolhidos ou citados neste artigo, é preciso compreender a visibilidade que a sociedade de maneira geral, estabelece quando trata de cortiços ou favelas. A marginalização dos espaços que pertencem a sociedade e posteriormente, o reflexo gerado nos indivíduos, considerando que muitas vezes as favelas são tratadas como uma parte fora da sociedade.

A Literatura com seus diversos métodos, sejam eles românticos, naturalistas, populares, entre outros, desenvolve na sociedade teorias para apresentar o que é ficção e o que poderia ser a realidade. A Literatura e Sociedade são frequentemente vistas como uma unidade de análise, elas estão presentes na formação do indivíduo no meio educacional e na realidade social.

ALUÍSIO AZEVEDO E CAROLINA MARIA DE JESUS

Aluísio Tancredo Gonçalves Azevedo nasceu no Maranhão, em São Luís a 14 de abril do ano de 1857, foi caricaturista, jornalista, romancista e diplomata. Seus romances defendiam a abolição da escravatura, tratavam do preconceito racial, agrupamentos humanos, degradação das casas de pensão e exploração pelos imigrantes, principalmente os portugueses. Em 1895 ainda diplomata passou pela Espanha, Japão, Argentina, Inglaterra e Itália, faleceu em 21 de abril de 1913 aos 56 anos⁵.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais em 14 de março de 1914, foi escritora, compositora e poetisa brasileira. Mudou-se em 1930 para São Paulo, onde trabalhou como lavradora, doméstica e catadora. Em 1948 mudou para a favela do Canindé e teve 3 filhos. Em 1960 publicou o livro “Quarto de Despejo: diário

⁵ Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

de uma favelada” saiu da favela e anos depois voltou a mesma condição. Faleceu em São Paulo, em 13 de fevereiro de 1977⁶.

“O CORTIÇO” DE ALUÍSIO AZEVEDO (1890)

“O Cortiço” de Aluísio Azevedo, publicado em 1890, faz parte da literatura brasileira. A obra composta por 23 capítulos apresenta vida, habitação coletiva, pessoas em condições de pobreza, além de alguns costumes. O cenário baseia-se em um cortiço no bairro de Botafogo, no Estado do Rio de Janeiro. O romance permite compreender o Brasil do século XIX, pois algumas relações sociais representadas ainda que de maneira fictícia, eram também as que estavam acontecendo na época (AZEVEDO, 2011).

A obra apresenta de forma minuciosa os contrastes sociais, diversos personagens e parte do submundo do Rio de Janeiro. Azevedo descreve personagens grosseiros e vulgares, mostrando ainda, o mestiço brasileiro em suas dimensões e posições sociais. Retrata também, o estrangeiro rico ou não, exploração dos trabalhadores, cobiça, adultério, prostituição e a miséria coletiva.

Em cada personagem do cortiço, a individualidade é representada na coletividade. A realidade é fragmentada e cada um faz parte de algo que todos vivem. Azevedo percebe a estrutura social que estava se formando, a qual não poderia ser ignorada ou reduzida, visto que fazia parte do cenário social da época. Em cada personagem há a preocupação de não em retratar a vida como ela é, mas sim criticar e problematizar a forma de como a sociedade estava se moldando naquele momento (CARVALHO, 2008, p.9).

Dentre os personagens, João Romão, o português ganancioso e explorador, busca enriquecer, de empregado da venda torna-se proprietário quando seu chefe e conterrâneo volta a Portugal e lhe deixa a venda como forma de pagamento dos honorários. Segundo Azevedo (2011, p.17) Romão reduzia tudo a moeda, tanto que “(...) o rapaz atirou-se a labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignando as mais duras privações”.

⁶ Disponível em: https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/.

Bertoleza é outra personagem do romance. Crioula, trintona, trabalhadora, não alforriada, depois que seu companheiro morreu, foi enganada por Romão, do qual se tornou amante. Posteriormente, objeto de suas necessidades, era explorado por meio de força de trabalho e pelo seu corpo. De acordo com o texto, “Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro” (AZEVEDO, 2011, p.17).

Miranda, vizinho de Romão, era atacadista de panos e estava sempre preocupado em manter suas aparências e posição social (AZEVEDO, 2011, p.22). Miranda, não era feliz, havia feito um casamento com Estela por interesses comerciais. Tiveram uma filha chamada Zulmira, mas, não gostava dela, pois, acreditava que ela poderia não ser sua filha (AZEVEDO, 2011, p.30). Estela, de acordo com o texto, dava ao marido desgosto, seu comportamento não era bem visto (AZEVEDO, 2011, p.21). Zulmira foi forçada a casar-se com Romão, sem poder tomar decisões e sem direitos, foi tratada assim, como mercadoria de troca.

Rita Baiana era muito bonita e sensual, assim como Pombinha e Leónie, sabiam do poder feminino sobre os homens. Pombinha recebeu uma boa educação de sua mãe, seu pai era falido. Era muito querida entre os moradores do cortiço, pois resolvia contas e ajudava lendo jornal e escrevendo cartas, já estava prometida em casamento. Leónie era prostituta.

Firmo era carioca e capoeirista, morava no cortiço ao lado, era amante de Rita. Apesar de muito esperto, morreu em uma emboscada feita por Jerônimo, este era português, inteligente, honesto, trabalhador e vivia de maneira simples. Tornou-se amante de Rita, mas era casado com Piedade. O amor lhe deixou abrasileirado, preguiçoso e luxuoso. Piedade era simples e honesta, submissa ao marido e vivia do mesmo modo como vivia em Portugal.

O romance apresenta outros personagens, como Botelho um parasita social (AZEVEDO, 2011, p.33), Senhorinha filha de Jerônimo e Piedade (AZEVEDO, 2011, p.55-56), “Juju” filha de Alexandre e Augusta, “Henriquinho” hóspede de Miranda, D. Isabel mãe de Pombinha, Leandra a machona, Paula conhecida como bruxa, Marciana e sua filha Florinda, o casal Bruno e Leocádia, Libório um velho, Alexandre era solado e Albino afeminado.

O cortiço apresenta em seu contexto a diversidade das vidas, uma vez que por trás de cada porta há ou não uma história familiar, por vezes sub-humana e degradada. O romance mostra desde as mães ensaboando seus filhos, adultérios, rivalidade, cobiça e até mesmo a prostituição. Além disso, os indivíduos são tratados como seres animalizados e sua descrição é cheia de dramas.

A degradação e a decadência do ser humano relacionam-se a mistura das raças, fazendo com que a promiscuidade seja também uma condição. Contudo, o meio é um fator principal, este influencia o comportamento dos indivíduos dentro do cortiço. A desigualdade social é bastante explorada, tanto que representa a sociedade da época e ainda hoje pode ser observada.

“QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” DE CAROLINA MARIA DE JESUS (1960)

“Quarto de Despejo” foi escrito em formato de diários, com relatos do cotidiano e da rotina na favela, a obra foi escrita entre os anos de 1955 e 1960. No ano de 1960 foi editado e publicado pelo repórter Audálio Dantas. Os relatos de Carolina estão relacionados a favela ao redor do Rio Tietê, chamada de Canindé, na zona Norte de São Paulo (JESUS, 2014).

O cenário histórico e democrático (1945-1964) desse período tem como contexto o governo de Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília e obras relacionadas a expansão e crescimento da infraestrutura do Brasil. Com o país em desenvolvimento, as pessoas eram marginalizadas e quase que amontoadas em favelas, em condições de pobreza e miséria (SOUZA, 2016).

O Canindé foi lar de Carolina e seus filhos (NASCIMENTO, 2021, p.94). O relato de em seus cadernos são sobre seu sofrimento, da forma como sobreviveu a fome, desigualdade, dificuldades e a falta de dignidade. Realidade até hoje vivida por diversas mulheres na mesma condição que ela. Sua primeira obra lançada vendeu 10 mil cópias em 4 dias e 100 mil durante o período de um ano (JESUS, 2014, p.8).

Em seu diário, Carolina relata que criou sozinha os filhos João José, José Carlos e Vera Eunice, todos cresceram na favela (NASCIMENTO, 2021, p.94). Carolina relata as dificuldades de criar os filhos, mas também relata a vontade de trabalhar, segundo ela

“Os meus filhos não são sustentados com pão da igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los” (JESUS, 2014, p.16).

Ela prezava muito pela educação dos filhos e os fazia ir à escola mesmo com medo da violência cotidiana. Não se casou por escolha, mas, contou envolvimento amoroso com Manoel e Raimundo. Não ficou com nenhum, pois afirmava que conseguia seu sustento e dos filhos sem precisar de homem nenhum.

Outro relato recorrente nos diários é a forma como ela e seus filhos conviviam com a fome, muitas vezes se sentia doente e fraca, sem energia até mesmo para escrever. Em um trecho de seu livro “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (JESUS, 2014, p.32).

Relatos de fome, desigualdade e injustiça, são bastante mencionados. A angústia de Carolina aumenta, quando ela passa a não conseguir juntar dinheiro suficiente para comprar comida. Em alguns momentos a dificuldade era ainda maior, a falta de dinheiro fazia com que a família comesse restos encontrados do lixo, fazendo com que tivessem medo de morrer envenenados ou até mesmo por alguma doença relacionada.

Carolina em um de seus relatos:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático pra mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a liberdade dos escravos (...) Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer ele brada: - Viva a mamãe! A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir: minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha (...) E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual - a fome! (JESUS, 2014, p. 30).

A realidade da favela é composta por cenas de violência doméstica, alcoolismo e brigas entre casais e vizinhos. Carolina sempre relata ser contra a violência, sempre chamava a polícia e era chamada de intrometida, pois não gostava do ambiente hostil em que vivam seus filhos quando as brigas começavam.

A escritora aponta sua preocupação com a situação político-social do país, segundo ela “Quem governa nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, dor e a aflição de pobre” (JESUS, 2014, p.39). Dessa forma, como se estivesse falando em nome de todos os marginalizados, os diários descrevem a realidade de outras tantas favelas do Brasil da época e até mesmo das atuais.

Carolina descreve momentos de tristeza e esperança, os sentimentos ruins se misturam aos bons e vive versa, sem saber direito o que está sentindo. A afirmativa que segue “A voz do pobre não tem poesia” (JESUS, 2014, p.140), faz analogia ao sofrimento vivido nas periferias, que por vezes o indivíduo não é visto e muito menos ouvido pela sociedade.

LITERATURA E SOCIOLOGIA: BREVES APONTAMENTOS DA SOCIEDADE A PARTIR DAS OBRAS

O objetivo é apresentar como as obras de literatura “O Cortiço” (1890) e “Quarto de Despejo” (1960) se relacionam com alguns aspectos da sociedade e identidade cultural brasileira que também fazem parte da discussão científica da Sociologia. Quando as questões sociológicas são analisadas a partir da Literatura, podemos observar a riqueza de detalhes, descrita desde os comportamentos e costumes dos indivíduos quando em grupos ou não.

A Literatura que por ora se apresenta romântica e por ora não, descreve assim como a antropologia os comportamentos com a observação participante ou com metodologia similar. A Antropologia é vista, como “(...) uma área específica para o estudo do homem, suas interações sociais, herança história e identidade comunitária” (LIDÓRIO, 2009, p.11).

Em “O Cortiço” (1890), as problemáticas como a cobiça, os indivíduos tratados como animais, o trabalho sem descanso, as brigas entre vizinhos e as relações extraconjugais, eram relatadas de forma recorrente. Azevedo descreveu o despertar dos moradores “(...) das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas; o cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para a janela as primeiras palavras, (...)” (AZEVEDO, 2011, p. 38), mesmo com o cansaço do dia a dia cumprem as obrigações.

Carolina relatava a fome, as brigas violentas, a injustiça social e as condições precárias dentro da comunidade não apenas de sua família, mas dos demais moradores da favela. A autora afirma que “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já

passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças” (JESUS, 2014, p.29).

Sobre a favela, de acordo com Lícia do Prado Valladares (2005), dá ênfase ao histórico do controle higienista e isso vem desde as primeiras décadas do século XX. A favela é considerada um lugar urbano onde os indivíduos são vistos como “invasores” e posteriormente “favelados”. Neste espaço, se tem o controle e a indiferenciação, ele está fora do âmbito jurídico-político.

Questões como estas citadas, são elencadas diariamente no cotidiano dos indivíduos que vivem à margem da sociedade. Porém a cidade se desenvolve por meio do capitalismo e das relações sociais, fazendo com que seja difundida a modernização, assim a cidade passa a ser o lugar com maior capacidade de atrair e manter gente pobre e em condições sub-humanas (SANTOS, 2008, p.10).

O cortiço e a favela são vistos como um transtorno social, por não seguirem um padrão ou até mesmo uma forma da qual se julga a mais correta. As regras de etiqueta são extintas nesses grupos, sua forma de estar inserido socialmente é diferente das demais, suas condutas por vezes, são vistas como não civilizadas.

Entretanto, os bairros periféricos não são uma realidade apenas das grandes cidades ou algo isolado, com o êxodo rural esse processo foi acelerado, o que fez com que a periferia surgisse. De acordo com Lacoste (1990, p.179) o crescimento urbano resultou de um fenômeno novo por sua amplitude, o êxodo rural exprime as mudanças que se operam também no campo.

Vale ressaltar que o argumento a ser desenvolvido neste artigo, não busca colocar em igualdade a Literatura e o conhecimento científico que neste caso advêm da sociologia. Mas, busca explorar outras possibilidades entre a Literatura e a Sociologia, para compreender indivíduo e sociedade. Para isso, é preciso analisar de forma epistemológica a compreensão das dinâmicas sociais.

Em “Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial” Chalhoub (1996), relata como era a superpopulação nos cortiços cariocas nos anos de 1870 a 1880. As grandes populações destas comunidades estavam relacionadas às migrações de grupos portugueses em busca de trabalho no comércio da capital e também de migrações internas, entre uma cidade e outra.

Segundo Chalhoub (1996, p.88) as habitações populares eram compostas por “Migrantes portugueses e negros crioulos ou africanos; escravos vivendo ‘sobre si’, libertos e livres dividiam democraticamente, mesmo que nem sempre de forma pacífica, os cortiços”. Esta descrição se apresenta de maneira similar em Azevedo, pois atrás de cada porta do cortiço, algum personagem estava na tentativa de condição melhor de vida, seja com seu trabalho ou com alguma “trapaça”.

A descrição da pobreza e do indivíduo pobre foi tema de diversos romances, não apenas de Azevedo, é temática de pesquisas da área da sociologia. Os indivíduos desta condição são vistos como não sendo civilizados e pouco educados, não seguem nenhuma etiqueta social. De acordo com Joel Rufino dos Santos (2004), a história tradicional, que registra o passado, falhou, uma vez que os escritos sobre a população carente se referiam ao pobre como sendo “o outro” aquele que é indesejado.

Segundo Rufino dos Santos (2004) a literatura se apresentou eficiente na representação social do pobre, por meio dela, foi possível “revelar” modo de vida, costumes e dilemas. Segundo o mesmo autor, em Azevedo realizavam pesquisas inclusive de campo, ou seja, iam a alguns cortiços para que fosse possível “dar mais vida” aos seus personagens.

Carolina chama a atenção ao problema da fome em diversas passagens de seu diário, em algumas a autora relata o desejo de se suicidar, acredito que pelo fato de não sofrer mais e para acabar com o sofrimento de seus filhos. Em um dos trechos ela diz que “(...) hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dá. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer” (JESUS, 2014, p.174).

A reciclagem feita por Carolina vai além de materiais que encontra pela rua, ela busca no lixo uma forma de sanar suas necessidades, necessidades estas impostas pelo modo de viver na favela. Mesmo diante das dificuldades, Carolina (2014, p.25) relata ser muito alegre e que todas as manhãs ela canta, “Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre”.

Diante dos pontos abordados, é possível notar que as diferentes perspectivas sobre a fome, violência e condições de vida são expressas nas duas obras deste estudo. Essas narrativas surgem do anseio de melhorar o próprio cotidiano e são relacionadas aos desejos e sonhos de cada personagem.

Em diversos momentos, se identificam passagens que poderiam ser acontecimentos reais, a maioria relatando a pobreza, fome, desigualdade e a precariedade da humanidade. Além das dificuldades dos indivíduos e de suas relações para sobreviver as mazelas do dia a dia. A realidade retratada nessas obras, por vezes nos parece distante, mas se observarmos nossas cidades, já podemos notar a existência dessas dificuldades.

LITERATURA E SOCIOLOGIA NA SALA DE AULA

Ler e escrever são habilidades que desenvolvemos tidas como fundamentais que possibilitam a produção de novos conhecimentos. O hábito da leitura, juntamente com o domínio da escrita, é indispensável. Na escola, por exemplo, aprendemos a desenvolver pensamentos mais complexos, tendo como ponto de partida a leitura, ela nos mostra um vocabulário extenso e com mais possibilidades.

Ao contrário do que estamos acostumados a escutar ou a deduzir, a leitura e a escrita não são desenvolvidas apenas nas aulas de língua portuguesa, mas sim em todas as outras disciplinas, todos os professores atuam neste processo. Masschelein e Simons (2017, p.10), afirmam que a escola “tem o potencial para dar a todos, independentemente de antecedentes, talento natural ou aptidão, o tempo e o espaço para sair de seu ambiente conhecido, para se superar e renovar (e, portanto, mudar de forma imprevisível) o mundo”.

Para Young (2011, p.614), “a finalidade mais fundamental da educação escolar (...) é levar os alunos para além de sua experiência por formas às quais eles dificilmente teriam acesso em casa. Certamente é para isso que são as escolas”. Diante dessa afirmativa, as disciplinas podem e devem estar relacionadas umas com as outras, partindo do pressuposto de um melhor aproveitamento e do ensino-aprendizado com mais eficácia.

A sociologia apresenta ferramentas para que os estudantes possam compreender as relações sociais de forma crítica, tendo como base a afirmativa de gerar cidadãos críticos e transformadores. O ensino da sociologia tem relação com as transformações para a formação de um estudante que analisa as relações sociais, ainda que no campo racional e se apresente na aplicabilidade dos conceitos de forma empírica.

O papel da sociologia é preparar os jovens para entender as relações do sistema e da sociedade que estão inseridos. Segundo Ianni (1988), o mundo depende da sociologia para que possa ser explicado, para então compreender que sem a sociologia o mundo pode passar a ser confuso e incógnito. Diante disso, a sociologia atua como uma ação de “autoconsciência” da sociedade.

Para Souto (1987), o “pensar sociológico” é pensar não somente de modo racional ou rigoroso, mas também de maneira a ser comprovada pela observação controlada dos fatos sociais. Incluir a disciplina de sociologia é partir de observações da realidade juntamente com a vida social.

Com relação a leitura de textos literários, nota-se que há envolvimento de sentimentos, emoção e prazer. Eles não partem de um padrão de escrita de textos, são mais flexíveis, desenvolvem habilidades e conhecimentos que por vezes são específicos para descobrir uma história.

A leitura de textos literários, para Antonio Candido (1972, p.3), “(...) serve para ilustrar em profundidade a função integradora e transformadora da criação literária com relação aos seus pontos de referência na realidade (...)”. A Literatura é humanizadora, sua ação causa “(...) o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela – com altos e baixos, luzes e sombras (...)” (CANDIDO, 1972, p.4).

A Literatura e a Sociologia abrem caminhos para novas análises e compreensões, para assim desenvolver outras habilidades. Como afirmam Filipouski e Marchi (2009, p.23), “Formar leitores implica destinar tempo e criar ambientes favoráveis à leitura literária” esse processo pode ser facilitado se em conjunto, forem inseridas atividades com a finalidade social. Dessa forma, por meio da leitura e o contato com textos variados, os alunos podem encontrar respostas para suas inquietações, interesses e expectativas (FILIPOUSKI; MARCHI, 2009, p.23).

A Literatura e a Sociologia podem ser utilizadas em conjunto como um meio de possibilitar o conhecimento de novos conceitos e leituras de fácil acesso, mas que mesmo assim auxiliem em discussões fundamentais para o cotidiano. A partir das análises das obras literárias, os estudantes podem elencar alguns conceitos, que por vezes se destacam mais que outros e assim, aprender sua aplicabilidade na sociologia.

As obras literárias analisadas neste estudo apresentam temas e temáticas que são vistas no cotidiano, elas estão relacionadas à desigualdade social. Refletir sobre estas

questões por meio de leituras, estimula os estudantes a refletir sobre o mundo em que vivem, fazendo com que possam compreender e criar novas perspectivas de uma mesma realidade.

Dessa forma, as escolas podem desenvolver dentro e fora da sala de aula, estímulos de leitura e pesquisa, que tenham como base a Literatura e a Sociologia, onde a ficção e o conhecimento científico se relacionem e desenvolvam análises complexas e de importância para a sociedade. Desenvolver o pensamento crítico e científico é de fundamental importância para nossas pesquisas e para sociedade de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das relações que podemos fazer utilizando-se da Sociologia e da Literatura, acredita-se na necessidade de repensar as questões dentro e fora da sala de aula. Enquanto professores podemos articular com as demais disciplinas e criar ações de incentivo e pesquisa nos estudantes. A importância da leitura e da escrita, se apresenta quase que cotidianamente em diversas instituições sociais, não apenas na escola.

Com a experiência literária é possível que tenhamos novas formas de debater e se comunicar socialmente. Quando se tem o contato com textos literários e a sociologia, podemos priorizar o indivíduo e a sociedade. E ainda, debater a diversidade dos textos e das obras, fazendo com que o ensino saia do que nos é monocromático, fato este que acontece quando não somos familiarizados com a leitura.

O trabalho de leitura, leva ao questionamento e possibilita que os alunos encontrem nos textos a fantasia, invenção e até mesmo sua realidade, se permitindo dessa forma, levar-se pelo pensamento. Os anseios de levar a literatura e a sociedade aos alunos se dá, pois, as necessidades educacionais estão ligadas ao desenvolvimento do indivíduo na sociedade em que vive.

Para tanto é preciso pensar em novos métodos de estudo para conduzir os estudantes, mas, que sejam pertencentes a realidade do mesmo. Segundo Candido (1995), a literatura é a demonstração da necessidade humana de fabular, ou seja, ela parte de nós mesmos. Kleiman (1995) afirma ser necessário que os sentidos sejam revelados, pois assim a leitura se torna prazerosa e passa a ser oportuna.

Quando o romance “O Cortiço” (1890) foi analisado, notou-se o protagonismo de personagens que viviam a margem da sociedade, ou seja, eram tidos como marginalizados na época. Dentre eles havia trabalhadores informais, capoeiras, prostitutas, imigrantes e mulatos. De acordo com Azevedo (2011, p.140) o número de hóspedes crescia, os cômodos eram do tamanho de sepulturas e as mulheres “(...) iam despejando crianças com uma regularidade de gado procriador”.

De acordo com Rui Mourão (AZEVEDO, 2011, p.12), o cortiço é um dos melhores relatos sobre o Brasil no período do segundo império, no qual era preciso sobreviver na estrutura colonial. Esse período é marcado por portugueses com condições melhores que as de negros e mulatos, que estavam mal definidos nesse espaço, fazendo com que houvesse um escalão inferior da sociedade.

Para Antonio Candido (2004, p. 128), no ensaio intitulado “De cortiço a cortiço”, “está presente o mundo do trabalho, do lucro, da competição, da exploração econômica visível, que dissolvem a fábula e sua intemporalidade”. Nota-se que os personagens são alienados e estão longe de compreender os problemas de seu país e até mesmo as relações políticas e sociais, o capitalismo atua fortemente na classe trabalhadora.

Em Azevedo de forma fictícia humaniza a pobreza, ou seja, faz com que o leitor, compreenda o lugar social do pobre e as batalhas do seu cotidiano, as quais definem nas práticas, fazendo com que aceitemos que não se vive como deveria, mas sim, como se pode. Para tanto, questões como a marginalização e a desigualdade social são debatidas de forma recorrente nas ciências humanas.

Carolina (1960) também apresenta uma realidade próxima ao do cortiço, na qual algumas pessoas existem, mas não são vistas pela sociedade e são marginalizadas apenas pela forma como vivem. O trabalho de catadora fez com que Carolina escrevesse pouco, mas mesmo assim relatou a favela que ainda não havia sido vista ou lida pela sociedade.

A construção da favela é um fenômeno histórico. Do qual pode se analisar a compreensão da sociedade brasileira, desigualdade do acesso e apropriação da terra. A favela é um “problema” histórico e urbano, que continua sendo algo emblemático nas cidades brasileiras. As favelas possuem diversas aglomerações de famílias, cultura e identidades.

Historicamente as favelas foram relatadas e descritas com Gilberto Freyre em “Sobrados & Mocambos” (1936), seguindo em a “Casa-Grande & Senzala” (1933) que em um dado momento tratava da caracterização de situações habitacionais que eram destinadas a indivíduos de classes e rendas diferentes. Relatos como estes nos permitem observar a realidade dentro da favela ou das comunidades.

“Quarto de Despejo” (1960) apresenta relatos do cansaço e do trabalho são recorrentes. Mas, a necessidade do sustento e do trabalho, mostra que não há outra opção. Carolina (2014, p.11) diz que pretendia comprar um par de sapatos para sua filha, como presente de aniversário, mas o custo dos alimentos impede que ela realize esses desejos e afirma “Atualmente somos escravos do custo de vida”.

Entretanto, mesmo que se tenha passados alguns anos que essas obras foram escritas, é possível perceber que poucas coisas mudaram. O sociólogo Luis Henrique Paiva⁷ afirma que de acordo com dados recentes o “Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo”⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Ática, 2011.

Aluísio Azevedo – Biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>. Acessado em: 26/12/2021.

Biografia de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: _____. **O Discurso e a Cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio (Org). **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1972.

⁷Coordenador de estudos em seguridade social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

⁸“Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres”. [https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres#:~:text=%E2%80%94%20Brasil%20est%C3%A1%20entre%20os,Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada%20\(Ipea\).&text=Nesse%20ranking%20da%20desigualdade%2C%20base%20em%20dados%20de%202018](https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres#:~:text=%E2%80%94%20Brasil%20est%C3%A1%20entre%20os,Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada%20(Ipea).&text=Nesse%20ranking%20da%20desigualdade%2C%20base%20em%20dados%20de%202018).

CARVALHO, Vivian C. Alves de. **O Cortiço: um estudo dos personagens à luz da Sociologia do Romance.** *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*, Artigos da seção livre PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 04 N. 01 – jan/jun 2008.

COELHO, Ruy. **Ficção e realidade.** Disponível em: <http://www.usp.eca.br/associa/cesa/revista/revista4/ficcaoerealidade.html>

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro; MARCHI, Diana Maria. **A formação do leitor jovem: temas e gêneros da literatura.** Erechim: Edelbra, 2009.

GOMES, Isis Valéria. Retrospectiva: o acesso ao livro e à leitura pelos jovens no Brasil. In: FAILLA, Z. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3.** São Paulo: Instituto Pró-livro/Imprensa Oficial, 2012.

IANNI, Octavio. **A Sociologia e o Mundo Moderno.** São Paulo: EDUC, 1988.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada.** 10 ed. São Paulo, Ática. 2014.

KLEIMAN, Angela (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento.** 8º Ed. Rio de Janeiro. Brestrand Brasil, 1990.

LIDÓRIO, Ronaldo. Conceituando a antropologia. In: **Antropos.** v. 3, n.2. p. 7-15. 2009.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola: uma questão pública.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

NASCIMANTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **Nas linhas de Carolina: o cotidiano da mulher negra periférica em Quarto de Despejo.** *Revista Espaço Acadêmico* – n.226 – janeiro/fevereiro – bimestral. 2021.

SANFELICI, A. de M.; SILVA, F. L. da. **Os adolescentes e a leitura literária por opção.** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 57, p. 191-204, jul./set. 2015.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** 2º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUTO, Cláudio. **O que é pensar sociologicamente.** São Paulo: EPU, 1987.

SOUZA, Alessandra Araújo de. **Do quarto de despejo a sala de visita: experiência e narrativa nos diários de Carolina Maria de Jesus (1955-1961)**. João Pessoa, 2016.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. Os pobres. In: **Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres**. São Paulo: Global, 2004.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro. 1ª. Edição Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2005.

YOUNG, M. **O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011.

**CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL – CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS (CHASA): UM CAMINHO PARA A
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS JOVENS INDÍGENAS**

*Jaiane da Silva Souza*⁹

RESUMO: Esse trabalho surge da inquietação em saber que o número de escolas indígenas é insuficiente para atender a população indígena. Isto posto, quando os estudantes indígenas frequentam escolas não indígenas deveriam vivenciar uma inclusão étnica e cultural. Nesse sentido, nosso trabalho objetiva analisar o currículo de referência da educação pública do Mato Grosso do Sul, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de maneira a identificar os elementos que ali tornam possíveis a transmissão e produção de conhecimentos “tradicionais” e permite um ponto de interpelação (HALL, 2000) para a formação das identidades indígenas. Enaltecemos os temas do currículo que fazem com que os estudantes indígenas possam ser protagonistas durante o processo de ensino-aprendizagem, desde a abordagem do colonialismo e ocupação do território brasileiro na 1ª série do ensino médio até estudarem os processos identitários e resistência cultural na 3ª série. Destacamos a importância do estudante protagonista no processo de aprendizagem para que os conteúdos possam ser construídos a partir da experiência de cada envolvido. Nesse sentido, é perceptível uma trilha de desenvolvimento dos conteúdos ao longo dos três anos de Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Indígena, Mato Grosso do Sul, identidade, currículo

**REFERENCE CURRICULUM OF MATO GROSSO DO SUL – APPLIED
HUMAN AND SOCIAL SCIENCES (CHASA): A PATH TO THE IDENTITY
CONSTRUCTION OF INDIGENOUS YOUNG PEOPLE**

ABSTRACT: This work arises from the concern to know that the number of indigenous schools is insufficient to serve the indigenous population. That said, when indigenous students attend non-indigenous schools they should experience ethnic and cultural inclusion. In this sense, our work aims to analyze the reference curriculum of public education in Mato Grosso do Sul, Humanities and Applied Social Sciences, in order to identify the elements that make possible the transmission and production of "traditional" knowledge there and allow a point of view. interpellation (HALL, 2000)

⁹ Aluna da pós graduação em ensino de Sociologia na UFMS. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia PPGGEO/UFMS/CPTL. Licenciada em Geografia pela UFMS/CPTL. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Geografia PPGGEO/UFMS/CPTL. Licenciada em Geografia pela UFMS/CPTL. E-mail: jaianeufms@hotmail.com

for the formation of indigenous identities. We praise the curriculum themes that make indigenous students protagonists during the teaching-learning process, from the approach of colonialism and occupation of Brazilian territory in the 1st grade of high school to studying the identity processes and cultural resistance in the 3rd grade. . We emphasize the importance of the student protagonist in the learning process so that the contents can be built from the experience of each involved. In this sense, a track of development of the contents over the three years of high school is perceptible.

KEYWORDS: Indigenous school education, Mato Grosso do Sul, identity, CHASA curriculum.

INTRODUÇÃO

Os indígenas em Mato Grosso do Sul são representados por oito povos diferentes, sendo eles: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató. Esses povos vivem em territórios indígenas e não indígenas lutando para serem reconhecidos na sociedade e para garantirem seguridade em seus territórios e fora deles (MATO GROSSO DO SUL, 2022).

O Brasil é reconhecido por abrigar um alto grau de diversidade cultural, começando pelos povos nativos com os que se depararam os portugueses quando em 1500 atracaram no litoral. Os indígenas devido às nefastas consequências de séculos de dominação colonial - trazendo conflitos, doenças, fome, deslocamentos forçados, trabalho forçado e castigos corporais, etc. – são muito menos no tempo presente.

Vale ressaltar que a história desse povo é marcada por perseguições e violências que não são apenas físicas, mas também simbólicas. Em nosso estado e em muitos outros do Brasil encontramos comunidades indígenas e grupos que lutam pela terra e pela própria identidade.

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, são 08 povos indígenas, espalhados por 29 municípios, que fortalecem esse legado de resistência. Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató, povos que celebram a memória de seus antepassados, mantendo e passando de geração em geração a sua cultura (MATO GROSSO DO SUL, 2022).

É importante ressaltarmos que Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do Brasil, e aqui encontra-se o maior número de conflitos envolvendo indígenas e a segunda maior concentração de terra do Brasil. O que nos

revela uma situação legal muito incerta que produz disputas e conflitos pela terra. Chamorro e Combès (2019) participam dessa discussão ao afirmarem que a violência em todas suas faces permeou e permeia o cotidiano dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

Ainda de acordo com Chamorro e Combès (2019, p. 397), o estado de Mato Grosso do Sul “é também um dos primeiros colocados na violação dos direitos humanos desses indígenas, com repercussão nacional e internacional a respeito de casos frequentes de discriminação, racismo e violência extrema”.

Nesse sentido, entendemos a educação como um dos campos em que acontecem esses processos de dominação e resistência; mas também, um dos lugares em que pode ser construída uma sociedade mais justa e inclusiva. Para alcançar esse objetivo é preciso ativar e alimentar processos de ensino-aprendizagem que reconheçam o outro, sua identidade e cultura (incluindo seus regimes de conhecimento), como valores e recursos importantes e positivos para a coletividade toda. Em particular, é preciso que tanto os estudantes indígenas como os não indígenas conheçam e valorizem a diversidade cultural em nossa sociedade; e que reconheçam a importância de respeitar a cultura e o processo histórico de cada povo que ocupa nosso território e que compreendam ser possível uma sociedade multicultural e multiétnica sob um mesmo território.

É no âmbito dessa luta pela sobrevivência que se insere nosso trabalho, objetivando analisar o currículo de referência de Mato Grosso do Sul - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de maneira a identificar os objetos de conhecimento que permitem um ponto de interpeleção (HALL, 2000) para a formação da identidade indígena.

Assim, buscamos identificar e elucidar em nossos textos conteúdos que abordam e promovem a realidade cultural e os processos históricos dos povos indígenas, para que assim, ao trabalharmos tais conteúdos em sala de aula nossos alunos indígenas possam se sentir representados e protagonistas da história nacional e local, ao passo que os não indígenas possam aprender sobre as diversidades culturais e o respeito ao outro.

Embora percebemos que a educação para a juventude indígena tem avançado nas últimas décadas, ainda há desafios para se cumprir uma educação emancipatória e inclusiva, à permanência da cultura indígena e à construção da identidade de jovens

sempre mais conscientes de seu lugar de atuação nas comunidades indígenas e fora delas, por exemplo.

Porém há deficiências na formação dos docentes das escolas urbanas que atendem aos indígenas, que muitas vezes levam a uma negligência de um conhecimento realmente inclusivo, e a opção por materiais didáticos com uma estrutura eurocêntrica em que está ausente uma narração indígena dos processos históricos.

Nesse ínterim, nosso trabalho elucida como o currículo pode contribuir para a inversão dessa tendência e a promoção de processos identitários e de conhecimento vividos ativamente pelos estudantes indígenas. No entanto, cabe a cada escola e a cada docente trabalhar de maneira assertiva o que é proposto no currículo. E a comunidade escolar como um todo deve ser preparada para incluir essa juventude, bem como os poderes públicos cumprir com o dever de garantir uma educação inclusiva e plena para todos os estudantes inseridos no contexto educacional.

Nas páginas que seguem o *Currículo de Referência do Mato Grosso do Sul - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* será objeto de uma análise de seus conteúdos, tendo em vista o problema da nossa pesquisa: a promoção de uma escola realmente inclusiva. Por um lado, procederemos dialogando com o contexto normativo mais amplo que o currículo integra. Por outro lado, teoricamente, nos apoiaremos numa bibliografia essencial que, se colocando estrategicamente entre a sociologia e a pedagogia nos conduzirá sempre para um tipo de pensamento pós-colonial e decolonial.

CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS (CHASA)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, garante a todos os brasileiros o direito à educação, objetivando a formação integral dos estudantes. Em particular, no artigo 210, ela assegura uma educação inclusiva às comunidades indígenas.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. [...]. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, p. 124, 2016).

Assim, as comunidades indígenas contam com escolas indígenas com currículo específico que trabalham com as especificidades da comunidade onde estão inseridas. Contudo, sabemos que muitas crianças e jovens se deslocam para, ou residem em áreas urbanas encontrando-se na situação de frequentar escolas públicas não indígenas.

É nesse ínterim que buscamos consultar o *Currículo do Novo Ensino Médio do estado de Mato Grosso do Sul*, afim de verificarmos se esse documento que rege o ensino-aprendizagem nas escolas como um todo, inclui as necessidades da população indígena inserida nelas. Vale ressaltar que esse currículo foi estruturado a partir das alterações na Base Nacional Comum Curricular, homologada em 20 de dezembro de 2017:

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

Em nosso estado, optou-se por construir um documento referenciado inicialmente nos currículos anteriores, considerando as especificidades locais e a flexibilização na organização dos objetos de conhecimento, exigidas nas novas diretrizes curriculares. Também organizaram-se comissões que construiriam juntos o currículo tal como apresentaremos a seguir. Atendendo a legislação do Plano Nacional de Educação de 2014, a qual prevê colaboração na construção e implementação das Diretrizes da educação básica.

Nesse sentido a Secretária Estadual de educação do Mato Grosso do Sul espera que o “Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul – Etapa do Ensino Médio possa colaborar com a organização do trabalho didático dos professores do estado e, conseqüentemente, com a significativa aprendizagem dos estudantes (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p.3). Acrescentamos a importância da colaboração e autonomia entre os estudantes no Novo Ensino Médio proposto nas novas diretrizes

escolares nacionais. Em suma, essa autonomia pode contribuir para o processo de construção de consciência pessoal e social do estudante.

Adiante, analisamos o documento intitulado Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHASA) – etapa do Ensino Médio (2021), para compreensão e análise. Adiantamos que o currículo foi elaborado de forma colaborativa e o mesmo objetiva uma formação integral para o estudante do Ensino Médio (MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Partindo do pressuposto de que o Currículo de Referência contempla as expectativas locais para a formação dos estudantes, sua construção ocorreu de forma colaborativa com a sociedade sul-mato-grossense, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, ambiental, cultural e do mundo do trabalho e da prática social vivenciada no estado (MATO GROSSO DO SUL, p. 2, 2021).

Como supracitado, o currículo almeja uma educação pautada no contexto histórico e na realidade próxima onde a escola está inserida. Assim, no âmbito dos conteúdos didáticos relativos às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas dialogaremos com as culturas e identidades étnicas presentes em nosso estado. Isto nos permitirá abordar temas relacionados aos povos indígenas e assim averiguar se o currículo contribui para a formação integral dos jovens indígenas em idade escolar, ou seja que a juventude possa encerrar o ensino básico com habilidades e competências que os auxiliem no mercado de trabalho, sendo um profissional de excelência, mas também que esses estudantes sejam cidadãos conscientes do seu papel emancipador em nossa sociedade.

Aqui, partimos da ideia, bem explicada por Hall (2000), de que nossa identidade pode ser definida quando somos chamados a ocupar nosso lugar de sujeito. Conseqüentemente, entendemos que o processo educacional deve ser o meio que colabora para a formação dessa nova consciência, para que os jovens reconheçam esse lugar de sujeito como lugar de autonomia cidadã e resistência cultural, para perpetuação do seu povo no mundo globalizado.

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares

e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’ (HALL, 2000, p.111-112).

Nesse sentido, concordamos com Hall (2000) quando considera a cultura como a base para a formação das identidades sociais.

Para o autor, as identidades sociais devem ser pensadas como construídas no interior da representação, através da cultura, sendo resultantes de um processo de identificação que nos permite posicionarmo-nos no interior das definições fornecidas pelos discursos culturais (MORAES, p. 170, 2019).

Isto posto, consultaremos o Currículo do novo Ensino Médio da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, justamente, para identificar como o mesmo contribui para um processo de ensino-aprendizagem que passa pela subjetivação da juventude indígena, e por conseguinte para o processo de formação da identidade.

Na continuação, apresentamos alguns quadros com os eixos temáticos e seus respectivos objetos de conhecimento que podem dialogar mais abertamente com o contexto do estudante indígena, seu processo histórico, aspectos culturais e sua luta para permanência e reprodução da sua identidade em território sul-mato-grossense.

Quadro 1: 1º ano do Ensino Médio			
Competência Específica da Área:			
1 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.			
Eixo temático	Habilidades	Componente curricular	Objeto de conhecimento
Tempo e espaço	Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	Geografia	O conceito de espaço: As transformações no espaço geográfico no decorrer da história do homem.
		Filosofia	Mitologia das Diversas Culturas;
	Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado	Geografia	As ocupações Territoriais: Colonialismo e Neocolonialismo.
		História	Imperialismo e Neocolonialismo;

	histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.	Filosofia	Organização política e social influenciada pela cultura e pela filosofia.
		Sociologia	Cultura um conceito Antropológico: Etnocentrismo e Relativismo Cultural.
	Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).	Sociologia	Demarcação e reintegração de terras indígenas e quilombolas no Brasil.
	Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.	Geografia	Etnia e Cultura no Brasil e Mato Grosso do Sul: Diversidade étnica e cultural.
		História	Pré-história: Geral; Brasil; Mato Grosso do Sul. Patrimônio cultural.
		Sociologia	Cultura material e imaterial: Brasileira e Sul-Mato-Grossense.
	Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/ natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.	Sociologia	Processos identitários e resistência cultural.

Fonte: Mato Grosso do Sul, 2021.

Org.: SOUZA, 2022.

Como o quadro 1 nos revela, todos os 11 objetos de conhecimento contemplados nos permitem abordar questões indígenas, de maneira a colocar o estudante indígena no centro de seu processo de ensino-aprendizagem. Passando às habilidades, destacamos a seguinte:

Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a

identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço (MATO GROSSO DO SUL, p. 17, 2021).

Como a própria habilidade afirma, é importante que os estudantes indígenas e não indígenas reconheçam a importância da diversidade cultural em nossa sociedade. Para isso, busca-se compreender o processo histórico nos diferentes tempos e espaços.

Encontramos aqui uma clara oportunidade para o docente trabalhar o conhecimento sobre os povos indígenas em nosso estado e assim enaltecer a importância de suas respectivas culturas e histórias - para que os estudantes indígenas reconheçam e aprendam sobre os processos históricos - e ao mesmo tempo desconstruir o preconceito muitas vezes presente em nossas escolas, por meio de ações de bullying.

Pois, “na história de nações como o Brasil, a criação de padrões culturais promoveu uma série de exclusões, abordando a diversidade de duas formas: assimilando tudo que é diferente a padrões unitários e produzindo segregações” (CANDAU, 2011 apud, LUIZ, p. 2, 2020).

Mas não é tão simples como imaginamos abordarmos tais objetos de conhecimento, pois nas escolas urbanas não indígenas dificilmente teremos professores indígenas que tenham uma formação voltada a trabalhar questões indígenas, da “maneira indígena”. Silva e Marzari (2019) já apresentaram uma crítica à formação docente e ao material didático que não contemplam os conhecimentos sobre a população indígena; e vamos além ao reconhecer a importância da prática da língua materna do povo indígena em ambiente escolar como resistência e perpetuação da cultura desse povo, e como a falta da mesma negligencia os estudantes indígenas.

Destacamos a importância em encontrarmos no Currículo referências à cultura material e imaterial do estado, que esbarram na cultura indígena, mas, ressaltamos que em uma escola não indígena o acesso a esse conhecimento muitas vezes é superficial e não discute questões importantes como a resistência cultural das chamadas minorias, aqui representada pela população indígena que resiste incluindo a diminuição do número de indígenas que falam a língua materna, e por fim lutam pelas terras e os direitos dos povos indígenas.

Quadro 2: 2º ano do Ensino Médio
Competência Específica da Área:

2 – Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.			
Eixo temático	Habilidades	Componente curricular	Objeto de conhecimento
Território e Fronteira	Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.	História	A questão indígena e os conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul;
	Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.	Geografia	As culturas Juvenis e o papel da juventude na análise da ação antrópica sobre o meio ambiente e políticas ambientais.
Sociedade e Natureza	Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.	História	Agronegócio no Brasil e no Mato Grosso do Sul: Seus desdobramentos socioambientais.
	Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais -suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.	Geografia	Exploração de recursos naturais e atividades agropecuárias: práticas agroextrativistas em comunidades indígenas e quilombolas no Brasil e no Mato Grosso do Sul.
		História	Agroecologia: uma nova abordagem no Brasil e Mato Grosso do Sul, em comunidades indígenas e quilombolas.

		Filosofia	A sensibilização socioambiental na perspectiva regional e local de Mato Grosso do Sul.
		Sociologia	Terras indígenas no MS e sustentabilidade.
	Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).	Geografia	Formas alternativas de relacionar-se com a terra, um olhar para o cultivo dos povos tradicionais de Mato Grosso do Sul.
		Sociologia	Formas de incentivo aos grupos étnicos (povos indígenas e quilombolas) para a diversificação na produção de alimentos.

Fonte: Mato Grosso do Sul, 2021.

Org.: SOUZA, 2022.

Já no 2º ano do Ensino Médio, sob o eixo temático Sociedade e Natureza, é contemplado o desenvolvimento de habilidades como por exemplo: analisar os impactos das grandes cadeias produtivas que territorializam nosso estado e como essas cadeias atingem as comunidades indígenas. E também é possível investigarmos e compreendermos como se desenvolvem economicamente as populações indígenas quase encontram em terras indígenas demarcadas ou reconhecidas.

Dessa maneira, os estudantes indígenas podem compreender um pouco mais sobre os desafios de sua comunidade, frente ao grande capital, e também reconhecer formas econômicas sustentáveis que estejam presentes no cotidiano da comunidade ou, ainda conhecer e aprender sobre novas práticas que podem ser utilizadas por eles em suas comunidades de origem.

Além disso, podemos contribuir para que os estudantes indígenas que não vivem o cotidiano nas comunidades, compreendam a importância da relação dos Homens com a terra e assim buscar refletir os aspectos culturais que envolve essa relação tão presente nos territórios indígenas.

Quadro 3 - 3º ano do Ensino Médio			
Competência Específica da Área: 5 - Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.			
Eixo temático	Habilidades	Componente curricular	Objeto de conhecimento
Sociedade Cultura e Ética	Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.	Geografia	Grupos Étnicos de Mato Grosso do Sul, suas organizações socioculturais e localização espacial.
		História	Formação cultural e de identidade do sul- mato-grossense;
	Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	Geografia	Movimentos sociais: a luta Indígena e quilombola pela terra, no Brasil e em Mato Grosso do Sul.
	Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.	Geografia	A luta pela terra e os conflitos sociais no campo.
		História	Violência simbólica com indígenas, negros e latinos.
Competência Específica da Área: 6 - Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.			
Eixo temático	Habilidades	Componente curricular	Objeto de conhecimento
Indivíduo Cultura Política E Ética	Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações	História	Indígenas e Quilombolas no Brasil e Mato Grosso do Sul: período colonial até os dias atuais (século XXI).

afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.		Povos Indígenas: Demarcação de terras e as políticas de Estado; Estudos Étnico-raciais.	
	Filosofia	Preconceito e tentativa de fundamentação da eugenia.	
	Sociologia	Minorias e as lutas por direitos. Indígenas e populações afrodescendentes no contexto de exclusão.	
	Geografia	Mato Grosso do Sul: Formação Social e Econômica.	
	Sociologia	Legislação e direitos sociais. Constituição Brasileira 1988.	
	Geografia	Direitos Humanos no século XXI.	
	Filosofia	Positivismo e os princípios de igualdade nas relações sociais.	
	Sociologia	Democracia, justiça social e direitos humanos.	
	Geografia	O Mito da Democracia Racial brasileira: as consequências das políticas socioeconômicas para os grupos étnico-raciais (negros e indígenas) do Brasil.	
	Sociologia	Possibilidades socioeconômicas brasileiras; Fórum Social Mundial:	
	Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).		
	Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.		
	Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o		

	protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.		Um outro mundo é possível?
--	--	--	----------------------------

Fonte: Mato Grosso do Sul, 2021.

Org.: SOUZA, 2022.

Como acabamos de ver, na 3ª série do Ensino Médio, o currículo nos apresenta dois eixos importantes para o problema aqui abordado, o de Sociedade Cultura e Ética, e o de Indivíduo Cultura Política e Ética. Com efeito, dentro desses eixos encontramos temáticas que discutem sobre a luta por terras dos indígenas em nosso estado e como a ausência de terras demarcadas e a intolerância étnica, tem precarizado a forma de viver dos indígenas.

Neste ano letivo, os jovens terão a possibilidade de buscar, no processo histórico de nosso estado, os episódios que envolveram e envolvem seu povo, e os desdobramentos desses acontecimentos para a juventude indígena de hoje. Assim sendo, os alunos indígenas poderão se reconhecer como cidadãos brasileiros que têm direitos e deveres com nosso país e sobretudo com sua comunidade.

Como podemos averiguar nos quadros 1, 2 e 3, que sintetizam o Currículo referencial de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio no estado de Mato Grosso do Sul, os estudantes indígenas que não estão matriculados em escolas de educação indígena e frequentam escolas não indígenas têm a oportunidade de estudar e aprender sobre seu povo, sua cultura e ser protagonistas do seu processo formativo, tendo a possibilidade não apenas de continuar produzindo sua cultura, mas de fazê-lo no contexto mais abrangente da sociedade nacional. Não obstante devemos ter a clareza de que apenas um documento oficial, contendo temas que devem ser trabalhados em sala de aula, não garante a emancipação e a reprodução da cultura indígena em nossa sociedade.

Nesse sentido, Silva e Marzari (2019) afirmam o seguinte:

[...] o contraste existente entre o material didático disponível sobre o assunto e as informações veiculadas na mídia sobre a atuação dos movimentos indígenas. Mesmo tratando estas populações de forma preconceituosa ou idealizada, os noticiários acabam revelando que os índios são nossos

contemporâneos e fazem parte de nosso país. Dividem conosco o território, participam o quanto podem da elaboração das leis, elegem candidatos, sofrem ao nosso lado com os efeitos de uma economia desestabilizada ou da poluição ambiental. Desta forma, ensinar aos alunos sobre a situação política, econômica e social do nosso país, é também fornecer-lhes informações mais corretas e menos preconceituosas a respeito dos povos indígenas. Igualmente, trabalhar o tema indígena com os alunos é também fazê-los conhecer melhor a realidade do país e refletir sobre a nação que almejam para o futuro (GRUPIONI, 1995, p. 467 apud SILVA & MARZARI, p. 327, 2019).

Não podemos esquecer que até meados do século XX o indígena era obrigado a estudar o catecismo e que muitos deles foram levados a perder aspectos culturais importantes ao longo do processo de formação do Brasil, tais como: forma de organização social, rituais, linguagem e simbologia. Aqui surge a importância de ouvirmos a história daqueles que foram perseguidos e ainda o são; para tentarmos refletir sobre qual Brasil queremos, longe de uma abordagem eurocêntrica. Trata-se de um grande desafio, como sabemos, pois nosso modo de produção é baseado nesta abordagem de explicar a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Currículo podemos verificar uma linha de desenvolvimento dos temas que abordam a população indígena do Mato Grosso do Sul. No 1º ano, os estudantes se concentram em identificar e analisar a cultura do estado e por conseguinte a cultura dos povos indígenas que habitam nosso estado.

No 2º ano, abordarão temas relacionados à forma de organização social e econômica nas comunidades indígenas, uma maneira de aprenderem e compreenderem como seu povo pôde desenvolver técnicas menos degradantes ao meio ambiente e ao mesmo tempo valorizar técnicas que já são utilizadas nos territórios que estão em disputas com as grandes agroindústrias que se expandiram em nosso estado nas últimas décadas.

Finalmente durante o 3º ano, eles poderiam sintetizar o que estudaram nos dois anos anteriores, buscando no processo histórico relações com os dias atuais, e ao mesmo tempo almejando valorizar os aspectos culturais próprios embora muitos tenham se perdido no tempo e no espaço. Nosso objetivo, portanto é encontrar no currículo de

referência conteúdos que nos permitam contribuir para a reprodução e valorização da identidade cultural dos povos indígenas não incluídos nas escolas de educação indígena.

Ou seja, ao final dos três anos do Ensino Médio, se devidamente acompanhados por professores formados e capacitados adequadamente, os alunos reconheceriam seu chamado, ou seja, sua identidade pessoal, e estariam preparados para assumir seu lugar de sujeitos atuantes não apenas no âmbito da sua comunidade de procedência, mas também numa sociedade nacional em que finalmente se sentiriam integrados. Lembramos que a identidade não é um conjunto estático de atributos característicos e definitivos, mas é construída e reconstruída ao longo dos processos históricos no espaço-tempo.

Não somos ingênuos em acreditar que todos os objetos de conhecimento elencados no currículo serão trabalhados de maneira a somar com a juventude indígena, mas já vemos um caminho possível para o reconhecimento das diversidades culturais presente em nosso estado e de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que a própria noção de cidadania, assim como os atributos a ela associados, precisarão passar por um profundo processo de revisão e reconstrução.

Após analisarmos os quadros que sintetizam o previsto no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, percebemos como o Estado está preocupado em incluir a diversidade étnico-cultural em nossa rede básica de ensino, porém temos contrastes que são visíveis no processo de ensino-aprendizagem.

Alguns já citados em nossa escrita, a falta de formação e conhecimento dos docentes sobre os processos históricos dos povos indígenas. A ausência de material didático que atenda tais demandas e a própria infraestrutura da rede de ensino básica, que muitas vezes não conseguem atender todos estudantes de forma inclusiva, respeitando as diversidades presentes.

Porém o currículo no formato que se apresenta nos possibilita refletir e sonhar com uma sociedade com equidade e respeito aos povos indígenas e à tantos outros povos que sofrem com a não aceitação das diversidades que fazem parte de nossa sociedade.

Ressaltamos que essa discussão é muito mais ampla do que apresentamos em nosso escrito. Em trabalhos futuros pode-se utilizar de trabalhos de campo e entrevistas com os agentes envolvidos na realização prática do que está teorizado no documento

que escolhemos apresentar em nosso trabalho, o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHASA).

Também buscaremos compreender se de fato os docentes estão preparados para receber estudantes indígenas, e mais ainda se as escolas não indígenas estão incluindo os indígenas, e como está sendo essa inclusão? Eles praticam a língua materna? A comunidade escolar compreende as rotinas dos estudantes indígenas e seus sistemas de conhecimento?

Esses são alguns dos questionamentos que deixa em aberto nossa pesquisa exploratória. Por fim, analisando apenas o Currículo, podemos avaliar positivamente o fato de que o mesmo tende a incluir os estudantes indígenas no processo de ensino-aprendizagem e visa formar jovens protagonistas e que se reconheçam em sua cultura e nos processos históricos de seu povo.

Porém, ressaltamos a importância de uma pesquisa in-loco para conclusões mais assertivas de como o currículo reflete no processo de ensino-aprendizagem dos envolvidos. Pois como supracitado nas páginas anteriores são perceptíveis outros obstáculos para a realização do ensino pautado no currículo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. **Lei nº 13.415. 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em: 27 de fev. de 2022.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, culturas e transformações sociais**. *Revista Caminhos*. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 397 – 403, 2019.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Mato Grosso do Sul é campeão de conflitos com indígenas, mas também em concentração de terras**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mato-grosso-do-sul-e-campeao-de-conflitos-com-indigenas-mas-tambem-em-concentracao-de-terras> Acesso em: 15 de fev. de 2022.

LUIZ, Juliana Rios. **A cultura indígena no âmbito do currículo escolar:** percursos, caminhos e possibilidades. In: VII Congresso Nacional de Educação. Anais. Maceió, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Currículo de referência de Mato Grosso do Sul –** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Campo Grande, 2021.

_____. **Todo dia é dia de índio: Quais são os povos indígenas do Mato Grosso do Sul?** Disponível em: <https://www.secic.ms.gov.br/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 15 de fev. de 2022.

_____. **Comunidades indígenas.** Disponível em: <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/#:~:text=Em%20Mato%20Grosso%20do%20Sul,%2C%20Atikun%2C%20Ofai%C3%A9%20e%20Guat%C3%B3>. Acesso em: 15 de fev. de 2022

MORAES, Maria Laura Brenner. **Stuart Hall: cultura, identidade e representação.** *Revista Educar Mais*, V.3, nº 2, p. 167 – 172, 2019.

SILVA, Rosangela Santos da; MARZARI, Marilene. **Educação indígena: desafios para as escolas não indígenas em Barra do Garças-MT.** *Revista Prática Docente*, v. 42, n. 1, p. 317-333, jan/jun 2019.

JOVENS PERIFÉRICOS E A POUCA IDENTIFICAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Wagner Eduardo Conceição Souza¹⁰

RESUMO: Nos últimos anos, precisamente a partir de 2013, percebeu-se que os jovens da classe média e alta saíram às ruas em busca de seus direitos, no entanto, dentre esses jovens, os da periferia ficaram isolados sem ter noção de seus direitos como cidadãos. O objetivo central deste trabalho é tratar sobre a questão da identificação do jovem da periferia, sobre a baixa identificação destes no cenário político do país. Propõe-se apresentar algumas reflexões a respeito do desinteresse desses jovens em relação à política do país, com uma alienação às questões que se apresentam no meio social, sem noção dos seus direitos. Procurar-se-á compreender qual mecanismo leva o jovem a se dispensar dessa maneira e não perceber os direitos que lhe cabem enquanto cidadão e a maneira de lutar por eles, através de pesquisa bibliográfica sob o ponto de vista do questionamento social. Construindo, assim, um paradigma em relação ao que leva o jovem da periferia a se isolar do contexto político e ficar à margem da discussão dos interesses sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Periferia. Política. Direitos sociais.

JÓVENES PERIFÉRICOS Y LA POCA IDENTIFICACIÓN CON LAS INSTITUCIONES DEMOCRÁTICAS

RESUMEN: In recent years, precisely from 2013, it was noticed that middle and upper class young people took to the streets in search of their rights, however, among these young people, those from the periphery were isolated without having a notion of their rights as citizens. The main objective of this work is to deal with the issue of identification of young people from the periphery, about their low identification in the political scenario of the country. It is proposed to present some reflections about the lack of interest of these young people in relation to the country's politics, with an alienation to the issues that arise in the social environment, without a notion of their rights. It will seek to understand which mechanism leads the young person to dismiss himself in this way and not perceive the rights that fit him as a citizen and the way to fight for them, through bibliographic research from the point of view of social questioning. Thus, building a paradigm in relation to what leads young people from the periphery to isolate themselves from the political context and stay on the sidelines of the discussion of social interests.

KEYWORDS: Periphery. Politics. Social rights.

¹⁰ Especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: wecs1995@hotmail.com

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo uma pesquisa do site Pindograma, os jovens votam menos que os mais velhos, apesar de haver mais candidatos jovens eleitos desde 2002 (Costa, 2020). Nota-se a baixa identificação dos jovens periféricos com as questões democráticas, conforme aponta o site Teoria e Debate Abramo (2020) levando um grande grupo deles às ruas em maio de 2020.

Os jovens que parecem se interessar pelos assuntos políticos são de classe média e alta, enquanto os jovens das periferias costumam não se engajar, nem buscar seus direitos. Dessa forma é importante pesquisar a respeito e procurar compreender se realmente os jovens moradores da periferia são alienados quanto às questões políticas e por qual motivo.

Como objetivo geral procura-se avaliar as motivações que acolhem essa perspectiva, anotando os questionamentos sobre se realmente esses jovens são alienados políticos e se deixam de lado os interesses que lhe são necessários para terem uma vida mais justa socialmente ou se apenas o cenário político não os abraça como deveria.

É importante falar sobre esse tema em decorrência do que ele representa, pois abrindo espaço para os questionamentos a respeito da pouca identificação dos jovens da periferia com as instituições democráticas possibilita a discussão e a criação de mecanismos de transformação social através de políticas públicas que visem não apenas as classes mais abastadas, mas abranja também as pessoas da periferia, incluindo os jovens.

O jovem da periferia pode estar indiferente quanto às questões políticas por não saber o quão importante é estar politicamente ativo, procurando seus direitos como cidadão, ou talvez, quem sabe, não haja uma abertura para este construir caminhos, e como ser social, também ajudar a desenvolver uma sociedade democrática, em que todos os cidadãos sejam contemplados nas políticas a serem idealizadas.

A seguinte pesquisa será bibliográfica sobre o termo “jovem da periferia”, cujo objetivo seja a identificação destes com a política implementada, em artigos de graduação, teses e dissertações de mestrado e doutorado, e ainda, em sites que tenham assuntos idênticos ou semelhantes, realizando uma seleção de alguns com datas atuais, que compõem um quadro de assuntos relacionados ao tema proposto.

Seguir-se-á pesquisas em sites como *Google Acadêmico*, *SciELO* e sites oficiais do governo para compreender a temática da justiça social com elementos de dados estatísticos sobre a inserção dos jovens na política e no mercado de trabalho, bem como identificar quais são estes jovens e quais são as suas qualificações.

Os tópicos vão associar a procura por identificação com o assunto, abordando de modo conciso e direto as questões do objetivo geral e dos específicos, os quais são: procurar compreender se há realmente essa alienação do jovem da periferia com a política do país, analisar como se dá essa alienação e quais os mecanismos que permeiam essa construção de alienação política.

Propõe-se apresentar algumas reflexões a respeito do desinteresse desses jovens em relação à política do país, com uma alienação às questões que se apresentam no meio social, sem noção dos seus direitos. Procurar-se-á compreender qual mecanismo leva o jovem a se dispensar dessa maneira e não perceber os direitos que lhe cabem enquanto cidadão e a maneira de lutar por eles.

POLÍTICA E DEMOCRACIA

“Onde quer que haja duas ou mais pessoas, haverá a necessidade de definir regras de convivência, limites de ação e deveres comuns. A política acontece justamente no ato de existir em conjunto” (Andreassa, 2021). Desse modo, a política é um acontecimento de convivência em que as partes que convivem, procuram mecanismos de imposição de regras e limites na colaboração conjunta de viver bem entre si. Enquanto a democracia, apesar de suas variáveis, é por si só a condição em que haja um governo de muitos, como afirma Robert Dahl (Mattos, 2017). No entanto, para que haja essa condição é preciso que as políticas públicas definam meios para atender todas as pessoas, independente da sua condição financeira, religiosa, etc.

A democratização no Brasil, não assim como dos demais países do Terceiro Mundo, se iniciou após a independência do país e com a descolonização, porém com o decorrer dos anos a população passou a achar que os processos democráticos ocorridos no país não foram feitos em favor de toda população, mas sim para uma pequena minoria, e por causa disso algumas instituições democráticas passaram a ter uma menor

credibilidade (XAVIER-ZECA, 2018). Pois as políticas que deveriam atender a toda a população, visou apenas uma parte dela, uma parte identificada como Elite.

Entre os anos de 1964 e 1985, depois de instaurado um golpe em 1 de abril, do primeiro ano, o país sob comando de sucessivos governos militares, viveu um período de caráter autoritário e nacionalista, negando e atacando muitos direitos fundamentais, inclusive formas de manifestação, organização e participação democráticas.

Passadas quase quatro décadas sobre a retomada de um regime de governo democrático no Brasil, é hoje aceitável que vigora uma democracia que caminha ainda com as pernas bambas, no entanto, pode-se dizer um pouco consolidada e estável, apesar do seu breve percurso, quando comparado com outros países.

Para Saward (1994), neste momento, muitas mudanças na sociedade podem ser observadas. Politicamente, as mudanças também se repercutiram na relação entre a sociedade civil e o Estado. Estende o sufrágio universal a todos os cidadãos e, claro, a todos os outros critérios institucionais que caracterizam a democraticidade de um regime.

No entanto é preciso compreender o “princípio basilar da concepção da democracia” (Varela, 2009) que é a igualdade política, em que deve haver a igualdade de decisão e intervenção de todos os envolvidos na sociedade.

De fato, a democracia brasileira garante que todos os cidadãos nacionais maiores de 16 anos têm capacidade eleitoral efetiva, mas a ideia de democracia é de um conjunto de pressupostos que não se esgotam na possibilidade de participar eleitoralmente.

Uma primeira abordagem ao conceito de democracia deve recorrer às origens etimológicas da palavra, que remontam aos tempos clássicos e ao sistema deliberativo praticado pelas cidades-estados gregas, uma forma de democracia direta, uma representação da democracia que difere dos modelos contemporâneos. A palavra "democracia", que está na origem da famosa proposição "governo popular", surge da aglomeração, em termos da inversão de Demos (povo) e Kratos (governo).

Outra concepção de democracia vem da máxima do princípio da soberania popular. E assim, o papel, é claro, do povo como legítimo tomador de decisões em relação à vida coletiva quotidiana, podendo regular deliberadamente escolhendo seus representantes, assim participando de órgãos representativos democráticos, e a decisão

coletiva que envolve a todos e que conduzida pelo povo, e assim eleito para ser o representante legal.

Para Tocqueville (2002), nestes termos, fica claro o papel do povo enquanto legítimo decisor dos assuntos da vida coletiva, o qual deverá escolher livremente, em intervalos regulares, os seus representantes para os órgãos de governação em democracia representativa, as deliberações coletivas que a todos dizem respeito são tomadas pelos legítimos representantes do povo, eleitos para esse fim.

Para Varela (2009) a questão da soberania popular vem ao encontro da ideia de uma participação de uma igualdade política na qual é possível interpretar “a democracia como uma forma de governança e organização institucional” (Varela, 2009, p. 10) num ambiente de liberdade, com igualdade política, onde todas os indivíduos participam direta ou indiretamente do cenário político.

Consequentemente, o efetivo governo do povo em democracia representativa só pode ser assegurado num quadro de aceitação geral de princípios, direitos e mecanismos institucionais. Para além de instituições políticas e jurídicas, é importante que sejam integrados ainda conjuntos de direitos cívicos, sociais e políticos em estrita interdependência, os quais deverão funcionar de acordo com a supremacia da soberania popular e igualdade política.

É evidente que toda esta panóplia de mecanismos, princípios, liberdades e direitos pode revelar-se, por si só, insuficiente. Para Alain Touraine (1994) existem três dimensões centrais no conceito de democracia que estão desde logo presentes nas condições enunciadas antes: o respeito pelos direitos fundamentais, a ligação entre o Estado e a sociedade civil mediante o processo de representatividade com ligação à estrutura social e, por fim, a interiorização de um sentimento de cidadania que leve os indivíduos a participar na construção da vida coletiva.

A existência de representantes do povo, bem como a legitimidade política que resguarda a tomada de decisão pelos governantes, procede justamente da capacidade e vontade do povo em exercer os seus direitos de cidadania política independentemente das formas de participação política e envolvimento cívico, a especificidade dos direitos políticos relativamente aos direitos cívicos e sociais reside na necessidade do seu gozo

implicar uma conduta ativa por parte de cada cidadão, exigindo uma mobilização que confirme a consagração desses direitos.

Por essa razão é tão importante que, em democracia, os cidadãos expressem criticamente os termos da sua vontade na construção coletiva, oriunda das interações sociais focadas em objetivos gerais convencionados e institucionalizados (a sobrevivência humana, a paz, o desenvolvimento econômico, a justiça, a solidariedade, a educação, a saúde, o respeito pelo meio ambiente etc.), refletindo através de tal convergência, os distintos graus de integração social.

O JOVEM E A POLÍTICA

Imerso em um cenário com diversas dificuldades bastante específicas para os jovens brasileiros florescerem uma cultura cívica, surgem questionamentos sobre como seria para estes jovens a idealização de um sentido de pertencimento junto a uma responsabilização, o que os leva a se perguntar o que os une, “o que os liga a todos os outros, os estranhos, com quem convivem na cidade e no país” (Castro, 2008, p. 255).

A discussão que hoje se faz sobre a participação social e política dos jovens toma importância fundamental na pesquisa científica quando parecem existir indicações de que os jovens não se interessam pela política, alimentando ansiedades sobre os efeitos de tal desinteresse sobre a coesão social e o futuro da democracia (Castro, 2008, p. 255).

A constituição Federal Brasileira de 1988 garantiu aos jovens de dezesseis e dezessete anos, o direito de votar, se assim desejar, ou seja, facultativo. Era outubro deste ano em seu art. 14, § 1º, inciso II, alínea c. Desde então, os jovens foram incentivados a participar da política, inclusive com o apoio da própria justiça eleitoral com campanhas institucionais.

Sua participação na política torna-se necessária para fortalecer a democracia e aumentar o debate. Essencial que exista representatividade dos jovens nessa esfera, pois a política é um dos meios em que se estrutura o futuro de uma nação.

Apesar de serem atuantes na vida política do país, ou ao menos incentivados a isso, os jovens não se sentem representados pelas instituições políticas, é o que aponta o mapeamento feito pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000.
Email: revistaalamedas@gmail.com

(FESPSP), realizada em 2014, com 1.130 jovens, residentes em São Paulo capital, com idade entre 15 e 29 anos, “o jovem e a política na cidade de São Paulo: confiança e participação nas instituições” (ELLMANN, 2014). O estudo aponta que embora esses jovens tenham participado de alguma manifestação em São Paulo, a participação e a confiança deles é extremamente baixa com relação às instituições políticas e democráticas.

Outra pesquisa realizada pela Rede Global de Empreendedores Sociais e Líderes em 2021, entrevistando jovens de populações historicamente excluídas dos processos de decisão, moradores de periferias, negros, indígenas e empreendedores sociais que trabalham com esses jovens, aponta que eles participam de poucas decisões de nossa sociedade, assim como não se sentem representados pelas atuais instituições democráticas presentes no país. Essas e outras características foram apresentadas no relatório "Mapeamento sobre Juventudes, Democracia e Inovações Sociais na América". O mapeamento aponta ainda, uma grande falta de identidade dos jovens com as instituições democráticas como estão postas hoje (VICENZO, 2021).

Segundo Varela (2009), tem-se início desde a escola em que não há espaço para participação dos jovens nos processos de decisão do currículo e sobre as regras em um espaço que eles são maioria. Isso se reflete em partidos políticos, que quando há espaço para juventude, é um ambiente de importância diminuída e eles ficam restritos a este. Não há de fato uma estratégia para que jovens ocupem os espaços institucionais da política. “É somente uma das formas de participação política, a qual, não recolhendo especial interesse entre os jovens releva, ainda assim, de uma ideia generalizada e mistificada da juventude como um segmento etário insensível aos assuntos políticos” (VARELA, 2009, p. 57),

Para Varela (2009) sob esse prisma, a desafeição juvenil em relação à política seria uma espécie de estágio evolutivo insuperável, comum à generalidade dos jovens. Incapaz de se autonomizar de tal determinismo e de acordo com aquela leitura, a maior parte dos jovens seria culturalmente homogênea, apática e indiferente aos assuntos políticos. “A desmobilização eleitoral dos jovens resulta dos ciclos de vida e da cultura juvenil que lhes subjaz ou se resulta, em contrapartida, de uma alteração das referências e valores culturais” (VARELA, 2009, p. 58).

Segundo Varela (2009, p. 58), “para compreender melhor essa problemática, importa considerar que nem os jovens são todos iguais e orientados por padrões culturais idênticos nem a idade estabelece disposições padronizadas em todos eles”, o que explica a tendência de alguns se interessarem por assuntos políticos enquanto outros não, ao que inseridos em um contexto de mobilização consciente de busca de direitos, o jovem passa tender a ideologias políticas. Pois assim, explica o autor, num ambiente cultural voltado para ideologias e busca de interesses comuns é mais propenso o engajamento nas questões de cunho social. Porque a cultura tem disso, como exemplifica o autor abaixo:

O conceito de cultura apela a um conjunto de valores e conhecimento transmitido de geração em geração, sendo interiorizado e partilhado pelas pessoas dessa sociedade. Enquanto a natureza humana é inata e universal, a cultura resulta de uma aprendizagem e varia de sociedade para sociedade (VARELA, 2009, p. 59).

Então a influência cultural age de forma a permitir posteriormente que jovens se integrem as questões sociais militando em grupos a favor de ideologias e interesses comuns. “Poderá integrar transformações que são fruto das interações e das consequências materiais e imateriais das mesmas em grupos sociais permanentes ou ocasionais” (VARELA, 2009, p. 59).

Nessa dimensão da cultura como forte influência na disposição do jovem em atuar politicamente, pode-se entender que “o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase de vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais” (VARELA, 2009, p. 28).

O estudo das culturas juvenis fica incompleto se os jovens não foram investigados a partir dos seus contextos vivenciais e quotidianos, porque é “no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articula com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação” (Pais 1996, p. 54-56).

Segundo Varela (2009, p. 49):

São estas particularidades individuais e grupais que os distinguem e os posicionam com referência a um padrão de normalidade: a juventude. Nestes termos, para além das claríssimas diferenças de base cultural entre um jovem

yanomami e um coetâneo sueco, dentro de um mesmo país as distinções são óbvias entre jovens de meios rurais e urbanos, entre jovens estudantes e jovens com responsabilidades familiares, entre jovens provenientes de meios familiares mais ou menos politizados, entre jovens com mais ou menos conforto material ou entre jovens de diferentes etnias e orientações sexuais.

A distribuição por idades não afeta de modo diferente todos os jovens, pois há uma variação consoante em relação aos recursos que possibilitam referências políticas que favorecem o processo de socialização e de integração social. Assim não configura atitudes específicas e, por assim dizer, alguns outros comportamentos políticos. No que se refere às individualidades a que se percebe o que difere um jovem politizado de um jovem cujas ideias não tornam posições políticas, pois o ambiente favorece que se obtenha compreensão das questões sociais, seja a que classe social pertença.

Assim sendo, toda essa multiplicidade de variáveis, acrescidas de outros fatores como a situação perante o emprego, as expectativas de vida, a avaliação geral da situação governativa do país e a intensidade das vivências são suscetíveis de posicionar diferentemente os jovens ou grupos de jovens, com respeito à participação política. Seja ao nível da participação convencional (participação eleitoral, contatos com políticos, militância partidária, etc.), seja no campo da participação não convencional (ações de protesto, tomadas de posição em órgãos de comunicação social, colaborar com organizações voluntárias, etc.) (VARELA, 2009, p. 52)

Assim sendo, todas essas variáveis determinam o caminho para o posicionamento do jovem nas questões sociais, situam a sua crença na determinação da mudança das políticas públicas que apontem a suas expectativas de vida. O seu posicionamento acontece à medida que percebe as dificuldades encontradas no caminho e que ao seu olhar, são postas por um poder público que não está atento as suas demandas.

Em relação aos ciclos de vida pode-se perceber que a idade sim pode ser uma variável de imediato, pois as experiências de vida e os conhecimentos que se processam ao longo do tempo, tornam o pensamento mais crítico e “a informação política é processada e consolidada” (VARELA, 2009, p. 53) Varela afirma que a idade de certa forma contribui para consolidar a competência subjetiva havendo a possibilidade de manter uma posição mais firme e crítica, conseqüentemente, podendo se extrapolar nos

atos eleitorais, ou até mesmo nas discussões de bar sobre o desempenho de determinado governo.

Existem grupos sociais e organizações partidárias (partidos políticos) e sindicatos, entre outros, que são engajados em questões políticas e que estão unidos para um objetivo comum. É um grupo de pessoas organizadas estruturalmente de forma bem identificável e muitas vezes caracterizados formalmente, outras vezes não. No entanto, suas funções são diversas e seus interesses convergem, interesses dos membros que são ativos em seus papéis de comprometimento. “Ainda dentro de uma concepção relacional, estas condições consagram normalmente um processo de socialização e educação informal entre os membros” (VARELA, 2009, p. 54).

É algo natural, um compartilhamento de informação política, como um sentimento alçado de pertencimento que adquirem, e, portanto ocorre a identificação com ideologias políticas ou valores morais que conseqüentemente podem ater uns aos outros numa ajuda mútua, partilhando seus objetivos e colaborando para a civilidade seja em que esfera for. “Em suma, gerados pela integração em grupos sociais, estes sistemas de solidariedade encontram nas normas de reciprocidade grupal e na intensificação do envolvimento, alimento privilegiado para a mobilização ativa” (VARELA, 2009, p. 54).

Os partidos políticos normalmente não apostam nos jovens como promissores na política. Não se preocupam em pô-los dentro das suas questões partidárias, pois consideram um eleitorado muito recente e passivo em relação aos planos convencionais. Assim não é o público que poderia competir por votos, principalmente nos países em que há grande número de pessoas mais velhas.

[...] as referências e reivindicações dos jovens podem manifestar-se algo desfasadas dos programas partidários, concentrados em problemáticas e assuntos só excepcionalmente comuns e coincidentes com os interesses e percepções genéricas dos jovens. Conseqüentemente, a própria sensação de distância ao poder acaba por funcionar como mais um mecanismo de desmobilização eleitoral (VARELA, 2009, pp. 54-55).

Sendo assim o desinteresse político dos jovens é acrescido e persistido por conta das lacunas que a política deixa em não permitir a integração desses nas questões partidárias. Não há um interesse que abarque o sentimento de pertencimento nas

organizações de partidos políticos, nem incentivo de nenhuma forma, nas instituições de ensino e nas instituições religiosas.

Há ainda o aumento dessa passividade dos jovens por conta de midiaticização, entretenimento hedonista, que custeiam valores agregados a desinformação dos mesmos, tornando-os espectadores do cenário político, ao invés de atores ativos no processo. Assim a parcela considerável da população que com a sua força e juventude poderia dar um gás e modificar o cenário político, torna-se passiva.

JOVENS NA PERIFERIA DAS CIDADES

Os jovens da periferia das cidades vivem as margens de uma sociedade elitizada que se apoia na política para garantir seus interesses e não enxergam a situação de vulnerabilidade desses jovens, as dificuldades pelo qual passam.

O ambiente universitário modifica a mentalidade desses jovens periféricos e faz com que tenham percepção do quanto são injustiçados e atentam para a questão da participação política para a mudança do roteiro de suas vidas. MATOS, SIQUEIRA, & LOPES (2018) afirma que um dos fenômenos sociais que possibilita a construção de um cenário político de mudança está na inserção desses jovens em projetos coletivos e movimentos onde tenham espaço de fala e participação, ou seja, uma ferramenta política que envolvam estes jovens em debates sobre a situação de seu país (MATOS, SIQUEIRA, & LOPES, 2018).

O interesse dos jovens para a questão democrática surgiu a partir da ditadura de 1964 com destaque para algumas camadas sociais específicas, como a classe média e alta, que era composta por estudantes universitários que foram às ruas protestar pelos seus direitos de cidadãos. Em contrapartida “os jovens da periferia, em sua maioria ficava omissa em relação aos seus direitos políticos e sociais, por falta de conhecimento de seus direitos como cidadãos” (GOHN, 2018).

Os jovens estão mais participativos na política, com movimentos de juventude, reivindicando melhoria nas áreas de educação, tão ineficiente no país, pois as instituições de ensino não têm infraestrutura adequada e nem profissionais qualificados para oferecer um ensino de qualidade, fazendo com que haja muita repetência, evasão

escolar, pois a maioria precisa trabalhar para ajudar a sustentar a casa. (Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, 2020)

Ainda segundo o site:

De acordo com um estudo realizado por Reynaldo Fernandes com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Educação (MEC), os jovens de baixa renda, em sua maioria negros, forçados precocemente ao mercado de trabalho ou que engravidam já na adolescência, formam o grupo de maior risco à evasão. (Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, 2020).

Estes jovens comumente costumam se evadir das escolas fazendo com que outros que conseguem permanecer se engajem em participação de grupos que possam apoiar políticas públicas de ajuda a eles. Ao permanecerem na escola e aprenderem o conceito de cidadania e, a saber, de seus direitos e deveres perante a sociedade em que vivem, buscam com o governo melhores condições de vida para comunidade e passam a escolher melhor os seus representantes através dos votos com mais consciência.

Os jovens, tendo ultrapassado a crise da adolescência, por volta dos seus dezessete anos, após as mudanças hormonais tão comuns aos seres humanos, veriam transferidos seus conflitos geracionais da ordem normativa da família para a sociedade que passa a ser o “marco de referência da contestação”, ainda mais os jovens da periferia, que muitas vezes passam esses conflitos sem ajuda dos pais ou apoio de alguma adulto que possa orientá-lo em questões como drogas e sexo, levando-os em algumas vezes a aprender nas ruas ou em companhias de amigos.

A contestação juvenil, em grande medida, se explicaria pela “rejeição da condição adulta” que a sociedade impõe. Desta forma, a tensão não se equaciona analiticamente tão somente no plano do relacionamento entre as gerações, uma vez que a juventude se impõe como categoria histórica e social, mas se constituiria como um produto histórico: o movimento de juventude.

Desse modo, é indissociável a maneira como o fazer político pelos jovens se processa ao longo de um tempo, em que os jovens buscando resolver seus conflitos procuram na política à maneira de ver seus direitos respeitados e condizendo com seus interesses pessoais num movimento coletivo. E isso pouco ocorre com o jovem da periferia, no mais ele procura se apropriar de mecanismos de apoio social poucas vezes

visto nas periferias, e quando acontece, este jovem periférico vê um caminho politizado a seguir.

JOVEM: A FORÇA POLÍTICA

Pinto (2013) afirma que nem todo poder é político e nem todo poder político necessariamente significa força. A força pode ser uma condição necessária, no entanto, não é o bastante para a existência do poder político. Pois há organizações com força que não usam a lei para legitimar esta força, é o caso de organizações criminosas.

Não é todo grupo social que tem condições de usar a força que atua com poder político, no entanto, ao se falar em força política na condição juvenil, está se aportando uma maneira de se apropriar da condição que todo jovem tem: austeridade, ousadia, quebras de paradigmas, ausência de preconceitos, por pertencer a vários grupos sociais, etc.

Talvez o que falta para uma renovação política no país seja um espaço largo para inserção dos jovens no cenário político, permitindo o desbravamento destes para ideias e conceitos que abarquem processos diferenciados de luta por direitos sociais e culminem numa politização juvenil cheia de força e renovação. Mas o que falta para isso? Talvez seja “Falta de espaço para aprender e praticar a cidadania, necessidade de construir canais de comunicação entre instituições tradicionais e as juventudes e tantos outros desafios para a efetivação da participação política dos jovens” (MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 2021)

Tão necessária e urgente essa participação poderia garantir a renovação da política e todo um trâmite de transformação social, pois o jovem traria uma força, uma garra, ideias novas e centradas no coletivo, acrescenta a autora.

Para que se processe uma política democrática essa ideia de coletividade deve existir na máxima, pois a justiça social perpassa qualquer ideologia e se apodera de uma visão de mundo em que todos os indivíduos são importantes. “A militância nos partidos é construída lentamente na trajetória de cada jovem, dando continuidade a uma história pessoal de preocupação com a realidade social” (CASTRO, 2008, p. 257).

Com as informações às mãos a qualquer tempo, o jovem, do século XXI, é mais crítico, mas aberto a diálogos, seja nas questões da sexualidade, seja dos valores e

moral. Com conteúdos diversos nas redes, é possível que se construa um pensamento crítico a respeito de diferenciados temas, pois muitas questões de respeito as diferenças em norteadas o campo das discussões nas redes e com isso, o jovem deste século possui uma ideia melhor das particularidades ocorridas no meio social que pode ajudá-lo a compreender melhor certas questões.

Este jovem torna-se um ator político, manifestando sua opinião e procurando mecanismos que possam tornar prática a sua opinião formulada em debates nas redes sobre o assunto e que levanta questionamentos e propostas de mudanças, e não só apenas nas redes, mas que sejam o momento de manifestação, propiciando futuramente o engajamento nas questões sociais.

O jovem, principalmente o da periferia, afastado dos questionamentos, fora dos ideais libertários, pode, enfim, apropriar-se do conhecimento político e ingressar com seus ideários junto a outros jovens engajados num mesmo objetivo, a liberdade de poder ser o que são.

E isto, talvez não implique a questão social, visto que algumas questões são inerentes a todos de qualquer nível social, pois existem questionamentos, como orientação sexual, por exemplo, que são inerentes a qualquer grupo, ou seja, todos desejam viver suas sexualidades livremente, e independe do nível social a que pertença.

A problemática, no entanto, ocorre na escola, local onde normalmente o jovem tem a oportunidade de expor a sua opinião, fora das redes sociais e se esbarra com uma questão preocupante, como afirma a jornalista Mariana Belmonte:

As instituições não estão preparadas para receber opiniões, olhares das juventudes, principalmente, a negra e periférica. Estes espaços são ocupados historicamente por homens brancos que têm um modo de fazer colocado, então quando vem algum jovem de outro olhar, de origem mais popular, gera uma desconfiança, uma disputa. E isso reforça a importância de ocupar, de trazer nossa narrativa (MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 2021).

Juliana Marques, fundadora do Movimento Mulheres Negras Decidem, alerta para a questão racial e comenta sobre as mortes em grande escala dos jovens negros e do fato de serem tão discriminados socialmente, obrigando-os a lutarem pela sobrevivência em detrimento de seu engajamento cívico.

Assim descreve Juliana:

O fato de que a cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil, traz uma dimensão de que, antes de tudo, a nossa capacidade de pensar política está muito voltada para a estratégia de sobrevivência. Nosso direito à vida é negado, então fica difícil pensar, às vezes, em engajamento cívico dos jovens, não porque não reconheçam a importância deste espaço, mas por conta de todas essas discriminações que no atravessam. (MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 2021).

O racismo estrutural dificulta o envolvimento dos jovens periféricos na política, ao passo que se cria hoje uma memória racial, pelos atos de luta de partes da sociedade tanto negra quanto branca, que vinculam protestos e revolta contra aqueles que tratam os seres de pigmentação escura com preconceito.

O jovem é a força da política e esse mesmo jovem, que agora integra um número cada vez maior de mentes críticas e progressistas, vem se engajando politicamente para que mais e mais jovens de todas as classes se interessem pelos problemas sociais de todos e percebem os seus direitos e lutem por eles, pois o século XXI pós-guerra, trouxe jovens de mentes mais abertas e endereçadas as mudanças sociais necessárias, seja pela necessidade de pertencimento, seja pela igualdade de justiça social aclamada bem mais pelos jovens da periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar a problemática dos jovens moradores das periferias que se identificam pouco com as instituições democráticas tentando compreender as motivações e a ausência destes jovens nos partidos políticos, ou no engajamento político propondo questões a serem modificadas. Tentou-se compreender a dificuldade desses jovens em inteirar-se da política, promovendo debates sobre questões de seus interesses.

Ao analisar tal questão, percebeu-se que a “A adesão de jovens à” causa político-partidária está relacionada ao desejo de transformação social e à expectativa de um mundo melhor, mais justo, com menos desigualdades sociais, em que “as coisas possam estar menos erradas” (CASTRO, 2008, p. 257)

Desse modo, objetivou-se analisar os parâmetros dessa disparidade e aprofundar na questão da justiça social com alicerce para compreender por que os jovens de classe

média e alta vão às ruas lutarem por direitos enquanto jovens da periferia sequer conseguem compreender tal situação.

Como resultado percebeu-se que a maioria dos jovens da periferia tem dificuldades em compreender quais são seus direitos e desse modo não se interessam por politizar-se por não entenderem que têm direitos e que assim politizando-se, podem exercer politicamente sua cidadania.

Para compreender o objetivo geral definiram-se três objetivos, os quais são: Compreender o motivo da alienação política dos jovens da periferia, analisar essa alienação e procurar entender de que modo isso pode ser modificado. Assim, a pesquisa conclui as motivações, os fatores da problemática e a percepção filosófica por trás disso tudo.

Portanto, com as definições a hipótese se confirma que a alienação política dos jovens periféricos se dá no âmbito mais amplo da questão da injustiça social, que os leva a ter que procurar outros interesses urgentes, como trabalhar para se sustentar, do que questões políticas que demandam tempo para estudos e pesquisas.

E, por fim, propõe-se em pesquisas futuras a abordagem dessas problemáticas com proposições para inserir estes jovens nas questões políticas, inclusive atentando-se para a injustiça social que os põem em situação crítica sem ter acesso a uma educação de qualidade, que possa ensiná-lo sobre seus direitos e obrigando-o a trabalhar ao invés de estudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRANO, Paulo. **A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes.** *O Social em Questão*, n. 27, p. 83-99, jan./jun. 2012.

CASTRO, L. R. (junho de 2008). **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** *Revista Sociologia Política*, pp. 253-268.

GOHN, Maria da Glória. **Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação.** *Caderno CRH*, v. 31, n. 82, jan./abr., 2018.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies.** Princeton, University Press, 1997.

MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. (18 de Junho de 2021). **Confira os destaques do lançamento do mapeamento “Jovens Transformadores para o Futuro da Democracia”**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/17/jovens-se-identificam-menos-com-instituicoes-democraticas-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Porto, Ambar. Caps. 2, 3 e 4. 2001.

SAWARD, Michael. Democratic Theory and Indices of Democratization. In: BEETHAM, David. **Defining and Measuring Democracy**. London, Sage. p. 6-24. 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Da democracia na América**. Cascais, Principia, Vol. I e II.

TOURAINÉ, Alain. **Qu'est-ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.

VARELA, Alexandre. **Jovens e política: o papel da socialização na participação política**. 2009. 267 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009.

VICENZO, Giacomo. **Jovens se identificam menos com instituições democráticas, aponta relatório**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/17/jovens-se-identificam-menos-com-instituicoes-democraticas-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

XAVIER-ZECA, Kátia Sara Henriques. **Democracia representativa em África: desafios das instituições democráticas em Moçambique no séc. XXI (2002-2015)**. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 25, p. 181-208, jul./dez. 2018.

**REFLETINDO O UTILITARISMO A PARTIR DOS CONCEITOS DE
RESPONSABILIDADE MORAL E LIBERDADE INTELECTUAL DE
SCHOPENHAUER**

Antonio Alves Pereira Junior¹¹

RESUMO: No presente ensaio, tive por objetivo refletir sobre o utilitarismo levando em considerações dois conceitos de Schopenhauer expostos principalmente em sua obra *Sobre a liberdade da vontade*, são eles a responsabilidade moral e a liberdade intelectual. Para cumprir com esse empreendimento, coloco em discussão o clássico experimento mental do *dilema do bonde* escrito originalmente pela filósofa britânica Philippa Foot.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade moral; liberdade intelectual; Dilema do bonde; Schopenhauer.

**REFLECTING CONSEQUENTIALISM FROM SCHOPENHAUER'S
CONCEPTS OF MORAL RESPONSIBILITY AND INTELLECTUAL
FREEDOM**

ABSTRACT: In this essay, I aimed to reflect on utilitarianism, taking into account two concepts by Schopenhauer exposed mainly in his work *On the Freedom of the Will* they are moral responsibility and intellectual freedom. To accomplish this undertaking, I bring up the classic thought experiment of the *trolley problem* originally written by the British philosopher Philippa Foot.

KEYWORDS: Moral responsibility; Intellectual freedom; Trolley problem; Schopenhauer.

INTRODUÇÃO

O consequencialismo é uma teoria ética que considera o *cálculo dos efeitos* causados por uma ou mais ações, além disso, ele pode pressupor *regras* para definir ou determinar uma conduta individual ou padrões de operação de instituições públicas ou privadas, modelos de gestões de governos e até mesmo escolhas individuais. O modo de se compreender o utilitarismo e consequencialismo não deve ser unívoco, pois há vários autores consequencialistas dos quais divergem e convergem em diversos pontos, mas

¹¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: antonioalvespereirajr1@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

naquilo que parecem concordar Jeremy Bentham, Stuart Mill, Henry Sidgwick e etc., diz respeito sobre a utilidade de uma ação dever sempre ser praticada em prol do maior bem estar da coletividade geral, ou do maior número de pessoas possível, calculando, estipulando e refletindo sobre as consequências dos efeitos.

Jeremy Bentham em *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, uma das mais clássicas obras sobre o assunto expõe a dicotomia entre a dor e o prazer para explicar o consequencialismo e o utilitarismo:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto e o que é errado e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. Os dois senhores de que falamos nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos, sendo que qualquer tentativa que façamos para sacudir este senhorio outra coisa não faz senão demonstrá-lo e confirmá-lo (BENTHAM, 1974, p. 9).

Já John Stuart Mill, para mostrar que a defesa do utilitarismo como mera diferenciação entre o certo e o errado é uma forma muito restrita de definir o seu sentido, tornando-o assim de fácil equívoco e fazendo com que filósofos e pessoas do senso comum em geral o concebem como teoria demasiada seca e por isso impraticável, diz que

Aqueles que conhecem algo sobre o assunto sabem que todos os escritores de Epicuro a Bentham, que defendiam a teoria da utilidade, pretendiam através do termo, não algo a ser distinguido por qualidades opostas ao prazer, mas o prazer em si, assim como a ausência de dor; e ao invés de opor o útil ao agradável ou ao belo, sempre declararam que o termo possuía exatamente tais significados, dentre outros (MILL, 2007, p. 21).

Vejamos agora a perspectiva de Sidgwick, a quem reconhecia que o significado de utilitarismo tinha definições distintas nas diferentes doutrinas e autores que sobre ele puseram-se a escrever. Este filósofo define que por utilitarismo entende “a doutrina ética segundo a qual a conduta objectivamente correcta é, em quaisquer circunstâncias, aquela que produzirá a maior quantidade de felicidade no todo, tendo em conta todos aqueles cuja felicidade será afetada pela conduta” (SIDGWICK, 2013, p. 579).

Assim, tendo estabelecido de modo geral estas três perspectivas clássicas do utilitarismo, agora quero expor minhas intenções neste ensaio. Como já dito no título, tenho aqui o intuito de refletir sobre o utilitarismo trazendo à tona os conceitos de *responsabilidade moral e liberdade intelectual* de Arthur Schopenhauer. Para cumprir com tal intenção, partirei de um clássico experimento mental, o famigerado *dilema do bonde*, escrito pela filósofa britânica Philippa Foot, a ser exposto na próxima seção.

O DILEMA DO BONDE

O experimento mental conhecido como *dilema do bonde* foi publicado originalmente pela já referida filósofa britânica Philippa Foot em um artigo da década de sessenta, intitulado de “The Problem of Abortion and the Double Effect” e conhecido por “trolley problem”. Ele tornou-se, ainda mais popular a partir dos anos oitenta com os textos de Judith Thomson, expandindo o dilema com novas variações e reformulações; atualmente, o dilema do bonde não se limita às publicações de filósofos, mas de outras diferentes áreas que o tratam em outras tantas perspectivas, algo que humoristicamente ficou conhecido como *bondeologia*, “*trolleylogy*” (Cf. TRINDADE, 2015, pp. 211-212).

Em síntese Philippa Foot descreve várias situações hipotéticas para demonstrar dilemas morais e descrever sua doutrina do duplo efeito tendo à vista a questão do aborto. Dentre essas descrições encontram-se o dilema do bonde: “[...] pode-se supor o condutor de um bonde desgovernado que só pode dirigir de um trilho para o outro; cinco homens estão trabalhando em um dos trilhos e um homem no outro e qualquer um na pista em que ele entrar, é obrigado a ser morto” (FOOT, 1967, p. 2).

A questão aqui é que o utilitarismo benthaniano sustenta que são as consequências de uma ação que a tornam moral ou imoral, portanto, no famoso experimento mental de Foot, não seria errado que o condutor do bonde desviasse dos cinco homens e atingisse apenas um. No entanto, a situação é bastante delicada, e tal como já foi exposto por outros autores e também ainda mais popularizada em séries e filmes — por exemplo, a já citada Judith Thomson, mas também Thomas Cathcart e a série da Netflix, *The Good Place* —, isso pode tornar-se ainda mais sensível se nós

mesmos nos colocarmos na questão, ao tornamos as pessoas dos trilhos em nossos conhecidos ou nós mesmos nos colocarmos no lugar do condutor do bonde.

LIBERDADE MORAL E INTELECTUAL APLICADAS AO DILEMA DO BONDE

Como já dito anteriormente, tenho por intenção fazer uma reflexão do utilitarismo através da filosofia de Schopenhauer. Para realizar tal empreendimento, usarei como principal exemplo ético o já exposto experimento mental do dilema do bonde e também o capítulo cinco da obra *Sobre a liberdade da vontade*, onde há a exposição daquilo que o filósofo chamou de a *verdadeira liberdade moral*, e também o *Apêndice* desta mesma obra, donde especificamente se trata da *liberdade intelectual*. Vale dizer, no entanto, que embora eu utilize estes dois referidos trechos como principais não me limitarei a eles.

A *verdadeira liberdade moral* [*die wahre moralische Freiheit*] pressupõe que a espontaneidade, originalidade e autonomia das nossas ações levam-nos até a *responsabilidade moral e imputabilidade* (Cf. SCHOPENHAUER, 2021, p. 147). O ponto crucial, no entanto, é que Schopenhauer concebe nos seres humanos (seguindo pressupostos kantianos), de que possuímos um caráter inteligível e um caráter empírico¹², sendo este segundo, uma consequência do primeiro, que é imutável e invariável, predicando assim o determinismo absoluto e a necessidade de todas as ações. Sendo assim, poder-se-ia dizer, que aquele que mudasse a direção do bonde, fazendo-o rumar para atingir uma única pessoa, ou aquele que não interfere e deixa o bonde atingir cinco pessoas, em verdade já estaria determinado a fazer essa escolha, como sendo uma conduta referente e imutável do seu próprio caráter: não há nenhuma liberdade da vontade, somos apenas marionetes com a ilusão de que somos livres para fazer qualquer coisa. Para tornar essa concepção apreensível, Schopenhauer trabalha por várias vezes, em diferentes perspectivas, por toda sua obra, em cima do axioma escolástico *operari sequitur esse* [o que se faz segue-se do que se é].

¹² Schopenhauer também contextualiza um terceiro tipo de caráter denominado *caráter adquirido*, mas este não é importante aqui e o exponho apenas para se fazer justa exposição. Para saber mais sobre a caracterologia schopenhaueriana, confira principalmente: SCHOPENHAUER, 2015, § 55.

Cartwright no *Dicionário histórico da filosofia de Schopenhauer*, na definição da palavra *responsabilidade* esclarece que “Schopenhauer argumentou que somos responsáveis pelo que fazemos uma vez que derivamos do que nós somos; uma ideia que ele captou a partir do lema latino *operari sequitur esse*” (CARTWRIGHT, 2005, p. 149); já Christopher Janaway, outro famoso comentarista, esclarece que

operari sequitur esse é a frase que Schopenhauer usa para enfatizar a dependência das ações de alguém em relação ao seu caráter. Dado o caráter que tenho numa tal circunstância, nenhuma outra ação pode ser emitida por mim a não ser aquela que de fato resultou de mim (JANAWAY, 1989, p. 242)¹³.

A partir da utilização desse axioma Schopenhauer pôde aplicar uma poderosa inversão entre a *necessidade* e a *liberdade*, acreditando ser inovador o suficiente para melhor reajustar o problema da liberdade em comparação com a forma como essa havia sido tratada anteriormente por outros pensadores. Essa inversão apregoa que não podemos encontrar a verdadeira liberdade nas ações [*operari*] ou no *libero arbitrio indifferentiae* [livre indiferença de escolha], mas exclusivamente no ser [*esse*]; onde repousa também a consciência de responsabilidade e a tendência moral da vida, mostrando que foi um erro pensar o consequente [*ἕστερον*] no lugar do antecedente [*πρότερον*] atribuindo a necessidade no ser e a liberdade na ação (Cf. SCHOPENHAUER, 2021, V, p. 153).

Isso apregoa que cada um deve ser responsabilizado moralmente, não exatamente pelo que fez, mas sim por aquilo que essencialmente se é. É por isso que, embora a estrita necessidade das ações sejam absolutamente impossíveis de serem modificadas, ainda assim o facínora e o injusto tem de serem punidos, demonstrando, em última instância, a meu ver, a inerente crueldade do mundo, pois de tal forma, imputando o que alguém é (e não se escolhe nunca ser o que se é), isso expõe que cada um já nasce com sua culpa e seu fado; o que também, tem relação com outro conceito trabalhado por Schopenhauer, chamado de *justiça eterna*¹⁴, influenciado pelas religiões

¹³ Em *Sobre o fundamento da moral*, Schopenhauer indica que a frase *operari sequitur esse* pode ser lida na obra *De animi immortalitate* do filósofo escolástico Pietro Pomponazzi (Cf. E II, § 10, p. 95) e o mesmo é repetido na *Indicação à ética* em *Sobre a vontade na natureza* (Cf. N, 2018, p. 210).

¹⁴ Basicamente, a *justiça eterna* prescreve que “o atormentador e o atormentado são um. O primeiro erra ao acreditar que não participa do tormento, o segundo ao acreditar que não participa da culpa” Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

orientais e na máxima védica *tat twam asi* [isto é tu] (Cf. SCHOPENHAUER, 2015, § 55 e § 63), donde além de se crer que todas as coisas são participes do mesmo todo universal, sendo *tudo um*, também leva-se a questão da imputação a cabo prescrevendo que paga-se pelo que se passou nas outras vidas, e nas próxima vidas se pagará pelo que passa nesta; perspectiva religiosa e filosófica esta, que entende o homem como mero coadjuvante de suas escolhas, onde ele apenas observa os acontecimentos e espera a resolução do destino: nada que ele faça é em verdade uma escolha própria, mas uma condenação constante que só pode ser freada pela *negação da vontade*, único local onde abriga-se a verdadeira porta para à liberdade e abre uma brecha no mundo regido pelo princípio de razão (do determinismo das ações), o que é testemunhado, de acordo com Schopenhauer, por todos os santos (em suas autobiografias, onde narram a conquista da *graça*) e dos grandes mártires de todas as religiões (nas escrituras dos livros sagrados).

Portanto, sobre a ótica da verdadeira liberdade moral, há duas formas de se compreender, por assim dizer, de modo schopenhaueriano, o dilema do bonde: 1) a ação final foi totalmente destinada e a impressão que temos sobre matar uma ou cinco pessoas só poderia ter sido diferente, se no caso considerado colocássemos *outra pessoa*, pois só assim haveria *outra ação* (Cf. SCHOPENHAUER, 2021, p. 147), em outras palavras, quer dizer que se eu escolhesse intervir no trem e direcioná-lo a ir de encontro com o trilho que haveria um único homem eu jamais poderia ter escolhido diferente, tal como, outra pessoa poderia ter escolhido não interferir e fazer o trem seguir em direção de cinco pessoas, pois a ação final, sempre ocorre necessariamente e será compreendida, *post fatum*; 2) é *indiferente* que alguém escolha entre cinco ou uma pessoa para o seguimento do bonde já que o determinismo, por mais que seja necessário, não deve ser justificativa para não imputação, por isso, sempre temos de responsabilizar alguém pelo que se é, e o que se fez, é sequência do que se é. Assim, a responsabilidade decai tanto naquele que não interfere para salvar cinco pessoas como naquele que interfere para matar uma.

Agora, caberá enfim ressaltar o específico caso da *liberdade intelectual*, curioso objeto de estudos do *Apêndice de Sobre a liberdade da vontade*, onde é possível a não imputação moral e também a não responsabilização; o que, me parece, pode ser um

(SCHOPENHAUER, 2015, § 63, p. 401). O conceito é posto em contraposição ao de *justiça temporal* (Cf. SCHOPENHAUER, 2015, § 62), ou seja, a justiça humana e não metafísica.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

problema não apenas para a filosofia ética como um todo, mas também para o consequencialismo, pois comprometeria os cálculos em prol do desenvolvimento do hedonismo geral. Vejamos.

A liberdade intelectual é àquela que “se faz referência quando a *Medicina forensis*¹⁵ e a justiça criminal questionam se um infrator se encontrava em estado de liberdade e se seria, portanto, imputável” (SCHOPENHUAER, 2021, p. 158). Em verdade, a liberdade intelectual, é aquela que torna livre as escolhas que alguém faz seguindo os seus *motivos*¹⁶ apresentados pelo ambiente, dando sentido em relação ao que se faz em relação ao que se quer (por meio da sua vontade), por isso, a falta de liberdade intelectual, pode ser entendida como um impedimento no intelecto, o que é observado através da existência dos loucos ou doentes mentais em geral.

[A] liberdade intelectual é suspensa ou porque o *intermediador dos motivos*, a faculdade de conhecimento, está danificada, permanente ou temporariamente, ou porque *circunstâncias externas*, num caso isolado, falsificam a apreensão dos motivos. O primeiro caso se dá na loucura, em estado de delírio, de paroxismo e de sonolência; o último, no caso de um erro decidido e sem culpa, por exemplo quando se ingere veneno em vez de um medicamento, ou quando, tomando por um ladrão o empregado que chega de noite, atira-se nele etc. Pois *em ambos os casos os motivos são falseados*, razão pela qual a vontade não pode decidir da mesma maneira que o faria, caso, nas circunstâncias que se apresentam, o intelecto lhe tivesse transmitido os motivos corretamente. Portanto, os delitos cometidos em semelhantes circunstâncias também não são legalmente passíveis de pena. Pois as leis partem da correta pressuposição de que a vontade não é moralmente livre, caso no qual ela não poderia ser guiada; mas sim de que ela seria submetida à coação *por meio de motivos* (SCHOPENHAUER, 2021, p. 156 – grifos meus).

Alguns exemplos clássicos da história do pensamento e que podem ser observados em relação aos casos de impedimentos intelectuais que foram considerados inimputáveis são o do filósofo marxista Louis Althusser que estrangulou e matou a própria esposa durante um ataque mental e depois até relatou o caso em sua autobiografia lançada (propositalmente) postumamente: “É provável que haja quem

¹⁵ Também conhecida como *medicina legal*, é uma área médica que estuda as relações patológicas e jurídicas.

¹⁶ Os *motivos*, juntamente com as *causas* e *estímulos*, são para Schopenhauer as *três formas de causalidade* [*Formen der Kausalität*], sendo os *motivos*, aqueles referentes às escolhas humanas, os *estímulos*, aos instintos animais e vegetais, e as *causas*, aquilo que faz referência a segunda lei de Newton, onde ação e reação possuem uma mesma proporção nas modificações do reino inorgânico.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

ache chocante que eu me não resigne ao silêncio depois do ato que cometi, e depois também da declaração de inimizabilidade que o sancionou e da qual, segundo o modo de dizer espontâneo, beneficiei-me [...]” (ALTHUSSER, 1992, p. 19); também outro caso famoso foi o de W.C Minor, um médico norte americano que perseguiu e matou gratuitamente um operário nas ruas de Londres na primeira metade do século passado, W. C Minor achava estar sendo perseguido enquanto na verdade ele era o perseguidor. Minor, de dentro do manicômio, foi o maior contribuidor para a formação do mais famoso e completo dicionário de língua inglesa do mundo, o *Dicionário Oxford* que levou quase meio século para ser concluído: o caso todo é relatado no livro jornalístico de Simon Winchester, *O professor e o [demente]: uma história de assassinato e loucura durante a elaboração do Dicionário Oxford*, que, aliás, vale dizer, em 2019 foi lançado nos cinemas com o título “The Professor and the Madman”, com interpretação de Mel Gibson e Sean Penn. E além desses dois famosos casos, muitos outros advindos da mitologia ou da criminologia poderiam ser destacados.

Schopenhauer estava atento a isso quando discutiu a questão da liberdade, pois embora levante a questão de modo muito breve, sabia que seria possível que a verdadeira liberdade moral (tratada anteriormente), pudesse ser atacada com a justificativa de que loucos e dementes não poderiam responder com coerência perante os motivos em relação ao próprio caráter inteligível.

E então, tendo em vista essa perspectiva de liberdade comprometida pelo intelecto, voltemos ao dilema do bonde, e coloquemos não um louco ou um demente total na situação, pois assim não poderíamos culpá-lo e responsabilizá-lo por sua ação final em qualquer que fosse a ação que ele tomasse, mas pensemos, sim, em nós mesmos, enquanto livres intelectualmente e respondendo com coerência à realidade, estando diante de tal situação. O que acontece, a meu ver, é que não há pessoa que não se desesperaria diante da possibilidade de se estar num dilema que coloque a vida de outras pessoas em risco eminente. A razão e o cálculo utilitarista estariam perdidos e tomados pela emoção suprimida e abatida pela realidade concreta do *porvir* – é por isso que ele tem de ser reconhecido apenas como “experimento mental”. No dilema do bonde, portanto, a desgraça e a responsabilidade moral são certas *ante fatum*.

Por isso, para mim, o utilitarismo só pode calcular em dilemas e incógnitas mentais do mesmo tipo, a partir de uma razão colocada fora da situação; pois quando se

coloca o utilitarista dentro da situação, sua liberdade intelectual e racionalidade são colocadas contra a parede pela própria realidade porque não há escolha justa quando se trata de escolher pela morte de um ou de cinco: na visão schopenhaueriana, o resultado final será uma conclusão do próprio caráter por meio do *operari sequitur esse*: quem não muda a direção do trem, seguiu seu caráter, quem muda, também seguiu, porém, sempre com um impedimento intelectual que se faz *inerente* na situação, pois esta quer, antes de tudo, colocar o intelecto filosófico em contradição consigo mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, cabe dizer que os cálculos feitos através dos experimentos mentais, por vezes absurdos, como é o caso do dilema do bonde, servem para exercitar o modo de uso da razão perante a forma utilitarista de se pensar, para que assim, possa-se aplicá-las em questões práticas, políticas e de fato realizáveis, tais como são decisões governamentais ou incógnitas morais como o aborto, a eutanásia, a legalização das drogas, e etc. Portanto, o que quis, antes de qualquer coisa neste ensaio, foi enfatizar através do clássico dilema do bonde, uma leitura schopenhaueriana através dos conceitos de liberdade moral e liberdade intelectual, para que também se possa expandir essa visão nos casos mais realizáveis, que vão além dos experimentos mentais.

Assim, poder-se-ia pensar, de modo schopenhaueriano, que o aborto e a eutanásia seriam escolhidos seguindo a disposição de caráter individual, independente dos impedimentos apresentados pelas leis: é a resolução final, ou seja, o fato já ocorrido, que revelará a essência e o núcleo da vontade de cada um. Por isso, em Schopenhauer o mundo não é prático ou utilitarista (passando por cálculos de objetivos hedonistas), mas sim, fatalista, trágico e metafísico.

Para concluir, cabe dizer que embora eu reconheça que Schopenhauer não seja o filósofo ideal para responder e esclarecer qual a melhor escolha para se tomar diante de um dilema ético, ainda assim creio ser possível através de sua filosofia, tecer reflexão de possibilidades de consideração, tendo em vista todo e qualquer tipo antinomia ética, não para se responder qual a melhor decisão para há se tomar, mas questionar se faz alguma diferença tomar qualquer tipo decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **O futuro é muito tempo**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo, Edições Asa, 1992.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação** (Coleção Os Pensadores, publicado juntamente com a obra Sistema de lógica indutiva e dedutiva de John Stuart Mill). Trad. Luiz João Baraúna. Abril Cultural, 1974.

CARTWRIGHT, D. E. **Historical Dictionary of Schopenhauer's Philosophy**. The Scarecrow Press: Toronto, 2005.

FOOT, P. **The problem of abortion and the doctrine of the double effect**. *Oxford Review*. Oxford, N° 5, 1967.

JANAWAY, C. **Self and world in Schopenhauer's philosophy**. Cambridge University Press: New York, 1989.

MILL, J. S. **Utilitarismo**. Trad. Rita de Cássia Gondim Neiva. Editora Escala, 2007.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**, Tomo I, 2° edição revisada. Trad. de Jair Barboza. UNESP: São Paulo, 2015.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**, Tomo I, 2° edição revisada. Trad. Jair Barboza. UNESP: São Paulo, 2015.

SCHOPENHAUER, A. **Sobre a liberdade da vontade**. Apresentação de Oswaldo Giacoia Junior. Trad. Lucas Lazarini Valente e Eli Vagner Francisco Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

SCHOPENHAUER, A. **Sobre a vontade na natureza**. Trad. Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: LP&M POCKET, 2018.

SCHOPENHAUER, A. **Sobre o fundamento da moral**. Trad. de Maria Lúcia Cacciola. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

SIDGWICK, H. **Os métodos da ética**. Trad. Pedro Galvão. Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

TRINDADE, G. G. Resenha de: CATHCART, Thomas. **The Trolley Problem, Or Would You Throw the Fat Guy Off the Bridge?** A Philosophical Conundrum. New York: Workman, 2013. *Revista PERI* (UFSC), v. 7, n. 2, 2015.

A CULTURA É O HOMEM: A MASCULINIDADE DA MODERNIDADE EM GEORG SIMMEL

Cecy Bezerra de Melo¹⁷

RESUMO: A investigação sobre a produção de conhecimento é perpassada por debates e tensões desde que a ciência se estabeleceu. Uma das formas mais relevantes dessa análise ocorre através da crítica feminista, onde se produz uma extensa crítica ao sujeito universal masculino, em especial nas discussões que versam sobre a constituição dos cânones. Diversas autoras demonstram que muito se perde ao entender o sujeito como universalmente masculino. No que se refere a essa discussão na Teoria Social, Georg Simmel é um dos intelectuais clássicos com uma produção fundamental sobre cultura e modernidade, mas que apresenta movimentos contraditórios ao teorizar sobre as mulheres. À vista disso, o objetivo deste artigo é analisar como se deu a reflexão de Simmel frente à “questão da mulher”. Foi observado que, para Simmel, há um monopólio masculino da cultura objetiva, visto que o autor aponta que a “natureza feminina” se opõe à cultura, o que omite as mulheres enquanto sujeitos construtores do mundo social. Ao argumentar que “o homem” produz cultura, Simmel não o faz em uma definição universal de humanidade. “O homem” na teoria simmeliana significa fundamentalmente o sujeito masculino e a “natureza feminina” não é percebida como adequada para a produção de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Georg Simmel; Epistemologia; Gênero.

THE CULTURE IS THE MAN: THE MASCULINITY OF MODERNITY IN GEORG SIMMEL

ABSTRACT: Research on knowledge production has been permeated by debates and tensions since science was established. One of the most relevant forms of this analysis occurs through the feminist critique, where an extensive critique of the universal male subject is produced, especially in the discussions that deal with the constitution of canons. Several authors demonstrate that much is lost when understanding the subject as universally masculine. Concerning this discussion in Social Theory, Georg Simmel is one of the classic intellectuals with a fundamental production on culture and modernity, but who presents contradictory movements when theorizing about women. Because of this, the objective of this article is to analyze how Simmel's reflection on the “women's question” took place. It was observed that, for Simmel, there is a male monopoly of objective culture, since the author points out that “feminine nature” is opposed to culture, which omits women as constructors of the social world. In arguing that “man” produces culture, Simmel does not do so in a universal definition of humanity. “Man” in Simmelian theory fundamentally means the masculine subject and “feminine nature” is not perceived as appropriate for the production of culture.

¹⁷ Doutoranda em Sociologia. Vínculo: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: cecydemelo@gmail.com.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

KEYWORDS: Georg Simmel; Epistemology; Gender.

INTRODUÇÃO

A produção dos clássicos da Sociologia sobre o social tem a masculinidade enquanto categoria definidora. O cânone da Sociologia é composto por pensadores homens, o que, por seu turno, significa que as mulheres foram invisibilizadas no seu lugar de pensadoras na Teoria Social Clássica. A contribuição das sociólogas foi ocultada nos objetos e na construção dos conceitos da disciplina. A omissão das mulheres na história documentada da Sociologia não apenas invisibiliza a existência de autoras na Teoria Social, mas também contribui na formação de um discurso sociológico de relatos masculinos que ativamente desprezam as mulheres e sua produção intelectual. As lentes de gênero tendem a afetar a compreensão de fenômenos sociais, pois pessoas distintas localizadas em diferentes espaços sociais possivelmente podem apresentar atenções sociológicas diferentes nas análises de um mesmo fenômeno. Tal configuração abarca a Teoria Social Clássica (ISAKSON, 2020).

Lançar luz sobre essa questão não significa ignorar as contribuições substantivas dos autores clássicos para o pensamento sociológico, mas ler de forma mais atenta as suas obras. Evidenciar essa relação de poder presente na ciência não significa uma exclusão radical de todo conhecimento produzido no cânone, mas promover um movimento acadêmico de incorporação de novas questões de compreensão, ao ampliar o entendimento do mundo social e propor novos esquemas conceituais e possibilidades interpretativas. A resposta da epistemologia feminista a esse cenário é o desenvolvimento de uma crítica social e teórica do conhecimento científico, repensando certas categorias nas ciências ou completando teoricamente com outras (RAGO, 2006).

A produção de Georg Simmel sobre a produção de cultura, principalmente em sua análise sobre a cultura e modernidade, é clássica no pensamento sociológico. Embora, seja também um trabalho bastante rico para analisar a ambivalência do pensar sociológico quando se trata das diferenças entre os sexos. Nesse artigo, pretende-se demonstrar como o pensamento de Simmel é seletivo ao explicar o mundo social frente às questões das mulheres na produção da cultura e, conseqüentemente, sua posição na modernidade.

Para tal, desenvolvo esse artigo em três tópicos, além das considerações finais. No primeiro tópico, é analisada a forma como mulheres são excluídas enquanto intelectuais e objetos de estudo social na Sociologia. Faço tal esforço especialmente no que se refere às concepções de modernidade canônicas, sobretudo, na Teoria Simmeliana. Em seguida, desenvolve-se brevemente um dos conceitos centrais de Simmel: a produção da cultura. Por último, há um esforço em demonstrar como a produção de Simmel sobre cultura exclui as mulheres. O autor argumenta que há uma suposta inaptidão intrínseca feminina para a produção de cultura e, como a consequência dessa análise, o campo social é definido apenas como masculino.

A CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DA MODERNIDADE: A MASCULINIDADE DOS CÂNONES

A modernidade é um problema sociológico central, que foi exaustivamente trabalhada pelos clássicos. É mais que uma demarcação histórica, é um modo de vida, que representa uma maior agência dos indivíduos. Porém, essa definição moderna de indivíduo ganha certa contradição quando os autores tecem reflexões sobre a posição das mulheres.

Como apontado por Barbara Marshall e Anne Witz (2004), a relação entre a Sociologia e a modernidade nos permite visualizar uma exclusão metafísica das mulheres do social e uma exclusão institucional da mulher da sociedade. A modernidade representa uma série de reconfigurações institucionais, que tem em sua maior forma um aumento da barreira entre as esferas do público e do privado. Esse dualismo está ligado à distinção entre o masculino e o feminino, no qual, o sujeito moderno e político está no espaço público e é masculino. Mesmo com essa sendo uma divisão espacial e de gênero, as diferenças entre homens e mulheres eram apenas vistas como localizadas no espaço privado.

O sujeito moderno trabalhado na Sociologia pode ser entendido, em um primeiro momento, como assexuado. Entretanto, ao utilizar uma expressão que se identifica com o gênero masculino, a ideia que tais produções tendem a passar é que se trata de uma linguagem que corresponde às formas universais da vida humana. Porém, em uma análise mais atenta, percebe-se que diversas produções estão falando da forma de vida

masculina como sinônimo da vida social. Mesmo com os espaços entre público e privado bem demarcados sexualmente, a Sociologia Clássica tende a se debruçar em apenas uma dessas esferas e em um dos gêneros, o que tem consequências para o que é compreendido e definido enquanto mundo moderno.

Isso não significa que não existam menções a personagens femininas na produção sociológica, mas quando elas ocorrem geralmente não é a partir de um olhar sociológico: o que há é um entendimento das mulheres mais ligado à natureza. Essa é uma estratégia que mobiliza o natural para poder delimitar o que é social na teoria da diferença. O que se percebe não é apenas a Sociologia refletindo os sentimentos e as noções que existiam sobre as mulheres em sua época, mas participando ativamente na construção dessas noções. Nesse sentido, Viola Klein (1971) argumenta que há diversos pensamentos ideológicos sobre o personagem feminino e muitos deles são construídos com ajuda do pensamento científico. Em sua tese de doutorado, Klein demonstra diversas concepções do caráter feminino produzidos com ajuda de diversas áreas do conhecimento, inclusive a Sociologia. O ponto da autora é que esses estereótipos femininos influenciam na subjetivação das mulheres.

Anne Witz e Barbara Marshall (2004) definem esse cenário como uma ontologia masculina do social baseada em uma profunda ontologia da diferença. As mulheres são definidas pela sua corporeidade, enquanto os homens são destituídos da sua. Tal processo ocorre no esforço de separação entre corpo e mente, que define o homem como a mente (razão) em um cenário que caracteriza o social como masculino. A interrogação das autoras ocorre em torno de uma preocupação em como mulheres e homens são colocados nesses textos clássicos e como esse movimento tem delineado a reflexão epistemológica na Sociologia. O que Wittz e Marshall (2004) chamam de “ontologia masculina do social” é justamente essa concepção, onde os homens definem e habitam o social. Dessa maneira, esses indivíduos presentes no social dentro da teoria sociológica não são genéricos e sim realmente do gênero masculino. Mesmo com o exílio das mulheres nas definições sociológicas da modernidade, elas estavam contribuindo ativamente nesse período. A presença das mulheres na Teoria Clássica não era mera representatividade, elas somaram, repensaram e expandiram o debate teórico. Mesmo com o ocultamento feminino das definições sociológicas da modernidade, existiam pensadoras contribuindo e ajudando na ascensão da Sociologia nesse período,

como Marianne Weber. Tendo isso em vista, Theresa Wobbe (2004) traça as afinidades entre a Sociologia e o movimento feminista através da relação dos trabalhos de Marianne Weber e Georg Simmel. Tanto Simmel quanto Weber se interessam pela discussão da individualização da modernidade, porém suas interpretações ocorrem de forma diferente. Um tem uma abordagem mais essencialista, a outra tem uma perspectiva feminista do social ligada as reformas sociais e à pesquisa social.

Mesmo com algumas divergências em suas interpretações, Wobbe (2004) defende que a maior afinidade entre Georg Simmel e Marianne Weber é a de que ambos assentaram a questão de gênero e modernidade na agenda sociológica. O debate entre entendimento da mulher enquanto categoria social e a interpretação mais essencialista presente no trabalho dos dois aparece de forma substancial nos debates entre os fundadores da Sociologia e no movimento feminista.

Porém, na síntese desses debates, os pensamentos que tem maior notoriedade na Sociologia clássica são os dos “pais da Sociologia”, que tendem a pensar a mulher de uma forma biologizante. A função em uma Sociologia Feminista é reler os clássicos prestando atenção nas inclusões e exclusões de gênero e como essas posições moldaram o conceito do mundo social. A estratégia de interrogação feminista proposta por Anne Witz e Barbara Marshall (2004) nos mostra que precisamos confrontar o “gênero não pensado” do social, não apenas expondo a masculinidade presente nos textos sociológicos, mas também pensando as formas diferentes em que o gênero pode ser pensado dentro do discurso sociológico. Neste texto se pretende utilizar o “gênero não pensado” na definição da modernidade de Simmel e a distinção categórica entre homem e mulher presente nela.

A DEFINIÇÃO DE CULTURA EM SIMMEL

A cultura, na teoria de Simmel, é a natureza cultivada. A influência humana atua sob um objeto que o faz ultrapassar as suas fronteiras naturais. Esse objeto, ao sofrer a ação do homem, adentra em uma nova categoria e recebe um novo status. O que estava no campo das ideias se coloca na sociedade enquanto objeto. Esse movimento oferece a condição de uma apresentação diferente da cultura objetiva e da cultura pessoal, mas ambas são conteúdo da cultura.

Dessa forma, Simmel representa a cultura em um processo bidimensional. Por um lado, há a cultura objetiva, que se caracteriza pelos objetos que funcionam como instrumentos ou condições de modo de vida, e por outro, existe a cultura subjetiva, representado pelo espírito subjetivo, a personalidade. Esse momento da transformação do espírito em cultura objetiva é o que transforma o indivíduo em ser cultural. Nesse cenário, há um movimento dialético das culturas expresso na objetivação da cultura subjetiva e na subjetivação da cultura objetiva, mais especificamente, ao mesmo tempo em que a cultura subjetiva é necessária para a transformação de um objeto em conteúdo cultural objetivo, ela é também o último resultado da cultivação da cultura.

A objetivação do espírito necessita de uma energia física e psíquica dos produtores, pois as formas são a expressão da vida. Contudo, Simmel argumenta que com a divisão do trabalho decorrente da modernidade, a relação entre forma e vida tem se tornado mais divergente. A especialização atrofia a personalidade, visto que os homens se tornam sujeitos culturais através da objetivação e formando o objeto a sua imagem. Na obra produzida através da divisão do trabalho, a unidade coerente entre o produtor e a obra não existe, nela está apresentada apenas a parcialidade do ser. Esse produto vira, então, uma junção de vários trabalhadores, excedendo todos e virando um produto autodeterminado.

Além de o próprio trabalho ser dispendido do trabalhador, há também a separação desse produtor dos seus meios de produção. Quando o trabalho ocorre com os meios de trabalho do próprio trabalhador, há ainda o trabalho presente na personalidade desse trabalhador, que é separado do produtor apenas quando o produto é posto à venda. Porém, no cenário da modernidade, as condições e o produto do trabalho pertencem a outra pessoa que não é o trabalhador, acentuando cada vez mais o caráter objetivado dessa atividade. A divisão do trabalho também é responsável pela objetivação das relações sociais de consumo, que se expressa em uma padronização dos consumidores ao não conseguir distinguir qualitativamente uns dos outros, limitando-se apenas na quantidade de objetos culturais que eles podem consumir.

A relação fragmentada entre as culturas na modernidade é colocada por Simmel de duas formas: a reificação e a instrumentalização. O desenvolvimento da cultura subjetiva é determinado pela capacidade de o indivíduo interiorizar a cultura objetiva na sua própria vida. A reificação se expressa nas formas culturais que se desenvolvem de

forma mais complexa e vasta, o que, por sua vez, torna-se mais difícil que a cultura seja objetivada. À vista disso, há uma maior dificuldade de interiorização da cultura objetiva na subjetiva. Enquanto que a instrumentalização corresponde ao momento que os instrumentos transcendem suas funções originais e aparecem com status de valores últimos, ao mesmo tempo em que os valores autênticos – que dão significado à vida – são reduzidos a meras técnicas. O papel do dinheiro na cultura moderna é um exemplo central na explicação simmeliana da instrumentalização da cultura. O dinheiro serviria como um instrumento para padronizar valores, mas ele se torna o valor em si, no qual, todos os outros artefatos culturais são definidos por ele.

A circulação do dinheiro é uma das grandes responsáveis pela preponderância do espírito objetivo sobre o espírito subjetivo e essa objetivação da cultura vai se tornando cada vez mais parte da vida cotidiana dos indivíduos modernos. A cultura objetiva se torna autocontida e se autopropetua, como se não tivesse ligação com a vida. Assim, a vida exterior fica cada vez mais objetivada em uma conjuntura que a cultura subjetiva não consegue acompanhar. Esse cenário descrito por Simmel é o da tragédia da cultura, fundamental no pensamento simmeliano, porém é importante frisar que ela não é uma tragédia assexuada e, mais do que isso, ela ocorre paralelamente à tragédia dos sexos.

A ÓTICA SIMMELIANA SOBRE A MULHER NA MODERNIDADE

Por entender a cultura enquanto formada unicamente pelos os homens, a tragédia da modernidade é apenas masculina. O argumento simmeliano é que a arte, a indústria, a ciência, o comércio, o Estado e a religião foram criados pelos homens. Tal fenômeno não ocorre apenas por uma suposta uma escassez da produção feminina nessas áreas, mas em razão da produção cultural na nossa sociedade exigir características do caráter masculino (SIMMEL, 2005).

A cultura é predominante masculina. Os homens se desenvolvem enquanto gênero diferenciado e especializado, que são características necessárias para a produção cultural. Ao passo que as mulheres são unificadas e indiferenciadas. A diferenciação está enraizada na divisão do trabalho, no qual há uma dissociação entre o mundo doméstico e o mundo público. O argumento de Simmel é que o mercado econômico foi ocupado pelos homens, pois foi desenvolvido em um maior processo de racionalização

e diferenciação em razão do caráter masculino. Portanto, na dimensão social, há uma forte conexão do processo de objetivação com o personagem masculino, pois a cultura objetiva é um produto da atividade masculina (SIMMEL, 2005). O que repousa as diferenças entre os gêneros na teoria de Simmel é uma pressuposição não social das distinções entre homens e mulheres, elas são categorizadas como diferenças metafísicas.

O entendimento simmeliano sobre a ontologia da experiência humana está comprometido com o fato de que a vida humana não pode ser reduzida a uma única forma. Não se deve julgar a feminilidade a partir do ideal de valor masculino e para evitar que isso ocorra, Simmel adota um dualismo radical entre a masculinidade e a feminilidade, eles são dois tipos únicos, autônomos e incomensuráveis. Ao definir as diferenças entre o caráter masculino e feminino, o autor argumenta que há uma predisposição de um produzir a cultura objetiva e inaptidão de outro. Em primeiro lugar, é argumentado que os homens conseguem desenvolver atividades que não estejam integradas na sua personalidade, enquanto que as mulheres realizam atividades mais homogêneas, no qual, elas têm uma integração mais íntima. Outra característica é que homens têm as condições psicológicas de estar em um ambiente especializado encarando uma cultura objetivada destacada da sua vida, enquanto que para as mulheres falta essa capacidade, porque elas precisam expressar sua personalidade de forma integral, se relacionando de uma forma mais pessoal e inseparável da sua personalidade feminina, de maneira que experienciar a especialização na modernidade iria fragmentar sua própria existência. O ambiente de alta fragmentação da divisão do trabalho não compromete a existência e a personalidade do homem, porque ele consegue diferenciar sua personalidade total das suas relações individuais, podendo se relacionar de forma mais objetiva. Para Simmel, isso também pode ser observado em termos de fidelidade: o homem por ter uma alma diferenciada, é mais propenso a ser infiel, ao contrário da mulher, que tende a ser fiel devido à personalidade unitária (SIMMEL, 1934).

Outro ponto argumentado pelo autor é que as mulheres expressam sua subjetividade de forma espontânea e direta e os homens expressam sua subjetividade de forma mais mediada pelas formas da cultura objetiva. O argumento da grande diferenciação entre os sexos pode ser observado até nas questões de beleza. O ideal feminino é a beleza, que se exprime em uma perfeição que se encerra em si mesma, não se percebendo finalidade. O ideal da masculinidade tem ligação com músculo e força,

no qual se pode perceber uma função, que é a sua utilidade para o trabalho, a capacidade de transcender (SIMMEL, 1934). Portanto, na visão simmeliana, a contribuição dos sexos para vida cultural se desenha na forma de que o homem está sempre se externalizando e produzindo cultura e a mulher provê a harmonia e autocontenção que auxilia o homem a viver melhor nessa realidade de alta fragmentação.

O argumento de Simmel é então que a divisão do trabalho fundamentalmente corresponde com a índole masculina, visto que o caráter do homem consegue desempenhar funções de forma objetiva, sem precisar envolver sua personalidade nela. Na concepção do autor, falta essa índole nas mulheres, pois elas não conseguem realizar as atividades de forma impessoal, ou seja, sem colocar sua personalidade nele, porque sua alma é unidade inseparável (SIMMEL, 1934). Assim, é possível perceber uma oposição radical no pensamento de Simmel entre a cultura e o modo de ser feminino. As mulheres não conseguem realizar criações originais. No máximo, conseguem reproduzir ou adaptar a cultura masculina, ou seja, a visão simmeliana é que a atividade cultural feminina só é eficaz se estiver impregnada de cultura masculina.

O espaço mais próximo de produtividade feminina que a mulher realiza é a casa e a influência que elas exercem sob os homens. A casa é definida por Simmel enquanto “originalidade secundária”, pois ela é uma categoria intermediária entre a produção de algo e a mera repetição, mas o autor identifica nela uma função de equilíbrio fundamental para a sociedade. Simmel argumenta que a existência ocorre em dois papéis. A primeira consiste em vários conteúdos que se encontram e se moldam e a segunda se caracteriza pela soma de todos os mundos, onde cada um tem o mesmo conteúdo vital fazendo parte de uma totalidade. A casa exerce simultaneamente esses dois papéis, ela faz parte de um mundo, mas também é um mundo inteiro, uma forma condensada de existência. A entidade da casa enquanto parte e como todo acontece para os dois sexos, porém, para o homem ela é mais um fragmento de sua vida e para a mulher, ela é a sua vida inteira. A casa pega as duas existências duais da sociedade – os sexos – e canaliza em uma unidade que Simmel define como uma “intimidade sossegada” (SIMMEL, 1934, p. 47), produzindo um lócus de harmonia que alivia a grande fragmentação do resto da sociedade. Nesse espaço, essa essência pertencente naturalmente ao sexo feminino é compartilhada com os homens, o que influencia na produção cultural masculina ao proporcionar um equilíbrio na vida dos homens. O

poder cultural da mulher, portanto, é representado nesse outro indiferenciado, que diminui a complexidade do homem, esse sim, visto como o sujeito moderno. A mulher sustenta o indivíduo em sua experiência debilitante da especialização da modernidade e para cumprir essa função, elas não podem transcender sua essência natural.

A tragédia moderna no pensamento simmeliano é a objetivação da vida que leva à desestabilização do social. Essa tragédia é masculina, pois além do homem ser o sujeito moderno, a cultura foi reificada em uma direção masculina. No entanto, as mulheres começaram a entrar também em um processo de diferenciação, que teve o movimento feminista como um fator crucial. As transformações de gênero decorrente do feminismo são enxergadas por Simmel como algo que faz parte da mudança maior na relação entre cultura objetiva e subjetiva na vida moderna. Por exemplo, com o aumento do individualismo que se opõe ao matrimônio e a industrialização que transfere para fora de casa muitas tarefas domésticas, o valor doméstico na vida das mulheres é diminuído, conseqüentemente, reduzindo sua originalidade secundária e o equilíbrio que elas ofereciam na vida dos homens (SIMMEL, 1934). Posto isso, a visão de Simmel sobre o movimento de mulheres tem a ver com sua preocupação com a tragédia da modernidade, pois os ganhos dessas mulheres serviram para aumentar a complexidade da cultura objetiva, exacerbando ainda mais a fragmentação masculina, em vez de corrigi-la.

Para Simmel, o feminismo se preocupa e caminha em direção à cultura subjetiva, tendo como principal problema do movimento a expansão e enriquecimento da cultura pessoal através do acesso às formas de cultura objetiva, eliminando os constrangimentos. Dessa forma, o movimento propõe às mulheres participarem da cultura objetiva, visando aumentar a sua cultura subjetiva, sem mencionar uma criação de uma cultura objetiva feminina. Ao pensar sobre o movimento feminista, o autor sugere que ele se levante em uma base própria. Para Simmel, o movimento feminista deveria orientar mais mulheres a objetivar o feminino do que repetir uma cultura dita como masculina. A “humanidade independente” que o movimento clama, deveria ser substituída por uma “feminilidade independente”, já que a humanidade é definida em termos masculinos. Para que as mulheres criem uma cultura objetiva e, assim, definam sua forma, é preciso que elas criem novos conteúdos culturais que os homens não possam realizar. Esse é o principal impasse na relação entre o movimento feminista a

cultura objetiva. Nenhum dos três modelos de relação entre a mulher e a cultura presente na época de Simmel (modelo de esferas separadas, modelo liberal e modelo socialista) é aceito pelo pensamento simmeliano, porque ele os percebe enquanto modelos reducionistas, dado que nenhum deles reconhece a autonomia da mulher (SIMMEL, 1934).

A cultura feminina não é vista como uma forma de vida com seus próprios princípios e sim como derivação de outra condição, assim, não existe uma cultura alternativa feminina, mas a forma de vida feminina é uma alternativa à cultura. Não há, aparentemente, uma solução para o problema simmeliano do feminismo, porque a forma de vida feminina não pode ser objetificada sem se transformar em outra coisa.

Posto isso, percebemos de forma mais clara a impossibilidade da correspondência entre a feminilidade e a cultura na visão de Simmel, pois a mulher ou não consegue se expressar em formas culturais ou quando consegue, ocorre uma masculinização do caráter feminino, este último sendo o cenário da modernidade. A possibilidade de uma cultura feminina é negada por Simmel, mas para Guy Oakes (1984) essa posição é inconsistente com a doutrina simmeliana sobre a relação entre a forma e a vida. Por exemplo, a cultura feminina pode ser formada por um conjunto diferente daqueles que definem a cultura masculina. Guy Oakes desenvolve seu argumento sobre a viabilidade da feminilização da cultura utilizando o dilema vivido por Portia, personagem em “*The Merchant of Venice*” (O Mercador de Veneza). Oakes escolhe a experiência dessa personagem especialmente porque ela está no campo da lei, a área da cultura que Simmel entende como a mais resistente à feminilização. Para Simmel, a ideia masculina de justiça é impessoal, independente da moral e das emoções do julgador. Enquanto que a ideia feminina de justiça é empática, irracional e fundamentado nas noções de compaixão e cuidado (SIMMEL, 1934).

No romance, Portia, mesmo dentro de um sistema de justiça masculino, exerce o julgamento moral feminino, utilizando cuidado e compaixão para resolver um conflito. A interpretação de Oakes é que nesse exemplo, houve mais uma objetivação da forma de vida feminina do que a masculinização da mulher. Porém, a feminilização da cultura não soluciona ou responde a maior questão e preocupação de Simmel, que está na sua produção sobre a mulher e a cultura, que é: a cultura feminina pode ser objetivada sem gerar reificação e instrumentalização? Se reificação e instrumentalização são

consequências do processo da modernidade, a única solução possível dentro da perspectiva simmeliana é a desmodernização das políticas feministas da cultura. Ou seja, para resolver o problema simmeliano do feminismo, a feminilização da cultura teria que significar uma desmodernização da cultura. Dessa forma, a reificação da cultura masculina pode ser resolvida até certo ponto pela exclusão das mulheres da objetivação, diminuindo a extensão da cultura objetiva, mas não parece possível pensar a feminilização da cultura dentro do paradigma simmeliano sem cair na dessubjetivação presente na cultura moderna.

CONCLUSÃO

Olhar a produção de Simmel sobre a questão da mulher na modernidade a partir da ferramenta do “gênero não pensado” nos permite pensar criticamente sobre o sujeito moderno na Sociologia. Os homens colocados como sujeitos na teoria simmeliana não são genéricos e sim do gênero masculino.

Simmel se baseia em uma diferença radical entre os sexos ao desenvolver a teoria da cultura para explicar a tragédia da modernidade, no qual, a própria noção de cultura objetiva e subjetiva tem certa relação com o que Simmel pensa enquanto masculino e feminino. A modernidade se caracteriza pela separação do produtor do seu trabalho e dos meios de produção, onde a grande expansão das formas ultrapassa a capacidade de controle do homem que não consegue incorporar essa vasta cultura objetiva em sua cultura subjetiva. Esse desenvolvimento das formas com um distanciamento do seu produtor até alcançar uma autonomia é a reificação da cultura. Entretanto, o que foi enquadrado aqui é que a cultura, na concepção simmeliana, é reificada apenas na direção masculina, exilando as mulheres como produtoras de cultura.

No seu dualismo radical para explicar as condições da produção cultural, Simmel argumenta que a divisão do trabalho tem uma maior relação com o caráter masculino do que o feminino. Os homens são um sexo diferenciado e especializado, enquanto as mulheres são seres unificados e indiferenciados. Dessa forma a alma feminina é incompatível com a cultura, pois a sua unidade não conseguiria se expressar em um ambiente cultural de alta fragmentação. Porém, essa dita natureza autocontida

das mulheres tem uma função na teoria de Simmel que é promover um *locus* de intimidade e harmonia, que é visto como a única área de produtividade feminina. Os homens são os únicos autores e executores da cultura objetiva, por isso, a tragédia da cultura é masculina.

Ademais, as demandas do movimento feminista viram uma importante questão para Simmel, que o entende enquanto reivindicações que apenas buscam o aperfeiçoamento da cultura subjetiva. Nesse sentido, o autor tece reflexões sobre uma possível a dessubjetivação geral da sociedade moderna e tenta compreender como e se esse aperfeiçoamento da cultura subjetiva, devido ao impacto do movimento feminista, traz algo para a cultura objetiva. Nessa conjuntura, Simmel começa a questionar sobre a existência da possibilidade das mulheres em criar cultura objetiva. No desenvolvimento dessas questões, percebe-se no pensamento simmeliano uma incompatibilidade entre o modo de vida feminino e a forma da cultura. Visto que, para o autor, as mulheres não conseguem produzir cultura ou, se conseguem, é apenas uma repetição do que já é feito pelos homens.

O pensamento de Simmel sobre a questão da mulher na modernidade é paradoxal. Por mais que o autor faça algum esforço em trazer uma dimensão mais social para esse problema, Simmel limita-se a abordar as mulheres com um viés mais metafísico, onde define e limita a mulher pela sua corporeidade. Essa perspectiva faz coro com clássicos da Sociologia que também empregam em suas produções a seguinte dualidade: o homem é a cultura e a mulher é a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISAKSSON, A. **Classical Sociology Through the Lens of Gendered Experiences** *Front. Sociol.*, 2020.

KLEIN, V. **The Feminine Character: History of an Ideology**. Illinois: University of Illinois Press, 1971.

OAKES, G. Introduction. In: Guy Oakes (ed). **Georg Simmel: on love, sexuality and woman**. New Have: Yale University Press, 1984.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M.P. (org). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p.21-42.

SIMMEL, G. A Divisão do Trabalho como Causa da Diferenciação e da Cultura Subjetiva e Objetiva. In: SOUZA, OELZE, B. (org). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Ed. UNB, 2005.

SIMMEL, G. **Cultura Femenina y Otros Ensayos**. Madri: Revista de Occidente, 1934.

WITZ, A.; MARSHALL, B. The Masculinity of the Social: towards a politics of interrogation. In: WITZ, A.; MARSHALL, B. **Engendering the Social: Feminist Encounters with Sociological Theory**. Berkshire: Open University Press, 2004.

WOBBE, Theresa. Elective Affinities: Georg Simmel and Marianne Weber on gender and modernity. In: WITZ, Anne; MARSHALL, Barbara. **Engendering the Social: Feminist Encounters with Sociological Theory**. Berkshire: Open University Press, 2004.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM FOZ DO IGUAÇU: SINDICATO DOS MOTOTAXISTAS E ESTADO NA ESCALA LOCAL

Roberto Rigaud Navega-Costa¹⁸

Tatiane dos Santos Navega-Costa¹⁹

RESUMO: O trabalho apresentado nas páginas seguintes tem como problema principal o estudo da forma em que diferentes sujeitos em sociedade se organizam espacialmente, tendo como referência a territorialidade de tais sujeitos. Com o estudo do processo do advento, crescimento, estruturação, conflito, sindicalização e regulamentação da atividade de mototáxi no município de Foz do Iguaçu, poderemos avaliar como esta atividade, e seus praticantes, organizam o território, criando uma paisagem humana mais diversificada, inserindo-se numa territorialidade em desenvolvimento, com o ritmo caótico das dinâmicas de uma fronteira metamórfica, e apresentar quais são as forças que se levantam para coibir tal organização e/ou discipliná-la nos moldes de um Estado. Dois conceitos principais serão utilizados: o de território e o de territorialidade. Já a metodologia aplicada é uma mescla de trabalho de campo e de pesquisa bibliográfica, buscando dentre as leis municipais, procurando entender o que chamou-se de os movimentos do Estado, movimentos que buscavam normatizar a atividade em questão para ter poder sobre o território e, ao mesmo tempo, angariar fundos para os cofres públicos, fundos oriundos da atividade econômica nascente. O trabalho de campo foi realizado junto ao presidente do sindicato da categoria de mototaxistas e suas declarações puderam ser comparadas com as do Estado, na figura das leis que este criou desde 1997 para fazer frente à nova atividade. Como resultados apresentou-se algumas conclusões ao final do texto, fazendo as considerações a respeito do processo histórico ainda em curso, oriundo das necessidades de passageiros e de autônomos.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidade; Mototáxi; Estado.

TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD EN FOZ DO IGUAÇU: SINDICATO DE MOTOTAXISTAS Y ESTADO A ESCALA LOCAL

RESUMÉN: El trabajo que presentaremos en las siguientes páginas tiene como principal problema el estudio de la forma en que los diferentes sujetos de la sociedad están organizados espacialmente, teniendo como referencia la territorialidad de dichos sujetos. Con el estudio del proceso de advento, crecimiento, estructuración, conflicto, sindicalización y regulación de la actividad mototaxi en el municipio de Foz do Iguaçu, podemos evaluar cómo esta actividad, y sus practicantes, organizan el territorio, creando un paisaje humano más diverso, insertándose encuentra en una territorialidad en desarrollo, con el ritmo caótico de la dinámica de una frontera metamórfica, y cuáles

¹⁸ Doutorando e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Unioeste (Foz do Iguaçu/PR). Bolsista Capes. E-mail: roberto.navega.costa@gmail.com.

¹⁹ Mestranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Unioeste (Foz do Iguaçu/PR). Coordenadora do curso de Pedagogia da Uniamérica/Descomplica. E-mail: navegapsicologia@gmail.com.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

son las fuerzas que surgen para frenar una organización de este tipo y / o disciplinarla en la línea de un estado cambiante (de ejercicio en ejercicio). Para enfrentar este desafío, utilizaremos dos conceptos principales, que están articulados por la dinámica humana, el territorio y la territorialidad. La metodología aplicada es una mezcla de trabajo de campo e investigación bibliográfica, que busca entre las miles de leyes municipales de la ciudad de Foz do Iguaçu, que trató el tema en cuestión, el trabajo de los conductores de taxis de motocicletas, tratando de entender a qué vinimos llamarlo movimientos estatales, movimientos que buscaban normalizar la actividad en cuestión para tener poder sobre el territorio y, al mismo tiempo, recaudar fondos para las arcas públicas, fondos de la naciente actividad económica. El trabajo de campo se llevó a cabo con el representante de los trabajadores en la actividad mototaxi, el presidente del sindicato de la categoría, y sus declaraciones podrían compararse con las del Estado, en la figura de las leyes que creó desde 1997 para enfrentar la nueva actividad. Como resultado, presentaremos nuestras conclusiones al final del texto, haciendo consideraciones sobre el proceso histórico aún en curso, la ocupación y territorialización realizada por una nueva actividad económica desarrollada espontáneamente, que surge de las necesidades de los pasajeros, por un lado, y autónoma, por otro.

PALABRAS-CLAVE: Territorialidad; Mototaxi; Estado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar a organização do sindicato dos mototaxistas do município de Foz do Iguaçu, o Sintramotos Foz (Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos do Tipo Motonetas, Motocicletas, Bicicletas e Triciclo Motores de Foz do Iguaçu e Região), descrevendo sua história, desafios, estrutura, e como ele atua espacialmente no território do município buscando estabelecer a profissão a que representa perante ao poder público e à sociedade da qual faz parte.

Para tal, esperamos contemplar algumas questões colaterais, por exemplo, como o grupo de trabalhadores mototaxistas se desenvolveu na cidade? Como eles se inseriram territorialmente? Como se organizam para desempenharem sua função em meio a concorrentes tradicionais e recentes? Como o poder público intervém na regulamentação da atividade e organiza o território que lhe diz respeito gerir? Quais são os demais interesses que operam na organização territorial da cidade e que se contrapõem aos interesses oriundos dos mototaxistas?

Partindo da busca de contar a história dos trabalhadores mototaxistas procuraremos abordar o atual estado do movimento sindical, indo do ponto mais insipiente, num sindicato praticamente composto por um único indivíduo representante,

para daí termos noção de qual é o poder de intervir no espaço que tem um grupo com tão pouca visibilidade, mas que conseguiu um mínimo de organização.

Para darmos conta da tarefa a que nos propusemos acima utilizaremos a pesquisa de campo, com a descrição de uma entrevista realizada por nós junto ao presidente do sindicato que representa a categoria dos mototaxistas na cidade de Foz do Iguaçu. Também, nos utilizaremos de estudos bibliográficos, buscando nos arquivos eletrônicos do município de Foz do Iguaçu os movimentos que o poder público fez com o intuito de disciplinar a atividade de mototáxi em seu território legal.

O presente trabalho está organizado de modo a separar as informações pertinentes para facilitar o entendimento do leitor e, para tal, começaremos a discutir brevemente os conceitos de território e o de territorialidade. Assim, pedimos a ajuda da socióloga e doutora em Geografia Sarita Albagli, que em seu texto “*Território e Territorialidade*” faz uma explanação a respeito dos conceitos e traz os principais autores, não sendo necessário nos estendermos num trabalho já feito e com excelente qualidade.

Após, passamos a descrever nosso trabalho de campo, trazendo o conteúdo de nossa entrevista com o presidente do sindicato que representa a categoria dos mototaxistas na cidade. Em seguida, traremos as principais leis concernentes ao tema da atividade em pauta e mostramos, resumidamente os movimentos executados pelo Estado, no âmbito municipal, para dar conta da realidade modificada com a presença destes trabalhadores. E, em nossas conclusões, analisaremos o recorte de realidade que nos é apresentado, tendo como categoria de análise a organização territorial e a territorialidade criada a partir do jogo de forças em nosso microcosmo municipal.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Para entendermos o que queremos dizer quando usamos o termo território, no sentido utilizado pela Geografia, temos primeiro que diferenciá-lo do termo espaço. Este último representa uma noção abstrata, enquanto o território diz respeito a um espaço apropriado e delimitado por atores em relações complexas de poder, sendo ao mesmo tempo os produtores deste território, conforme Sarita Albagli (2004).

Como uma rede de interações sociais, o território não se resume às suas

dimensões materiais, que se projeta em múltiplas dimensões, da casa, rua, bairro, cidade, local de trabalho, etc. Desta forma o conceito de território serve de apoio a análise de distintas disciplinas, que têm nele uma ferramenta útil para descreverem a realidade (ALBAGLI, 2004).

As diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial. (ALBAGLI, 2004, p. 28).

O termo territorialidade, por seu turno, nos remete ao comportamento, onde atores assumem sistemas comportamentais para a apropriação do espaço, planejamento de ações futuras, que gera um sentimento de pertencimento, individual ou coletivo, tornando-se “um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.” (ALBAGLI, 2004, p. 28).

A territorialidade espelha o que é vivido territorialmente, e isto se dá em múltiplas formas, seja socialmente, culturalmente, politicamente, em jogos de poder, e cada resultado destas ações reflete-se no território e em seus construtores, servindo de base para novas modificações, num processo que se autoalimenta e que é inconsciente a maior parte do tempo.

TRABALHO DE CAMPO

Nosso trabalho de campo se deu em 13 e 14 de agosto de 2019, no município de Foz do Iguaçu. Fizemos uma entrevista no dia 14 com o presidente do sindicato dos mototaxistas de Foz do Iguaçu, o Sintramotos Foz (Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos do Tipo Motonetas, Motocicletas, Bicicletas e Triciclo Motores de Foz do Iguaçu e Região), o senhor Aramis Rodrigues dos Santos.

No dia 13 de agosto tentamos o primeiro contato, pois os dados referentes ao sindicato na internet apontavam um endereço (Rua Golfinhos 1301)²⁰ e um telefone

²⁰ <https://trade.nosis.com/pt/SINDICATO-DOS-TRABALHADORES-CONDUTORES-DE-VEICULOS-DO-TIPO-MOTONETAS-MOTOCICLETAS-BICICLETAS-TRICICLOS-MOTORES-E-SIMILARES-DE-FOZ-DO-IGUACU-E-REGIA/106444826/315/p#.XWQUUnt7nIW>

(que estava desativado). Ao irmos ao endereço não havia sindicato e ninguém o conhecia. Andando pela rua, ao encontrarmos um ponto de mototáxi, fomos informados de que deveríamos “procurar o Aramis”, depois do CAIC. Fomos andando até lá e não havia ninguém no local, sala fechada com tv ligada. Esperamos por mais de uma hora até que um mototaxista (Jonas) chegou e nos informou o telefone do sr. Aramis.

Mais tarde marcamos uma entrevista para o dia seguinte, às 14h, e foi só aí que conseguimos informações da parte do representante da categoria dos mototaxistas da cidade. Daí, optamos por uma conversa sem estrutura formal, sem questionário ou roteiro, tendo apenas um eixo principal: a história do sindicato e a do seu presidente nela, o que se mostrou bem interessante, pois não houve pausas para leitura de questões, apenas intervenções conforme algo relevante precisasse de esclarecimento.

Utilizamos-nos de um caderno de notas, e anotamos apenas o essencial para marcar o andamento da conversa, não querendo ocupar o tempo anotando palavra por palavra, pois o interesse neste caso era pelas informações, não sobre uma etnografia centrada no entrevistado ou no grupo que ele representa.

O senhor Aramis nasceu em Palmital-PR e tem 45 anos de idade, sendo 25 anos em Foz do Iguaçu, e trabalha com o serviço de mototáxi desde 2006. Seu mandato como sindicalista começou em 2015 e irá até 2020. Foi candidato a vereador por Foz do Iguaçu em 2016, pelo PV, obtendo 317 votos, sendo que o número de votos do último candidato eleito foi de 1182²¹.

Segundo o entrevistado, a atividade de mototáxi começou na região da Ponte da Amizade por volta de 1993, com o transporte de sacoleiros para os dois lados da ponte, numa época em que paraguaios e brasileiros disputavam passageiros em ambos os lados da fronteira. Informou, também, que a AMOFI incentivou na organização da categoria para a formação do sindicato.

Para o senhor Aramis, a regularização da atividade, via lei municipal, em 2009 fez o número de mototaxistas crescer de por volta de duzentos para cerca de 650 entre 2013 a 2015, mas que vem havendo um declínio no número de trabalhadores nesta atividade desde então, tanto que ele estima que haja cerca de 400 mototaxistas ativos no município atualmente.

²¹ H2Foz. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/candidatos-a-vereador-com-votacao-expressiva-nao-sao-eleitos-36588>. Acesso em 23/08/2019.

O presidente do sindicato reconhece que sua categoria é fraca frente às demais categorias tradicionais, e que a disputa e os conflitos com as empresas de transporte público, os taxistas, e agora os prestadores de serviços por aplicativo, têm feito muitos mototaxistas desistirem da atividade, pois a competição, principalmente com o Uber tem sido muito grande, fazendo com que os mototaxistas percam muitos clientes.

Outro ponto assinalado é o fato de os trabalhadores atendidos pelo sindicato mal se interessarem pelas atividades do mesmo, tanto que há pouca participação até nas eleições, que foram com chapa única. O pagamento de contribuições sindicais não ocorre e as recentes mudanças na lei sindical, retirando-se a obrigatoriedade de se recolher compulsoriamente o valor de salário de um dia de trabalho anualmente, mudando a forma de recolhimento para boleto bancário, não afetaram o sindicato, que opera no vermelho, sem nenhuma verba.

Esta é uma informação importante, pois a imagem de que os sindicatos teriam uma condição invejável junto à organização do trabalho no país, se foi verdade, não o foi para os pequenos sindicatos, com pouca margem de pressão, sem acesso a folhas de pagamento, apenas com autônomos em seus quadros. Este retrato do sindicalismo mereceria ser melhor focalizado com o intuito de sabermos se tal fato procede para as demais categorias.

O sindicalista defende que se deveria abrir as vagas para a atividade, acabando-se com as licitações. E quando questionado se tal fato não encheria o setor e encolheria o retorno financeiro, ele respondeu que isto não ocorreria, pois os custos para entrar na atividade são altos, já que se tem que adquirir uma motocicleta nacional de menos de 10 anos de uso, pagar alvará, autonomia, seguro, INSS, taxas diversas ao FozTRANS, combustível, pintura, colete, manutenção das motos, e até toucas higiênicas (caso o passageiro as peça). Ele avalia que o custo para começar na profissão, com uma moto de uns 5 anos de fabricação, gire em torno de R\$ 10 mil.

Outro ponto importante em relação ao estabelecimento de uma apropriação efetiva do território em fronteira, estabelecendo o uso disciplinado da atividade de mototáxi, e implementando a territorialidade dos dois lados da ponte, foi o fato de em 2016 os mototaxistas do Brasil terem imposto o regime de que apenas brasileiros levariam passageiros ao Paraguai e que apenas paraguaios trariam os passageiros do Paraguai ao Brasil.

O senhor Aramis lembra que houve muita resistência por parte dos mototaxistas paraguaios à medida, e que houve apreensões de motos brasileiras em Ciudad del Este como represália ao novo modelo de organização do trabalho na fronteira entre os dois países. Lembra também as manifestações paraguaias com o fechamento da ponte da Amizade em protesto contra a nova organização.

A mesma tecnologia que permite aos passageiros chamarem um mototáxi para uma corrida, está agora sendo usada contra este serviço, já que os smartphones têm a funcionalidade de chamar um carro filiado ao serviço Uber – ou outro congênere – e com mais conforto – e preços compatíveis – trocar o mototáxi pelo chamado serviço por aplicativo. Aramis cita o fato de haver transporte através da Ponte da Amizade utilizando-se destes carros, apenas com o smartphone escondido, para não chamar a atenção.

Quanto ao retorno financeiro, o presidente do sindicato dos mototaxistas informou que seus companheiros de profissão conseguem uma renda mensal por volta de R\$ 2 mil nos bairros, com uma carga de dez a doze horas de trabalho por dia, e na região da ponte pode chegar a R\$ 3 mil, numa carga de 8 horas em média. Por este motivo muitos deles têm um segundo emprego como entregadores à noite, nos deliverys de comida (por exemplo, nas pizzarias da cidade).

A categoria sofre também com a concorrência de mototaxistas clandestinos, que competem pelo passageiro nos bairros sem ter que se adequar às exigências do poder público e sem ter que arcar com as taxas impostas à atividade. Segundo o senhor Aramis são cerca de 50 clandestinos na cidade, principalmente nos bairros, o que deixa mais difícil a fiscalização por parte do FOZTRANS.

Outra despesa que incide sobre a atividade é a exigência de pontos fixos, com casinhas onde guardar as motos e ir ao banheiro. O problema está em haver exigência de alvará, o que implica na fiscalização dos bombeiros, e como as construções que eles alugam não são legalizadas cria-se um impasse. No ponto do senhor Aramis há o custo de R\$ 400,00 de aluguel, mais água, luz, telefone e internet, que são divididos entre os trabalhadores do ponto.

A casinha onde fica o ponto é bem pequena, tem tv, bebedouro, um banheiro, cadeiras e sofá, um notebook, uma mesa e uma Bíblia. Uma decoração bem espartana, muito prática e masculina, só o suficiente para a manutenção do trabalho, sem luxo

algum, mas a recepção à minha presença foi muito cordial, tanto que o sindicalista me passou sua cadeira e pegou outra para ele mesmo. E, durante o tempo em que conversamos não houve nenhum passageiro para os trabalhadores deste ponto, o que pode indicar a estagnação da atividade.

OS MOVIMENTOS DO ESTADO

Durante a pesquisa bibliográfica, realizada após a entrevista com o presidente do sindicato dos mototaxistas de Foz do Iguaçu, pudemos perceber que o poder público municipal fez uma série de movimentos para tentar disciplinar a atividade, que surgiu espontaneamente e que passou a ser progressivamente modelada pelo Estado.

Temos então uma série de leis, que chamo aqui de movimentos do Estado, pois é algo palpável onde podemos nos basear, já que o poder político se expressa através de seus regulamentos, para depois agir através de seus órgãos de controle e repressão. E, cada ato de um servidor público tem que ser antes previsto por lei, decreto, ou norma interna, e isto nos possibilita entender as fases do processo.

Assim temos a lei nº 2070/97, que iniciou o processo de regulamentação da atividade de motofrete, mas sem permitir ainda o mototáxi na cidade. Ela foi um primeiro movimento em direção à permissão e à regulamentação da atividade, que já existia e agia livremente pela cidade, mas de forma clandestina. No entanto não havia um órgão responsável pela fiscalização do trânsito à época, já que o FozTRANS foi criado em 1997 com a lei nº 2116.

Já a lei nº 2.471/01 passa a citar a atividade de mototaxista e prevê uma série de regras para a atividade, como a quantidade proporcional à população da cidade, a potência dos veículos, a obrigatoriedade de se ter seguro, a não competição predatória com ônibus municipais e taxistas, etc.

Daí, seguimos num aumento de complexidade de acordo com a passagem do tempo e a mudança dos governos, temos a lei nº 3361/07, a lei nº 2596/02, a nº 2844/03, a nº 3435/08, a nº 3529/09, a de nº 3860/11, a 3862/11, a 4011/12, 4044/12, 4116/13 (que revoga as “leis nº 3.361, de 19 de setembro de 2007; 3.435, de 10 de março de 2008; 3.860, de 29 de julho de 2011; 3.862, de 3 de agosto de 2011; 4.011, de 31 de julho de 2012 e 4.044, de 13 de novembro de 2012”), a lei nº 4320/15, a 4326/15, a

4354/15, 4446/16, 4552/17, e por último – mas não menos importante – a lei nº 4729/19 de 22 de maio do ano de 2019.

Todos estes movimentos podem ser estudados, e estamos fazendo isto em um outro texto, mais longo e complexo – e bem mais árido – que poderá apresentar melhor como o Estado, no nível municipal, se adequa à realidade e ao mesmo tempo age tentando modificá-la conforme seus interesses, e como a “personalidade” deste mesmo Estado muda com a mudança das administrações.

Outro fato interessante é o de a lei municipal nº 3361/07 ter sido derrubada judicialmente por meio de uma ADIN (ação direta de inconstitucionalidade), de nº 803.219-7, com foro em Curitiba, movida pela FEPASC (Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina), que alegava que uma lei municipal não poderia legislar sobre o assunto, e sim uma federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que nós aprendemos a respeito dos conceitos de território e de territorialidade, olhando por um viés geográfico, poderemos analisar a interação da categoria dos mototaxistas com o poder municipal. Enquanto o município se apropria legalmente do espaço local, inscreve o território de sua administração, os mototaxistas se inscrevem na territorialidade local, no vivido pelas pessoas reais, os passageiros ou não, apresentando um serviço de transporte que começou clandestino, mas que foi paulatinamente sendo disciplinado por leis municipais, que receberam pressões oriundas de diversos grupos de interesse, tendo como objetivo manter o capital girando nas atividades tradicionais, como as de táxi e ônibus municipais.

A atividade do sindicato que representa os mototaxistas é quase irreal, pois a região que ele deveria abranger não se circunscreve a Foz do Iguaçu, mas atinge, segundo o Diário Oficial da União, seção 1, nº 16, do dia 23 de janeiro de 2017, página 62, num despacho do extinto ministério do trabalho nos informa a real abrangência territorial do sindicato, onde - além de Foz do Iguaçu - constam as cidades de Marechal Candido Rondon, Santa Terezinha de Itaipu, Guairá, Palotina, Corbélia, São Miguel do Iguaçu, Nova Aurora, Itaipulândia, Pato Bragado, Céu Azul, Mercedes, Cascavel, Toledo, Medianeira, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Cafelândia, Matelândia,

Missal, Capitão Leônidas Marques, Francisco Beltrão, Pato Branco, Boa Vista da Aparecida e Terra Roxa. Assim, vemos que o território legal de atuação do sindicato é muito maior que sua territorialidade de fato, pois se não há participação ou contribuição em Foz do Iguaçu, que dirá nos demais municípios. Outro fato a se assinalar é o de o CNPJ do sindicato estar ativo desde 20/07/2006, mas o despacho do MT apenas o reconhecer em 2017, num processo de reconhecimento que data de 2012:

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013 e com base na Nota Técnica 40/2017/GAB/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos do Tipo Motonetas, Motocicletas, Bicicletas e Triciclo Motores de Foz do Iguaçu e Região. SINTRAMOTOS-FOZ DO IGUAÇU, Processo 46212.002949/2012-00, CNPJ 08.205.318/0001-10. (BRASIL, 2017, p. 62).

Outro fato interessante é o de o sindicato não ter uma sede, já que seu endereço num site da internet apontar para dados obsoletos, e o local onde se encontra o presidente do sindicato ser apenas seu ponto de trabalho como mototaxista, não como sindicalista. Descobrimos pelos dados do CNPJ do sindicato que ele está localizado na Av. República Argentina nº 3524, Jd. Panorama, Foz do Iguaçu. No entanto, tal endereço é a sede de um outro sindicato, o SITROFI, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Foz do Iguaçu. O que demonstra por um lado a fragilidade do Sintramotos Foz, mas por outro lado a articulação deste com outro sindicato de uma categoria bem próxima, referente a mobilidade.

Outro ponto a que podemos chamar a atenção é o do contingente de trabalhadores na atividade de mototáxi ter decrescido na cidade a partir de 2015, que coincide com o início da atual crise econômica brasileira, que retirando vagas de emprego faz com que a economia desaqueça, diminuindo a quantidade de sacoleiros e de turistas na cidade, levando a um ciclo vicioso.

É de se reparar também que a quantidade estimada de mototaxistas na cidade, por volta de 400, de acordo com o Sr. Aramis, guarda proximidade com o número de votos obtidos por ele nas últimas eleições municipais, 317 votos. Não podemos afirmar que estes votos vêm da categoria, mas a proximidade é curiosa, e se viessem realmente nos informariam que a categoria profissional é bem unida, ou apenas teriam confiança suficiente em seu presidente para lhe dar um voto.

Curiosa é a fala do representante dos mototaxistas em desejar que o mercado fosse aberto para quem quisesse ingressar e trabalhar, indo de encontro à tendência protecionista que muitos sindicatos de expressão defendem. Além do fato de o Sr. Aramis ter se candidatado pelo PV (Partido Verde), sigla que pode ser enquadrada como sendo de esquerda, mais um sinal contra um pensamento economicamente liberal da parte de seus membros. Esta inconsistência política é bem interessante de ser estudada.

Os conflitos entre mototaxistas brasileiros e paraguaios demonstra que não há boa articulação entre os dois lados da fronteira quando o assunto é competir pelo passageiro, e que como "classe" não há união em torno a decisões de trabalho. Se entre profissionais que trabalham sobre um mesmo território não há boa convivência, como se pode conclamar os trabalhadores do mundo a unirem-se?

Quanto ao que denominamos de movimento do Estado, ainda temos muito material a ler e a catalogar, o que gerará um trabalho mais extenso de nossa parte, para dar conta de como é que o poder público intervém no território e age com sua conhecida força, promovendo mudanças nas práticas territoriais que se desenvolvem a despeito dele.

A intervenção do FEPASC, apontada acima, demonstra o conjunto de interesses a que os mototaxistas estão sujeitos em sua atividade, pois ao propor uma ADIN aquela federação forçou o uma parte do Estado, o poder judiciário, a cancelar um movimento de outro, e isto envolvendo duas escalas territoriais, o judiciário estadual sobre o poder municipal, usando como argumento a falta de previsão de uma terceira escala, a falta de uma regulamentação federal. Todo este embate é invisível à população em geral, ocorrendo num âmbito afastado do mundo da vida cotidiana, mas tem grande influência nesta vida.

Assim, finalizamos nosso texto esperando ter respondido ao nosso problema de estudo, que dizia respeito a como um pequeno sindicato de fronteira interage com o poder público local, referente à organização do território à territorialidade subjacente à vida cotidiana. Trouxemos com trabalho de campo e com estudo bibliográfico argumentos para nos nortear na busca de uma visão mais ampla.

Este tema se mostrou mais amplo de que o espaço destas páginas, e esperamos dar conta deste assunto em mais um outro trabalho que está por vir. No entanto, entendemos ter dado um pontapé inicial no estudo das relações entre sociedade e

Estado, tendo como laboratório a escala local, para no futuro, com mais experiência, podermos avançar sobre outros espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius (Org.). **Territórios em Movimento: Cultura e Identidade Como Estratégia de Inserção Competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004. P. 24-70. Disponível em: <http://www.inspirebr.com.br/uploads/midiateca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf#page=24>>. Acesso em: 23/08/2019.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 2070 de 12 de junho de 1997**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1997/207/2070/lei-ordinaria-n-2070-1997-dispoe-sobre-o-servico-de-moto-entrega-no-municipio-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

_____. **Lei nº 2116 de 18 de dezembro de 1997**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=104830>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

_____. **Lei nº 2471 de 20 de novembro de 2001**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2001/247/2471/lei-ordinaria-n-2471-2001-dispoe-sobre-o-transporte-individual-de-passageiros-atraves-de-motocicletas-de-aluguel-denominado-moto-taxi>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

_____. **Lei nº 3361 de 19 de setembro de 2007**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1997/207/2070/lei-ordinaria-n-2070-1997-dispoe-sobre-o-servico-de-moto-entrega-no-municipio-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

_____. **Lei nº 3529 de 15 de maio de 2009**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2009/352/3529/lei-ordinaria-n-3529-2009-dispoe-sobre-os-servicos-de-transporte-de-pequenas-cargas-mediante-a-utilizacao-de-motocicletas-motonetas-ou-triciclos-motorizados-denominado-moto-frete-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

_____. **O FOZTRANS**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=617>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

O CUIDADO DE SI, NO CUIDADO DOS OUTROS: O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA RELIGIOSA EM IGREJAS PENTECOSTAIS

*Amanda Caroline W. Ertal Birkheur*²²

*Taiza Gabriela Zanatta Crestani*²³

*Silvio Antonio Colognese*²⁴

RESUMO: O exercício da liderança religiosa no contexto de igrejas evangélicas pentecostais é permeado de situações que requerem o constante manejo de formas de cuidado. Isto porque, frequentemente a demanda atendida lhes exige o desenvolvimento de habilidades e características que os tornem “exemplares” ante os olhos da comunidade onde estão inseridos. Esta pesquisa busca aprofundar a compreensão em relação aos motivos e processos envolvidos no adoecimento mental das lideranças religiosas de igrejas evangélicas pentecostais. Para tanto, em termos metodológicos, utiliza a perspectiva qualitativa. A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas individuais de roteiro semiestruturado com cinco líderes religioso que atuam em diferentes igrejas evangélicas pentecostais num município localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas seguindo-se as orientações do método de Análise de Conteúdo, proposto por Laurence Bardin. A apresentação e apreciação dos dados possibilitaram a identificação de situações de sofrimento psicológico relacionadas à forma de organização da rotina por parte dos líderes religiosos. Percebeu-se que os pastores que contribuíram para a realização deste estudo sistematizam as suas linhas de ação com base na oferta de cuidados ao outro. Ao fazerem isso, estabelecem prioridades e critérios que, muitas vezes, implicam na desconsideração do cuidado de si.

PALAVRAS-CHAVE: Líderes Religiosos; Igrejas Evangélicas Pentecostais; cuidado de si; doença mental.

CARE OF THE SELF, IN CARE OF OTHERS: THE EXERCISE OF RELIGIOUS LEADERSHIP IN PENTECOSTAL CHURCHES

ABSTRACT: The exercise of religious leadership in the performance context of pentecostal evangelical churches is permeated with situations that generate an emotional

²² Graduada em Psicologia pela UNOESC - Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina, campus de Pinhalzinho-SC. E-mail: carolinewestenhofen@gmail.com

²³ Doutoranda em Educação pela UNOESC - Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina, campus de Joaçaba-SC. Mestre em Ciências Sociais pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Sudoeste do Estado do Paraná, campus de Toledo-PR. Professora do curso de Psicologia da UNOESC - Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina, campus de Pinhalzinho-SC e campus de São Miguel do Oeste-SC. E-mail: crestani.t@unoesc.edu.br

²⁴ Doutor em sociologia pelo IFCH/UFRGS (1997) e mestre em sociologia rural pelo IEPE/UFRGS (1991). Professor universitário desde 1987. A partir de 1990 é professor efetivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no campus de Toledo. Desenvolve pesquisas e publicações notadamente nas áreas da identidade, fronteiras e da formação de novas gerações acadêmicas. E-mail: silviocolognese@ibest.com.br

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000.

Email: revistaalamedas@gmail.com

alternation too great. In addition, it is necessary that they have several competences and features who make the leader “exemplary”. Thus, this research part of the interest in deepening the compression in relation to reasons and processes involved in mental illness at the performance context of pentecostal evangelical churches. For this purpose, the present study has as base the qualitative perspective, where the data collection were obtained through individuals semi-structured interviews with five religion leaders who act in different pentescotal evangelical churches in a city of Santa Catarina West. The interviews were transcribed and analyzed followed the directions of the method of content analysis based on Bardin. This study made it possible to identify experiences of psychological suffering of which they are, above all related to performance of religious leaders. The pastor prosecutes a caring function to the other, however in no time he has a care for himself.

KEYWORDS: Religion leaders; Pentescotal evangelical churches; Psychological suffering; Psychology.

INTRODUÇÃO

O Pentecostalismo teve início nos Estados Unidos, espalhando-se posteriormente por todo o mundo. Sua expansão no Brasil se deu a partir de duas igrejas independentes: a Congregação Cristã do Brasil - fundada em 1910 no bairro do Brás, em São Paulo - e a Assembleia de Deus - fundada em 1911, em Belém do Pará. Contudo, de modo mais expressivo, este movimento religioso se disseminou com maior intensidade a partir da década de 1950 (EPOS, 2009).

Cada Igreja Evangélica Pentecostal possui em sua organização administrativa líderes religiosos responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas junto ao público local. Para conquistar o cargo de liderança, os interessados precisam concluir um processo de formação no qual são exigidas algumas condutas e habilidades específicas. Este processo de formação é sistematizado de maneiras distintas entre as instituições, respeitando-se alguns princípios norteadores de fundo comum.

De maneira geral, são consideradas incumbências do líder religioso: a) administrar a igreja, b) supervisionar departamentos, c) organizar reuniões, realizar cultos, d) atender, aconselhar, orientar e acompanhar pessoas, e) treinar e formar outros líderes, f) visitar os fiéis, g) ministrar cursos e eventos, h) participar em projetos sociais, preparar estudos bíblicos, e i) realizar funerais, casamentos e batismos (EBERT e SOBOLL, 2009). A associação de tarefas burocráticas e o mantimento do contato direto

com a população implicam num constante movimento de reorganização de atividades profissionais e, não raro, na abdicação do tempo destinado ao lazer.

Quando existem dificuldades em conciliar estas atividades, a rotina do líder religioso pode ocasionar prejuízos no estado de bem-estar (principalmente referentes à saúde mental). A guisa de exemplificação, destacam-se os resultados de uma pesquisa realizada por Lotufo Neto (1977), que ao final da segunda metade dos anos setenta, já apontava maior incidência de doenças mentais entre ministros protestantes se comparados à população em geral, com ênfase aos quadros de transtornos de humor – como é o caso da Depressão. Estas estimativas apresentam convergências com resultados de pesquisas atuais (MOREIRA, 2013; CASTRO, NUNES e SOUZA 2008; AMORIM JÚNIOR, ARAÚJO e SILVA, 2019), as quais apontam a incidência de sinais e sintomas da Síndrome de *Burnout* e de quadros de ansiedade intensa entre este público.

Em consonância, Junior, Araújo e Silva (2019) argumentam as condições de sofrimento psicológico (independentemente de serem consideradas patológicas ou não) entre líderes religioso pentecostais são consideradas um dos principais motivos/justificativas de afastamento ou abandono das atividades institucionais. Portanto, refletir sobre os condicionantes dos processos de sofrimento relacionados direta ou indiretamente à rotina dos líderes, numa perspectiva interdisciplinar, faz-se urgente.

Contudo, a temática do adoecimento mental ainda é considerada uma espécie de tabu entre os líderes religiosos. Em parte, isso se deve ao fato de que, durante muito tempo, alguns transtornos psiquiátricos foram caracterizados pela comunidade religiosa como sendo consequência da falta de Deus, ou reflexo de ações ditas pecaminosas – dificultando a compreensão dos seus fatores desencadeantes e a busca do tratamento adequado (DEUS, 2009). Tais pressupostos impuseram -se como obstáculos para problematizar as lógicas de sofrimento atentando-se para a realidade dos próprios pastores, devido ao fato dos mesmos interpretarem que assumir uma condição de mal-estar significa necessariamente dar margem para que os fiéis questionem as suas competências espirituais.

Dito de outro modo, a simples manifestação de tristeza, abatimento ou angústia pode passar a impressão para os crentes de um “mau testemunho”. Assim, mesmo

identificando a emergência de determinados sinais e sintomas de sofrimento, os líderes religiosos comumente desenvolvem estratégias de ocultamento, no intuito de sustentar a imagem de “modelo de força e superação” de adversidades ante aqueles que ouvem os seus sermões (NUNES, SOUZA E CASTRO, 2018).

Estes desafios justificam a relevância de perguntar pelo cuidado de si entre estas lideranças religiosas pentecostais. O objetivo primordial é analisar as possíveis relações entre a ausência do cuidado de si e a manifestação de doenças mentais, na percepção de líderes religiosos que atuam em igrejas evangélicas pentecostais localizadas num município localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina. Temas envolvendo as relações entre o cuidado de si e a ocorrência de doenças mentais, inclusive em ambientes religiosos, possibilitam o alargamento das esferas de investigação que envolvem a temática da saúde em sua acepção integral, isto é, valorizando-se as especificidades do contexto histórico, social e cultural (NUNES, SOUZA E CASTRO, 2018).

O CUIDADO DE SI NO CUIDADO DO OUTRO

O cuidado de si é uma noção trabalhada por Michel Foucault no início da década de 1980. O autor trabalha esta definição a partir de reflexões sobre os jogos políticos (do verdadeiro e do falso, do legítimo e do ilegítimo). Para o autor, o cuidado de si refere-se ao princípio de aplicar-se a si próprio, ocupar-se consigo mesmo. Isso requer um determinado esforço, inclusive o de reservar o tempo para tanto. Inclusive, este é um dos grandes problemas de se fixar a cultura de si no decorrer do dia ou da vida como um momento de consagração. Nas palavras de Foucault:

[...] Pode-se reservar, à noite ou de manhã, alguns momentos de recolhimento para o exame daquilo que se fez, para a memorização de certos princípios úteis, para o exame do dia transcorrido [...] Pode-se também interromper de tempos em tempos as próprias atividades ordinárias e fazer um destes retiros que Musonius, dentre outros, recomendava vivamente: eles permitem ficar face a face consigo mesmo, recolher o próprio passado, colocar diante de si o conjunto da vida transcorrida, familiarizar-se através da leitura, com os preceitos e os exemplos nos quais se quer inspirar e encontrar, graças a uma vida examinada, os princípios essenciais de uma conduta racional. É possível, ainda, no meio ou no fim da própria carreira, livrar-se de suas diversas atividades e, aproveitando esse declínio da idade onde os desejos ficam apaziguados, consagrar-se inteiramente, como Sêneca, no trabalho filosófico

ou, como Spurrina, na calma de uma existência agradável, à posse de si próprio [...] Tem-se aí um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: ela não constitui um exercício de solidão, mas sim uma verdadeira prática social (FOUCAULT, p. 56).

Compreende-se, assim, que o cuidar de si não se limita a uma atividade essencialmente introspectiva, desarticulada e apartada dos outros e do mundo. Muito pelo contrário, o cuidado de si se dá na interface das relações e dos encontros, ou seja, não é uma atitude de isolamento, mas de reflexividade mediada. Para os limites deste estudo, que tem como objetivo maior compreender as relações entre exercício da liderança religiosa e o cuidado de si na ótica de pastores evangélicos, faz-se importante destacar que, para Foucault (2004), o cuidado de si vem sendo entendido de maneiras distintas desde os períodos grego e helenístico, passando pelo cristianismo, até a atualidade.

Entre as lideranças religiosas pentecostais, o cuidado de si se orienta por este sentido considerado pelo cristianismo, o qual considera que “*o exame de consciência não tem como fim o domínio de si, mas apenas uma relação de ‘dependência’ completa (...): o uso das técnicas de si no cristianismo visa uma relação de obediência com fim em si mesma*” (PETERSEN, 2011, P.7). Assim, entende-se que ao transferir a salvação para um tempo futuro, além desta vida, o cristianismo apresenta como condição para a própria salvação dos cristãos a renúncia de si. Majoritariamente, a atitude do homem religioso volta-se estritamente cuidado do outro – a autonomia é colocada, pois, em segundo plano.

Nesta perspectiva atualizada entre as lideranças religiosas pentecostais, assumir a necessidade de cuidar de si pode vir a ser interpretado como motivo de desconfiança, insegurança ou, conforme já mencionado, sinal de fraqueza religiosa. Ainda na concepção de Foucault (2006), com o cristianismo, o cuidado de si passou a ser considerado um amor próprio, uma forma de egoísmo e de interesse pessoal. Portanto, a obrigação do cuidado do outro, do sacrifício pelo outro, relega o cuidado de si entre estas lideranças religiosas a um sentido de suspeição moral e descaso (BOLSONI, 2012).

Este sentido traduzido pelo cristianismo ao cuidado de si, não é o defendido por Foucault (2006). Mesmo por que, valorizar a importância das práticas do cuidado de si,

não implica necessariamente a valorização individualista de uma ética individual. A obrigação do cuidado de si tem em sua gênese a obrigação de ter o cuidado com o outro. Por isso, o cuidar de si não significa negar ou ignorar o outro, e tampouco deve colocar a renúncia de si como um objetivo maior a ser atingido. O sujeito de si, e o sujeito dos outros se complementam nas produções simbólicas que as relações sustentam, e isso implica assumir que as práticas sociais necessitam da presença do outro para se efetivarem como ações de cuidar, afinal, ninguém é capaz de cuidar sozinho de (BOLSONI, 2012).

É neste sentido que a renúncia pelo cuidado de si, considerada uma virtude moral na visão cristã compartilhada pelas lideranças religiosas pentecostais, pode se revelar um fator de adoecimento. Não apenas de um adoecimento mental, no sentido subjetivo, mas de um adoecimento da mente, com repercussões negativas sobre a saúde do corpo e da alma. Isto porque o corpo não está a serviço da alma de uma maneira mecânica, e nem a alma está simplesmente aprisionada no corpo: corpo e alma complementam-se e estão integrados reciprocamente. O desprezo pelo cuidado de si, portanto, representa neste caso um desprezo com a integralidade da saúde do corpo e da alma, com repercussões negativas sobre as práticas pastorais desenvolvidas. Enfim, “não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária” (FOUCAULT *apud* BOLSONI, 2012, p.14).

A FORMAÇÃO DOS LÍDERES RELIGIOSOS DAS IGREJAS EVANGÉLICAS PENTECOSTAIS

Com as várias transformações percebidas no campo evangélico, notadamente a sua expansão e aumento de visibilidade, o trabalho dos líderes religiosos pentecostais também se modificou. O pastor do século XXI não é apenas mais um pregador dominical itinerante, mas fundamentalmente um líder comunitário, que pode vir a desempenhar outras atividades em paralelo (SILVA, 2004). De todo modo, ele segue sendo considerado a figura central da igreja e, devido a isso, lhe costumam ser requeridas algumas qualificações.

O primeiro critério para o exercício pastoral é ser portador da chamada vocação divina. Assim, trabalhar como pastor é aceitar a atividade como uma missão, decorrente de um “chamado de Deus”. Além da vocação, o carisma é outro atributo essencial, necessário para a aproximação e a união dos frequentadores da igreja. É através do poder do carisma que o seu trabalho pastoral pode ser legitimado pelos crentes (SILVA, 2004).

Ademais, o preparo do líder religioso em Igrejas Pentecostais, conforme apontam Albano, Mello e Aquino (2010), exige o desenvolvimento de três características ou virtudes básicas. São elas: a) o caráter piedoso (aquilo que a pessoa deve ser); b) o conhecimento bíblico (o que deve saber) e c) habilidades ministeriais (o que deve ser capaz de fazer). Tais características são consideradas importantes em todas as instituições evangélicas pentecostais a que o presente estudo faz menção.

A título de categorização, destaca-se que no meio Protestante existem as ramificações religiosas Tradicional, Pentecostal e Neopentecostal. As diferenças entre estas modalidades se devem a aspectos de cunho doutrinário e prerrogativas de inclusão na sociedade (dentre outros), conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 01 - Distinções doutrinárias entre as três vertentes do Protestantismo.

TRADICIONAIS	PENTECOSTAIS	NEOPENTECOSTAIS
Batista, Metodista, Presbiteriana etc	Assembleia de Deus, Quadrangular, Deus é Amor etc	Universal do Reino de Deus, Renascer etc
Não aceitam a prática da Glossolália	Praticam a Glossolália	Praticam a Glossolália
Ênfase no ensino teológico e trabalho social	Ênfase nos dons espirituais (profecias, revelação divina, cura divina)	Doutrina mais flexível
Não adeptos a usos e costumes	Rigidez nos usos e costumes	Liberal nos usos e costumes
Doutrina fiel às ideias dos reformadores protestantes	Ênfase na área musical	Ênfase na teologia da prosperidade
-	-	Misticismo e sincretismo

Fonte: os autores.

Devido ao fato de a vertente evangélica possuir diversas ramificações e distinções institucionais, neste estudo optou-se em abranger somente as Igrejas Evangélicas Pentecostais. No município localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina onde a pesquisa foi realizada, as igrejas que se enquadram na vertente Pentecostal são: Igreja Assembleia de Deus, Igreja Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja O Brasil para Cristo e Igreja Congregação Cristã. Cada uma destas

denominações religiosas apresenta particularidades no que se refere ao processo da formação dos seus líderes. Na sequência apresentamos uma breve caracterização destas variações:

a. A Igreja do Evangelho Quadrangular descreve, no Artigo 24 de seu Estatuto Interno, que para o exercício ministerial faz-se necessário que o indivíduo apresente convicção de sua vocação, vida cristã exemplar, idade mínima de vinte e um anos ou ser emancipado, conhecimentos bíblicos, teológicos e intelectuais devidamente comprovados pelas instituições oficiais de educação da Igreja. Também é necessária a realização do Batismo com o Espírito Santo, a confissão pública e convicta dos postulados da Bíblia sagrada e da Declaração de Fé, e a dedicação diligente ao cumprimento de seus deveres, com obediência ao regimento interno da igreja (CVQ, 2014).

b. Na Igreja Assembleia de Deus, a ordenação a pastor se dá por meio da convenção da igreja, que elege candidatos ao cargo de pastor que exerçam em alguma igreja local o cargo de evangelista. Para exercer a função de pastor existe todo um plano de carreira: primeiro o indivíduo se torna auxiliar, após diácono, presbítero, evangelista e aí então a convenção poderá o admitir ao pastorado. Quando eleito ao cargo poderá executá-lo por tempo indeterminado, conforme disposto no artigo 30 do Estatuto da Igreja. A instituição realiza ainda assembleia geral anualmente, onde são discutidos diversos assuntos relacionados à administração da igreja (ESTATUTO ASSEMBLEIA DE DEUS, s/d).

c. Na Igreja Pentecostal “Deus é Amor”, por sua vez, a obtenção dos cargos ministeriais ocorre de forma um pouco diversificada: “as atividades realizadas pelo Ministro de Culto, Ministro de Confissões Religiosas ou Pastor, decorrem dos votos de humildade e de doação feitos quando do seu ingresso voluntário ao ofício e, em face disso, não gera vínculo empregatício” (IPDA, s/d). Outras características consideradas para a eleição ao cargo referem-se à classificação hierárquica, que se dará em avaliações apreciadas pela Diretoria, tais como: tempo no ministério da IPDA e não ter infringido as normas do Regulamento Interno da Igreja (IPDA, s/d).

d. Na Igreja “O Brasil para Cristo”, os principais requisitos para se tornar um líder religioso é: ser casado e a esposa pertencer à mesma Igreja, ter o seu nome inscrito no Livro Oficial de Registro de Ministros, estar quite com a tesouraria do Conselho

Nacional, ser referendado pela Convenção na Assembleia da Igreja (OBPC, Art. 15, 2003).

e. Na Igreja Congregação Cristã destacam-se algumas características bastante diferentes das outras instituições descritas. Conforme estabelece o Artigo 6º: “a administração é composta de sete membros eleitos em assembleia geral por cinco anos, e dentre eles serão escolhidos: um presidente, um secretário, um vice-secretário e um tesoureiro e os três demais farão parte do conselho fiscal” (CCB, 2013). Além disso, essa instituição religiosa conta com um Conselho de Anciões, sendo eles descritos como Cooperadores do Ofício Ministerial e Diáconos os quais possuem autoridade para questões administrativas da igreja (CCB, 2013).

Genericamente, a atuação das lideranças religiosas nas igrejas evangélicas pentecostais se refere a divulgação e o compartilhamento da prática religiosa entre os crentes. Como existem muitas denominações religiosas em ação neste campo, a função expansionista na busca por novos fiéis se torna um dos focos principais da atuação do pastor, que é a figura central na liderança das igrejas. Porém, além destes focos, outras variáveis permeiam o seu trabalho e o diferenciam de outras atividades profissionais (SILVA, 2004). Conforme Junior, Araújo e Silva (2019, p.37):

[...] o pastor (compreendendo neste termo todos aqueles que desenvolvem a atividade ministerial em tempo integral ou parcial) é visto como alguém separado para servir à igreja, às pessoas e à comunidade sem restrições, devendo estar disponível a todo tempo, independentemente de suas necessidades, sejam elas de convívio e cuidado familiar, descanso, suporte emocional, cuidados de saúde física e mental e, principalmente, financeiras.

Neste contexto, a necessidade de responder as mais variadas atividades impõe aos pastores uma flexibilidade na organização do tempo e na administração de sua rotina, considerando que as atividades são diárias e, em geral, incluem os períodos matutino, vespertino e noturno. A carga horária, apesar de não ser fixa e pré-estabelecida, abarca em torno de dez horas diárias durante a semana, sendo maior aos domingos (EBERT e SOBOLL, 2009).

Além disso, destaca-se que os horários de trabalho que são fixos – como as reuniões e cultos pré-agendados – podem sofrer alterações devido à necessidade de atendimento de demandas imprevisíveis e/ou urgentes (acidentes, tragédias,

enfermidades, discussões entre casais, brigas, etc.). Em todas estas situações, espera-se que o pastor esteja preparado para intervir. Isto significa que a função pastoral está diretamente ligada a situações emocionalmente impactantes que podem afetar o seu estado de bem-estar, devido à imprevisibilidade, a sobrecarga de funções e a pressão social que enfrenta (SILVA, 2013).

Dentre as atividades incumbidas ao líder religioso no ministério pastoral, o aconselhamento é uma das suas ações mais relevantes diante da comunidade. O aconselhamento pastoral tem como finalidade orientar seus fiéis sobre assuntos e dificuldades que perpassam as suas vidas, podendo ter origem emocional, física ou espiritual. Outra consequência do perfil requerido do líder religioso é que não compete a ele expressar suas emoções, ou seja, situações de tristeza ou abatimento devem ser guardadas para si, pois quando se tornam visíveis para a comunidade religiosa são vistas como fraqueza espiritual e incapacidade de liderar. Portanto, o cuidado dos outros, exercido pelos líderes religiosos, muitas vezes não é acompanhado pelo adequado cuidado de si, principalmente no que diz respeito a sua saúde mental.

Ademais, sob o viés da ética protestante, Silva (2004) apud Weber (1967), aponta que quanto mais duro se trabalha, mais se prova ser merecedor da graça divina, o que pode acarretar aos líderes religiosos uma jornada excessiva de trabalho e um foco exclusivo no cuidado dos outros, abrindo caminho para a ocorrência de doenças mentais.

MÉTODO

Para compreender estes motivos ou processos envolvidos no adoecimento de líderes religiosos, foi realizada uma pesquisa qualitativa. Como destaca Minayo (2002), a pesquisa qualitativa tem como finalidade aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, em um nível de realidade que não pode ser apreendido pela quantificação.

A coleta de dados iniciou logo após a emissão do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)⁴ da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (UNOESC). Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado, com líderes religiosos que atuam como pastores há no mínimo um ano em instituições evangélicas

pentecostais de um município localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina. As entrevistas privilegiaram os posicionamentos de cada participante, suas vivências e os seus relatos referentes ao exercício de sua prática no contexto religioso ao qual fazem parte.

Participaram desta pesquisa cinco instituições religiosas: Igreja Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é amor, Igreja O Brasil para Cristo e Igreja Congregação Cristã. De todos entrevistados, foi solicitada a assinatura dos respectivos responsáveis, da Declaração de Instituição Participante. Entretanto, no desenvolvimento da pesquisa uma das instituições optou em não participar mais da pesquisa. As entrevistas foram gravadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a análise dos dados, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo proposto por Lawrence Bardin (2010). Nesta proposta de análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. O esforço do analista é então duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira (CÂMARA, 2013).

A ATUAÇÃO DO PASTOR NO CUIDADO DOS OUTROS NAS IGREJAS

Conforme mencionado anteriormente, tornar-se pastor abrange um processo de formação específico que inclui ensinamentos bíblicos, a disposição para assumir responsabilidades em relação à Igreja (instituição) e suas Diretrizes e o amparo aos fiéis frequentadores. Neste último aspecto, é comum os fiéis buscarem o pastor em busca de uma palavra de conforto e acolhimento, reconhecendo nele a autoridade para conferir significado às situações adversas.

Nesta perspectiva, salientam Cerqueira-Santos et al (2004), que no contexto pós-moderno, as instituições religiosas de vertente pentecostal – a semelhança de outras tantas modalidades religiosas - apresentam-se como possibilidade de compreensão de quem se é e dos motivos pelos quais se sofre. Assim, além dos cultos, os fiéis esperam

através das igrejas o atendimento das necessidades mais variadas, o entendimento do sentido da vida e da morte e a ideia de que o presente e o futuro podem fazer sentido.

Segundo os mesmos autores, através da atuação direta dos seus líderes, as igrejas podem interferir significativamente na maneira segundo a qual os fiéis significam as suas vivências, tanto de modo positivo quanto pejorativo. No último caso, o fiel é convertido numa espécie de cliente da igreja, um consumidor à procura de bens e serviços nos quais são identificadas promessas de solução. Por este motivo, o trabalho do pastor transcende a transmissão e interpretação do conteúdo da chamada “Palavra de Deus”, nos cultos de verbalização do sermão coletivo. A sua atuação inclui atividades igualmente importante no cuidado dos outros, que se realizam na relação individual que mantém com os fiéis, conforme destacado pelos entrevistados:

*“Eu queria ter mais graça de Deus e mais estrutura financeira para cuidar de um número maior de pessoas, isso eu mudaria se eu tivesse essa estrutura. Alguns minutos antes de você chegar, chegou aqui uma senhora pedindo ajuda e o que ela queria eu não tinha como ajudar, **o que ela precisava eu não tinha**. Já ajudei ela outras vezes não é a primeira vez que ela veio, financeiramente inclusive, mas hoje o que ela precisava eu não tinha. Eu pedi para ela passar aqui de novo na segunda-feira que eu vou tentar providenciar, que é roupas e tal, e alguns donativos que ela precisa. Hoje aqui não temos essa disponibilidade, **mas eu me comprometi em ter**” (Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, julho/2020).*

“Desde uma ligação telefônica, aí a pessoa tem muita dúvida e ela quer uma palavra de ânimo, de conforto, fazer uma visita no lar, problemas na casa e com a família. Então tipo assim, eu acho que o melhor é tu chegar, sentar e conversar com a pessoa, poder ajudar a pessoa” (Pastor da Igreja Pentecostal Deus é amor, julho/2020).

Estes relatos evidenciam que o cuidado dos outros (os fiéis), inclui uma relação personalizada entre o pastor e os membros da igreja. Especialmente no primeiro trecho, evidencia-se como a sua atuação implica em se importar com as necessidades daqueles que frequentam a igreja que representa. As demandas podem ser diversas: emocionais e físicas (quando abrangem questões relacionadas à saúde e a doença), econômicas (quando enfatizam carência material), e espirituais (quando buscam respaldo para conferir sentido à própria condição existencial). Estes elementos aparecem nos relatos de todos os entrevistados, evidenciando como o exercício da liderança religiosa pode ser mortificante – algo que a frase “o que ela precisava eu não tinha, mas me comprometi a ter” exemplifica. Assim, na ânsia de zelar pela boa reputação da instituição religiosa, os

pastores muitas vezes posicionam-se como capazes de atender todas as demandas para o cuidado do outro. Neste processo, a ação institucional e a atuação da pessoa do líder se mesclam no imaginário social e geram uma lógica de vinculação e de responsabilização.

Estas múltiplas exigências na atuação dos pastores, levam-nos a refletir sobre o processo de formação do líder religioso. Apesar da centralidade da atuação personalizada no cuidado do outro, a formação do pastor é quase nula. Mesmo por que, este cuidado do outro, pressupõe um cuidado de si, que tangencie as formas de se relacionar com pessoas que apresentam problemas, dificuldades, estilos de vida, modos de ser e de se expressar distintos. A consequência pode levar a uma confusão entre as responsabilidades institucionais e pessoais do pastor, sobrecarregando-o física e mentalmente. Ademais, nas entrevistas, constatou-se que este acúmulo não é significado como algo negativo pelos pastores, mas como uma prova para atestar a capacidade para suportar o fardo que lhes é atribuído. Isso evidencia que ao atuarem em relações personalizadas com um público abrangente e com demandas variadas, os líderes religiosos estão sujeitos a um desgaste emocional e espiritual que demanda uma atuação adicional para o cuidado de si, a fim de evitar o seu adoecimento mental. Por isso, a importância de verificar como se dá este cuidado de si entre as lideranças religiosas pentecostais.

Ainda na perspectiva dos participantes da pesquisa, o atendimento personalizado das pessoas não é uma simples opção do pastor. Eles citam o texto do Evangelho de João, que aponta para os “elementos essenciais da relação entre o verdadeiro pastor e seu rebanho: entre eles existe profunda vida de comunhão, caracterizada, da parte do pastor, pelo conhecimento pessoal de cada uma das ovelhas”, de sorte que elas conhecem a sua voz e ele sabe seus nomes: o bom pastor é, portanto, aquele que cuida (OLIVEIRA, 2004). Essa analogia do pastor e suas ovelhas, bem como as implicações do cuidado do “pastor para com o seu rebanho” é utilizado no relato do entrevistado a seguir:

“Nós temos um texto na Bíblia que se refere ao pastor e suas ovelhas e que num determinado momento esse pastor deixa 99 no campo e vai atrás daquela que se desgarrou, e no nosso dia a dia nós podemos fazer uma analogia muito simples disso, acontece da mesma forma. Por quê? Por que em todo ciclo social e toda organização social **você tem pessoas boas e pessoas não tão boas, quando não pessoas más... Então o que acontece, muitas vezes para**

você cuidar dessas pessoas que não são tão boas você tem que deixar as outras de lado, muitas vezes para **tu tentar corrigir alguma coisa** em alguma família tu tem que deixar um monte de família de lado, famílias boas, famílias que te apoiam, famílias que oram por você, famílias que cuidam de você, tu tem que deixar essas pessoas de lado num momento para ir atrás, desculpa expressão, mas muito simples e vulgar, mas do “tranqueira” aquele cara que só Jesus pegar uma cinta e batendo a noite inteira para ele aprender, mas tu não pode bater de cinta nele, tu tem que ir lá abraçar e orar junto com ele, aconselhar e mesmo tu fazendo isso diversas vezes num período de tempo. E quando eu faço isso, quando você age dessa forma você desagrada um monte de gente boa que não tem esse sentimento pastoral, porque quando tu olha a palavra das 100 ovelhas ninguém ia deixar 99 no meio do campo, porque elas ficam literalmente no meio do campo com incidência das Feras do Campo, da chuva, do Orvalho, do sereno, no frio, então o pastor deixa 99 para ir atrás de uma e ninguém em sã consciência faz isso por seu rebanho, só o pastor” (Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, julho/2020).

No relato acima, é possível verificar que as tomadas de decisões são guiadas por um senso de prioridade de natureza pastoral, considerado soberano pelos pastores. Assim, muitas vezes, o ato de mostrar-se acessível, depende de um esforço para negar e/ou camuflar os sentimentos pessoais que o contato com o fiel faz emergir no pastor. Mesmo por que, mostrar-se disponível não é o mesmo que estar disposto para algo: *“aquele cara que só Jesus pegar uma cinta e batendo a noite inteira para ele aprender, mas tu não pode bater de cinta nele, tu tem que ir lá abraçar”!* Por isso, mesmo reconhecendo a prioridade pastoral, as convicções pessoais não se mostram dissociadas na sua atuação. É isto que permite classificar os fiéis em duas categorias: as pessoas “boas”, que respondem conforme o esperado e aplicam com maior facilidade os conselhos e orientações do pastor. E as pessoas “más”, que contrariam as expectativas do pastor e/ou da Igreja.

Neste sentido, a experiência de não visualizar os efeitos pastorais esperados das intervenções realizadas pelos pastores na conduta dos fiéis, podem traduzir a sensação do não reconhecimento e desvalorização da pessoa do pastor. Para Ferreira e Mendes (2003), a desvalorização dialoga estreitamente com o sentimento de insegurança e incompetência do trabalhador perante questões de produtividade e desempenho. Podemos perceber no relato a seguir, a identificação de mudanças na forma de intervir junto aos fiéis através da experiência relacional:

“A experiência depois de tanto a gente dar cabeçada, hoje, por exemplo, eu já faço diferente do que eu fazia a 9 anos atrás né, hoje eu já faço diferente, eu já encaro de uma forma diferente, também eu sei que eu posso me

decepcionar então a decepção não me fere mais, então a gente aprendeu a conviver com isso” (Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, julho/2020).

Podemos verificar que o sofrimento emocional em decorrência do trabalho de cuidado dos outros não é acompanhado na mesma proporção pelo trabalho de cuidado de si. O sofrimento do fiel é internalizado pelo pastor – ele o assume como sua responsabilidade. Deste modo, a melhora ou a piora do quadro é considerada como um eixo de atuação. Prevalecem sentimentos de culpa e impotência, quando a situação declina. Diante disso, mesmo que decepcionado, há um esforço para mostrar que é possível renovar as esperanças. Isso requer, em muitos casos, a supressão das próprias emoções em nome de uma imagem de autocontrole, a servir de modelo para os fiéis. Assim, os riscos à saúde no exercício pastoral se devem ao fato dos pastores serem suscetíveis à negarem a si mesmos a expressão emocional normal (BLAIN, 1958).

Preocupados em apresentar um bom desempenho de sua função, os líderes religiosos pentecostais entrevistados enfrentam a cada dia o desafio de manter os seus fiéis dentro da igreja e atrair um público maior para sua congregação. Essa necessidade de ser eficiente e produtivo, conforme ressaltam Mendes e Silva (2006), pode gerar uma situação de competição entre as organizações religiosas, própria de uma economia de mercado, que inflaciona a importância dos resultados a obter. Num cenário em que há uma diversidade de instituições que também dão sentido à vida, as organizações religiosas competem entre si para conquistar uma maior população de fiéis consumidores.

Tal qual no mundo do trabalho, como indica Silva (2004), tem-se exigido do líder uma variabilidade de competências e atividades, jornadas de trabalho cada vez maiores, decisões cada vez mais dinâmicas e rápidas para enfrentar a demanda dos frequentadores e, por fim, uma maior produtividade. Não basta ser apenas líder da igreja, é preciso ser também advogado, psicólogo, político, assistente social etc. Não basta ter apenas um culto no domingo, é preciso ter um culto para os jovens, outro para os empresários, outro para os solteiros etc. Essa realidade explicitada no estudo acima mencionado, também é referenciada no discurso do entrevistado a seguir:

“Os pastores têm dificuldade de encher a igreja, já tivemos igreja com 70 membros, daqui a pouco eu tenho 25 membros, 50, 40, todo ano é assim: altos e baixos você nunca tem uma estabilidade, porque as pessoas vêm e frequentam, e daqui a pouco elas recebem a cura, a benção, uma porta que se abre, às vezes vai embora da cidade, e tal, e sai e tu continua e assim vai.... Então a nossa maior dificuldade é manter as pessoas que frequentam a igreja na igreja, a gente não consegue que esse público todo fique, e sim só uma parte; e essa parte é Fiel de vir toda a semana, e o restante, daí, vem e volta. Se ficar um mês sem vim, uma semana sem vim, daqui a pouco some e nunca mais aparece, infelizmente é assim” (Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, julho/2020).

A partir destes relatos, fica evidente a insegurança por ter que lidar com a instabilidade de seus fiéis na comunidade religiosa. Isso requer do líder religioso, a construção de estratégias personalizadas para manter o vínculo com as pessoas por meio da instituição. Ao perceber-se responsável em agregar os fiéis, o líder também compreende o seu papel como essencial para o sucesso do exercício religioso. Cuidar dos outros de alguma forma passa a significar relegar a um segundo plano o cuidado de si, ou pelo menos transferi-lo aos desígnios divinos.

Assim, diante das dificuldades para atrair e manter os fiéis, e da intensa disputa entre instituições religiosas, a ênfase na crença da cura divina e na obtenção de milagres sobrenaturais passa a ocupar lugar de destaque em algumas igrejas. Para Dalgalarro (2008), a crença pode ser definida como a adesão do individual ao que parece ser ou pode ser verdadeiro. Já a fé refere-se aos mistérios, a explicação de fatos que excedem a capacidade do entendimento humano e estão fora das possibilidades de verificação empírica. Particularmente no contexto desta pesquisa, a importância das curas e milagres divinos são evidentes:

“Tivemos casos de pessoas com câncer, a pessoa tinha um câncer de tireoide e ela veio desesperada buscando ajuda e nós fizemos uma campanha com a pessoa. Você vai vir toda sexta-feira durante tantas sextas-feiras, não lembro se era 9, e a gente vai fazer uma oração forte para que Deus possa te curar desse câncer, Porque se você tiver fé Deus pode te curar desse câncer. E ela veio, realmente ela teve fé e teve muita luta espiritual. A pessoa vinha e as orações eram fortes, a pessoa passava mal, vomitava às vezes, era uma luta espiritual, e esse tumor foi secando cada culto que ela vinha diminuía” (Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, julho/2020).

“Esses dias eu batizei um senhor, que ele vinha na igreja carregado pela mulher. A mulher carregava ele no braço para ele vir na igreja, porque ele não largava a bebida e ele já tinha perdido emprego, já tinha sido até preso porque naquelas bebedeiras dele, ele já tinha batido na mulher, mulher ainda que por misericórdia não abandonou ele né. E ele vinha na igreja

assim cheirando álcool mesmo, meio cambaleando, todo culto eu orava com ele, todo o culto. Terminava o culto, agora eu quero orar por você, e muitas vezes assim ele caía, ele estava se libertando. E 2 anos depois ele veio pedir para ser batizado, ele largou a bebida, arrumou um trabalho, comprou um carro, se batizou, e agora tá firme na igreja. Ele e a mulher tão firme na igreja, o casamento deles foi restaurado e ele largou a bebida” (Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, julho/2020).

Os relatos acima evidenciam que os líderes religiosos tratam as doenças através de um viés espiritual, sendo que os sofrimentos físico e relacional podem ser resolvidos por meio da fé persistente do indivíduo. Chama a atenção o dato de os líderes religiosos que contribuíram para este estudo não terem citado casos de cura ou milagre para situações que envolvem sofrimento psicológicos. Problemas identificados nesta categoria, tendem a ser interpretados entre lideranças religiosas como um “problema espiritual” ao invés de um estado de adoecimento psicológico ou psiquiátrico. Esta é uma visão que prevalece neste meio religioso, dificultando inclusive o entendimento dos fatores relacionais envolvidos nas condições de adoecimento/sofrimento (ARAÚJO, BARROS 2019).

Por sua vez, Robbins (2002) considera que os diferentes estilos de liderar as igrejas podem gerar uma cultura de tensão, medo, ansiedade, pressão e controle rígido caracterizando-se assim, como um importante estressor no local de trabalho. Contudo, o uso demasiado da rigidez no modo de liderar pode desencadear fatores estressores e prejudicar assim a saúde mental destes líderes religiosos, como também a de seus fiéis. No relato abaixo, verifica-se a existência de um discurso mais rígido em relação às regras e usos e costumes:

“Então quando eu vejo uma irmã na igreja cheia de joias, maquiagem, unha pintada eu fico frustrado, porque não é essa doutrina que é ensinada na igreja, mas porque tudo isso?! Se nós começar a deixar entrar costumes que não são concordes com a doutrina eu posso perder as rédeas entende, aí vem um aqui e me diz assim ‘- fulana lá veio de unha pintada, eu vou pintar a minha!’ eu vou dizer não, não deve! -‘Ah mas ela veio!’ e por aí vai. [...]“Frustrado é quando eu vejo um membro da igreja que não concorda com a doutrina, nós temos uma doutrina que as mulheres devem usar saias e vestidos, não cortar o cabelo, não usar pintura, não usar joias demasiadamente, os irmãos sempre bem barbeados (hoje eu falhei), mas para os cultos bem barbeado, não é obrigatório usar terno e gravata, mas todo mundo usa terno e gravata” (Pastor da Igreja Congregação Cristã, julho/2020).

Trata-se de um comportamento rígido com os fiéis, que pode acarretar consequências negativas para a saúde mental. Os efeitos de tal comportamento, conforme enfatizam Adorno (1950) e Rokeach (1960) apud Lotufo Neto, F. (1977), não são saudáveis mentalmente. Mas esta é uma questão relegada a falhas espirituais, dificultando a sua abordagem como adoecimento nestas igrejas. Isto não deixa de ser contraditório por que, a função de liderança religiosa envolve o cuidado para com as outras pessoas. Mas é necessário que o pastor pentecostal saiba acolher o sofrimento do outro sem guardá-lo consigo mesmo.

Sobre este tópico, Pereira (2012) descreve que a partir da década de 80, diversos sintomas passaram a ser estudados nas pessoas que escolheram se dedicar ao próximo. O autor ressalta que os ministros do sagrado, aventuram-se na vida religiosa com coragem e idealismo. Posteriormente, sentem-se diminuídos quanto à realização pessoal, desvalorizados e impotentes perante as expectativas inalcançáveis. Com o tempo se tornam esgotados emocionalmente e impossibilitados de recuperar as motivações e forças espirituais iniciais. Se os sintomas permanecem, os mesmos podem evoluir para quadros patológicos, culminando com o abandono do ministério ou uma atuação passiva e improdutiva. Por isso é importante que o líder religioso volte o olhar para si mesmo e para as questões do cuidado de si, pois se dedicar ao cuidado de outrem pode gerar um misto de emoções que devem ser trabalhadas para não resultar em adoecimento. Sobre estes desafios da profissão, um dos entrevistados declarou o seguinte:

“Quando você vai tratar de um problema familiar, não tem como tu não absorver isso pra ti. Porque a empatia tem que ser usada. O que eu faria no lugar dessa pessoa? Então a empatia tu usa e não tem como tu não absorver isso. Muitas vezes, tu chega em casa cansado com tudo isso, tua mente fica fervendo. Quando tu vai no hospital por uma pessoa que está ali definhando nos últimos suspiros de vida é difícil aquilo, e quando vem uma criança e diz assim para ti: ‘- pastor porque Deus levou minha mãe?’ Qual é a resposta que eu vou dar para essa criança? isso fica batendo o dia inteiro na tua mente, então tem alguns momentos que é difícil e isso gera uma carga espiritual, querendo ou não, sobre tua vida.”

Assim o pastor se coloca na obrigação apresentar aos seus fiéis uma palavra que conforte, onde nem sempre ele a encontra para si mesmo. As vivências ligadas ao exercício do pastorado acabam impactando significativamente na vida pessoal,

conforme expresso na frase: “isso fica batendo o dia inteiro na tua mente”. Nota-se, portanto, que a função do líder religioso demanda a alternância de atividades que provocam o surgimento de diversas sensações e emoções, que não encontram espaço para manifestação no cotidiano. Por exemplo, pode ocorrer um sepultamento pela manhã, uma reunião de lideranças à tarde, um casamento em final de tarde, um culto à noite e diversos pedidos de aconselhamento nos intervalos destas atividades. Ou seja, a vivência num mesmo dia da dor e do luto, o exercício da lógica e preocupação, a celebração de um momento de alegria, prédica e exortação, e problemas e dilemas do dia a dia das pessoas. Isso fica evidente no relato a seguir:

“Todo mundo vê que eu não estou tão bem, porque eles já me conhecem, eles sabem como eu sou normalmente. Então quando tu não tá bem não tem porque tu querer ser o palhaço do picadeiro, desculpa a comparação, não querendo denegrir a profissão de palhaço, mas muitas vezes é aquela história: o filho tá morto atrás da Tenda e ele está alegrando o circo. Não é isso! Você pode ter aquele dia ruim, você não vai festejar sempre. Tem dias que não dá vontade de vir na igreja, confesso para ti, tem dias que não dá vontade de vir na igreja, mas aí vem ação de Deus na tua vida, pera aí ele não precisava ter morrido lá, mas morreu, então se ele se entregou a esse sacrifício por que eu não posso ir para igreja porque o meu dia não foi bom” (Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, julho/2020).

Neste recorte da entrevista, a tensão entre a função pastoral e as fragilidades pessoais do pastor. Mesmo persistindo no exercício das suas atribuições, ele reconhece suas limitações pessoais e tem consciência de que nem sempre estará disposto emocionalmente para exercer sua função pastoral. Ele escolhe sacrificar os próprios sentimentos e emoções, em favor da sequência do exercício da liderança religiosa. Conforme afirmam os autores Silva e Holanda (2008), a vocação torna-se um fator gerador de sentido no trabalho dos líderes religiosos, por se relacionar com a questão da missão divina, não possuindo, portanto, apenas uma característica pessoal. Descuidar de si, em certo sentido, soa como uma virtude divina entre estas lideranças, para o cuidado do outro.

O SOFRIMENTO MENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

O sofrimento entre as lideranças religiosas, de acordo com Mendes e Silva (2006), está vinculado a sentimentos como angústia, medo e insegurança, provenientes Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR. CEP 85.903-000.
Email: revistaalamedas@gmail.com

do conflito entre as necessidades de gratificação e a restrição de satisfazê-las impostas pelo trabalho pastoral, e tende a se expressar por meio de manifestações de ansiedade, insatisfação, solidão, inutilidade, desvalorização e desgaste.

Assumpção (2002), em sua pesquisa sobre o trabalho e o estilo de vida do ministro religioso, verificou alguns fatores de *stress*. Os principais fatores compreendiam: a falta de ser pastoreado, bem como a falta de amizades; a solidão; a sensação de observação constante; diversidade de atividades; disponibilidade 24h/dia; falta de preparo e conhecimento insuficiente recebido das instituições formadoras para o atendimento de pessoas; expectativas sociais e dos membros quanto à santidade; competitividade e disputas pelo poder; burocracia; medo da exposição e administração eclesial. A existência do sofrimento decorrente da liderança religiosa por conta do exercício de sua função pode ser observada no relato a seguir:

“Daí alguns pastores hoje sob pressão, alguns se suicidando, porque viveram tanto isso, tanto desastres naturais, viram tantas famílias se dissolvendo, viveram tantos questionamentos, que tu não tem a resposta, que não suportarão essa opressão, essa pressão que a tua alma vai assumindo” (Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, julho/2020).

Cabe salientar que algumas doutrinas ensinadas no contexto pentecostal e neopentecostal, conforme aponta Mano (2010), expressam que a experiência com Deus tem como função precípua isentar o homem do sofrimento, pois ‘quem está com Deus’, ou quem ‘serve a Deus não pode aceitar a doença, o sofrimento, a privação’, pois estas situações que expressam sofrimento se constituem como falta de fé ou mesmo consequência do pecado. Neste viés, o próprio sofrimento acaba sendo interpretado como falta de fé ou ausência de Deus – tornando essencialmente problemático para o pastor assumir que está sofrendo, pois este fato dá margem para que o seu engajamento ou capacidade para exercer a liderança seja colocado em dúvida. Isso pode se apresentar como obstáculo à tomada de consciência do próprio estado de saúde, e, conseqüentemente, dificultar a busca de auxílio especializado (como é o caso dos suportes psicológico e psiquiátrico, tão necessários para o tratamento de transtornos mentais). Somando-se a isso, também é possível notar a carência de intervenções sociais voltadas para atender este público, consoante à falta de estudos e pesquisas que abordem

diretamente os fatores de adoecimento mental envolvidos no exercício da liderança religiosa.

Quando questionados sobre vivências de sofrimento no seu contexto de trabalho alguns dos participantes negaram qualquer possibilidade da existência de tais situações:

“Por enquanto ainda não! Até o momento em que estou de responsável na igreja ainda não!” (Pastor da Igreja Pentecostal Deus é Amor, julho/2020).

“Eu te diria que não teria nada para mudar no que eu faço, talvez eu, em mim, eu teria que mudar alguma coisa para melhor sempre. Eu sempre penso em eu mudar o que eu faço para Deus, achar um jeito de fazer melhor, o que eu faço para ele, mas o que ele me deixou para fazer do jeito que tá, está bom, não precisa mudar nada. Tá excelente!” (Pastor da Igreja Congregação Cristã, julho/2020).

Nos trechos acima em destaque, verifica-se que os entrevistados apresentam dificuldade em admitir que o exercício de suas funções interfere negativamente no seu estado de bem-estar, diferentemente de outros pastores desta pesquisa, mencionados anteriormente. O fato de camuflar está inteiramente ligado ao modo como cada organização religiosa dá significado ao sofrimento. Muitas instituições religiosas acreditam que o sofrimento, principalmente aquele de ordem psicológica surge em decorrência de pecados que a pessoa cometeu, ou então é tido como fraqueza pessoal, ou seja, responsabiliza-se o indivíduo pela própria condição, e coloca a igreja como a única capaz de promover a cura.

Por outro lado, enquanto alguns líderes do contexto religioso negam a existência de sofrimento psicológico, há também líderes religiosos que entendem a importância de considerar o tema do cuidado de si, salientando as estratégias de enfrentamento elencadas. Na ótica do Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus:

“Então tem um dia da semana que eu separo para mim, para minha família, Isso é fato! ‘-ah pastor isso...’- Ah eu não posso tal dia porque eu tenho compromisso! Aí então é claro se é alguma coisa grave, que alguém dos nossos auxiliares e pastores não podem atender eu deixo e vou fazer, e esse tempo da minha família eu faço outro dia, sem problema, mas eu tenho um dia específico para minha família”[...] “Cada um de nós diferente daquilo que faça tem alguém que ele se sente à vontade para compartilhar suas frustrações e que 99% dos casos não é o cônjuge, não é o filho, não é o irmão, é uma pessoa que a gente chama de amigo. Todo mundo tem um amigo confiante, todo mundo tem um amigo que se sente à vontade para conversar com ele as suas preocupações, limitações e fraquezas sem o risco dele abrir a boca e

falar para todo mundo. Eu tenho amigos especiais que a gente pode conversar, já que eu tenho certeza que ele não fica espalhando para todo mundo e não me julga” (Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, julho/2020).

As estratégias adotadas por este líder religioso contribuem para um equilíbrio emocional diante dos diversos desafios que sua função lhe impõe. O fato de conseguir estabelecer um tempo para o cuidado de si, para conviver com a sua família, é algo que muitos líderes não conseguem. Estes se sentem na obrigação de estarem 24 horas, todos os dias da semana, disponíveis para atender as necessidades da igreja, esquecendo assim as suas próprias necessidades e o cuidado para consigo mesmo. Outro fator importante que este líder religioso pontua, é a questão do suporte emocional que é de extrema importância para os mesmos, pois as emoções e os sentimentos em no exercício de suas funções precisam ser trabalhados de alguma forma para não desencadear sintomas de adoecimento nos mesmos.

Desta forma, nota-se que alguns líderes religiosos sentem a necessidade acolhimento e respeito. Mas, por que os mesmos evitam a ajuda psicológica ou psiquiátrica? Há dois pontos de vista que precisam ser levados em consideração nessa discussão. O primeiro diz respeito ao fato de que a grande maioria dos líderes religiosos não possui conhecimento sobre estas áreas de atuação profissional e como elas podem contribuir para as suas vidas. Ainda vigoram muitos preconceitos neste sentido. O outro argumento está relacionado à falta de inserção destes profissionais no contexto religioso, a fim de compreender a dimensão religiosa e espiritual vivida por estes sujeitos. Lotufo Neto, F. (1977), corrobora com este pensamento ao expor a necessidade de uma prática psiquiátrica e psicológica mais sensível à cultura e aos aspectos religiosos. Ele afirma que as dimensões religiosas e espiritual estão entre os fatores mais importantes na estruturação da experiência humana, das crenças, valores, padrões de comportamento e de doença.

Neste sentido, de acordo com Moreira (2012, p.11), “urge a implementação de canais, projetos, programas, ministérios e outros recursos para identificar, socorrer e abrigar aqueles exauridos pelo ‘custo’ ministerial. Costumeiramente o pastor pentecostal é o agente acolhedor e orientador no contexto do aconselhamento pastoral; raramente ele é o acolhido e orientado”. Enfim, na ausência destas mediações, o cuidado

de si se limita aos apoios recíprocos no ambiente religioso, conforme relatado por todos os entrevistados. O depoimento abaixo resume este entendimento:

“Olha ajuda psicológica não, mas eu já pedi ajuda para o pastor meu superintendente. Sim eu já pedi ajuda para ele me orientar, orar e até mesmo para o lado emocional sim, porque não procurei o psicólogo, mas procurei o pastor e ele me ajudou a me aconselhar, a orar por mim, para me ajudar nessa parte. Quando eu estava começando também precisei de ajuda, no começo para poder aguentar a ‘repuxa’ porque senão eu tinha desistido. Nesse sentido que eu busquei ajuda, não no psicólogo ou alguma coisa assim, mas com meu líder espiritual”. (Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, julho/2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi aprofundar as reflexões acerca do exercício da função dos líderes religiosos pentecostais, em particular a forma como vivenciam situações de adoecimento mental, bem como as estratégias de enfrentamento por eles adotadas. O estudo permitiu verificar que o sofrimento mental está muito presente no contexto de atuação destes líderes religiosos, que por diversos fatores e processos envolvidos em sua atuação, tornam-se vulneráveis ao adoecimento mental e ao desenvolvimento de transtornos.

Nem todos os participantes conseguiram expressar suas vivências de sofrimento, notadamente as de cunho emocional. Destaca-se também que nenhum deles procurou ajuda psicológica ou psiquiátrica, mesmo quando reconheciam a necessidade da mesma. Isto evidencia a existência de preconceitos mútuos nas relações entre as áreas da Psicologia e da Psiquiatria e a religião. A superação deste preconceito também parece depender de mudanças tanto no ambiente da religião, quanto no ambiente de atuação profissional de psicólogos e psiquiatras.

Portanto, o público religioso é bastante vulnerável ao adoecimento mental. Particularmente as lideranças religiosas priorizam em sua atuação o cuidado dos outros. No entanto, o cuidado de si fica relegado a um segundo plano, sendo inclusive considerado um sinal de fraqueza espiritual o reconhecimento de dificuldades emocionais. Por outro lado, a vivência do sofrimento mental é entendida como uma provação para o testemunho da fé. Enfim, trata-se de um campo de pesquisa com potenciais enormes para novos desenvolvimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. G.; ASSIS, M. R. de. **O desenvolvimento religioso e espiritual e a saúde mental: discutindo alguns de seus significados**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/229105383.pdf>>. Acesso em: 24 de out. de 2020.

AMORIM JUNIOR, D. T.; ARAÚJO, D. D. C. de; SILVA, M. A. da. A saúde mental do pastor e as provisões de Deus. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**. v. 35, n. 69, p. 135-160, out. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1179>>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

ASSUMPCÃO, E. P. M. **Stress, trabalho e estilo de vida do ministro religioso**. 2002. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo.

ALBANO, F.; MELLO, I. C. V.; AQUINO, R. de. **Teologia Pastoral**. Joinville: CEEDUC, 2010.

Araujo TSG; Barros MMM. Concepções de líderes religiosos sobre as pessoas com transtornos mentais. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.* Rio de Janeiro. 2019. v.3(3): 316-331.

BLAIN, D. Fostering the mental health of ministers. *Pastoral Psychology*, v. 9, n. 5, p. 19-28, 1958.

BOLSONI, B. V. **O cuidado de si e o corpo em Michel Foucault**: perspectivas para uma educação corporal não instrumentalizadora. IX ANPED SUL, 2012.

CÂMARA, R. H.. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações**. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 22 de abr. de 2020.

CASTRO, SOUZA e NUNES. Fatores Associados à Depressão em Líderes Religiosos de uma Denominação Pentecostal. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* V.12, N. 42, p. 367-382, 2018 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; KOLLER, S. H.; PEREIRA, M. T. L. N.. **Religião, saúde e cura: um estudo entre neopentecostais**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 24, n. 3, p. 82-91, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

CCB “OFICIAL” SITE PARTICULAR. 2013. Disponível em: <<https://ccboficial.webcindario.com/#estatuto>>. Acesso em: 19 de abr. de 2020.

CVQ. ENSINO COM PROPÓSITO. 2014. Disponível em:
<<http://cvq.com.br/site/estatuto/>>. Acesso em: 19 de abr. de 2020.

DALGALARRONDO, P.. **Religião, psicopatologia & saúde mental**, Artmed, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832008000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

DALGALARRONDO, P. **Estudos sobre religião e saúde mental no Brasil: histórico e perspectivas atuais**. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 25-33, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a05v34s1.pdf>>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

DEUS, P. R. G. de. **Um estudo da depressão em pastores protestantes**. Ciências da religião – história e sociedade volume 7, n. 1, 2009. Disponível em: <file:///c:/users/usuario/downloads/1134-texto%20do%20artigo-3171-1-10-20090724%20(1).pdf>. Acesso em: 16 de fev. de 2020.

EBERT, C.; SOBOLL, L. A. P.. **O trabalho pastoral numa análise da Psicodinâmica do Trabalho**. Aletheia, Canoas, n. 30, p. 197-212, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

EPOS, Escola preparatória de obreiros siloé. **História do Pentecostalismo**. 2 edição, Joinville, 2009.

MOREIRA, A. 2013. https://faculdadecristadecuritiba.com.br/storage/2018/11/Numero-2-Marco-2013-Artigo_2.pdf. **Religião, saúde e cura: um estudo entre neopentecostais**. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 82-91, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

CCB “OFICIAL” SITE PARTICULAR. 2013. Disponível em:
<<https://ccboficial.webcindario.com/#estatuto>>. Acesso em: 19 de abr. de 2020.

CVQ. ENSINO COM PROPÓSITO. 2014. Disponível em:
<<http://cvq.com.br/site/estatuto/>>. Acesso em: 19 de abr. de 2020.

DALGALARRONDO, P. **Religião, psicopatologia & saúde mental**, Artmed, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832008000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

DALGALARRONDO, P. **Estudos sobre religião e saúde mental no Brasil: histórico e perspectivas atuais**. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 25-33, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a05v34s1.pdf>>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

DEUS, P. R. G. de. **Um estudo da depressão em pastores protestantes.** Ciências da religião – história e sociedade volume 7, n. 1, 2009. Disponível em: <file:///c:/users/usuario/downloads/1134-texto%20do%20artigo-3171-1-10-20090724%20(1).pdf>. Acesso em: 16 de fev. de 2020.

EBERT, C.; SOBOLL, L. A. P. **O trabalho pastoral numa análise da Psicodinâmica do Trabalho.** Aletheia, Canoas, n. 30, p. 197-212, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

EPOS, Escola preparatória de obreiros siloé. **História do Pentecostalismo.** 2 edição, Joinville, 2009.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política.** Col. Ditos e Escritos. (Vol. V). Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Hermenêutica do sujeito.** 3 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3: o cuidado de si.** 3 ed., Graal, Rio de Janeiro, 1985.

PETERSEN, M. **O cuidado de si e do outro.** X Congresso Nacional de Educação. PUCPR, Curitiba, 2011.

NORMAS E DIRETRIZES PARA AUTORES

Artigos e ensaios: Os textos devem ser inéditos. Título (máximo 15 palavras), Resumo, Resumen e Abstract (máximo de 200 palavras), e três palavras-chaves (palabras-claves, key-words). Limite mínimo de 8 páginas e máximo de 15 páginas, incluídas as referências. Não serão publicados artigos e ensaios que excedam esse limite.

Resenhas: De livros editados nos dois últimos anos a contar da data de publicação do mesmo. Devem indicar a referência bibliográfica do trabalho resenhado. Não devem ultrapassar 2.400 palavras. Não serão publicadas resenhas que excedam esse limite.

Entrevistas: Devem apresentar o(s) nome(s) do(s) entrevistado(s) e entrevistador(es). Devem trazer também uma apresentação de, no máximo, 400 palavras. Solicitamos também o envio da autorização do(s) entrevistado(s), concordando com a publicação do trabalho. As entrevistas não devem exceder 15 páginas, incluindo as notas e as referências.

Normas para tabulação

Todos os artigos devem ser submetidos em formato DOC ou DOCX. A página deve, obrigatoriamente, estar configurada com margens de 2cm e espaçamento 1,5 entrelinhas. Quanto à fonte, deve se utilizar Times New Roman, tamanho 12.

Os trabalhos deverão ser submetidos ao portal da revista no endereço eletrônico <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas>. É necessário que os autores se cadastrem no sistema antes de submeter um artigo; caso já tenha sido cadastrado ou publicado anteriormente basta acessar o sistema e iniciar o processo de submissão.

As produções devem obedecer às seguintes orientações:

Os manuscritos devem ser anexados sem quaisquer informações que permitam identificar seus autores, tais como: nome e informações institucionais, agradecimentos, vinculação do artigo a projetos de pesquisa, ou a instituições universitárias. Contudo, estes dados devem ser corretamente informados no cadastro online dos usuários. As dúvidas a este respeito devem ser enviadas para revistaalamedas@gmail.com.

Título do trabalho - no topo da primeira página, escrito em caixa alta e centralizado. Havendo subtítulo, colocar na linha imediatamente abaixo do título, centralizado e em espaço simples.

Resumos - Os resumos devem apresentar o objetivo, as principais hipóteses, a metodologia empregada e as principais conclusões apresentadas no artigo. A formatação do resumo deve utilizar fonte Times New Roman tamanho 12 e espaçamento simples. Pede-se no mínimo 3 e no máximo 5 palavras-chave.

Quadros, mapas, tabelas, imagens etc. - Eventuais ilustrações e tabelas (com suas respectivas legendas) já devem estar situadas nos locais corretos. No caso das fotografias, devem estar digitalizadas com resolução acima de 300dpi, formato JPG e acompanhadas com os dados do autor/fonte e ano de produção.

Notas - As notas devem constar no final, eliminando-se os recursos das notas de rodapé. Notas finais devem ser curtas e só serão publicadas se forem essenciais para a compreensão de ideias e conceitos-chave.

Obs.: Não colocar as referências em notas.

Normas para as citações e referências bibliográficas

Todos os títulos e documentos citados deverão ser apresentados ao final do artigo, com o título Bibliografia. As citações em língua estrangeira deverão ser traduzidas para o português.

Citações: As citações dispostas no meio do texto devem seguir o padrão: (autor, ano da obra, número da página). Por exemplo: (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 122). Caso exista a repetição de um mesmo autor em citações sucessivas deverá repetir-se o formato (autor, ano da obra, número da página).

As citações com mais de três linhas deverão ganhar um parágrafo separado com recuo em todo o parágrafo de 4 cm, o espaçamento entre linhas simples e tamanho 10. As citações com tal parágrafo separado não devem ser envolvidas por aspas.

Referências Bibliográficas: As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final do artigo, listadas em ordem alfabética, obedecendo às seguintes normas (NBR 6023):

Livro: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

Coletânea: SOBRENOME, Nome (abreviado) Título do ensaio. In: SOBRENOME, Nome (abreviado) do(s) organizador(es). **Título da coletânea: subtítulo.** Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título do artigo.** *Nome do periódico em itálico*, local da publicação, volume e número do periódico, intervalo de páginas do artigo, período da publicação, ano.

Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título: subtítulo.** Ano. Páginas. Dissertação (mestrado) ou Tese (doutorado) (Grau acadêmico e área de estudos). Instituição em que foi apresentada. Local.

Internet (documentos eletrônicos): SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título.** Ano, Disponível em: [endereço de acesso]. Acesso: em [data de acesso].

As referências a autores no decorrer do artigo devem subordinar-se ao seguinte esquema: (SOBRENOME DE AUTOR, data) ou (SOBRENOME DE AUTOR, data, página). Ex.: (Santos, 1994) ou (Santos, 1994, p. 25). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (SANTOS, 1989a), (SANTOS, 1989b).